



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**INSTITUTO DE CULTURA E ARTE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**MARINA SOLON FERNANDES TORRES MARTINS**

**O PESSOAL É POLÍTICO:**  
**CIBERATIVISMO DO INSTITUTO AZMINA NO COMBATE À VIOLÊNCIA**  
**DOMÉSTICA**

**FORTALEZA**

**2021**

MARINA SOLON FERNANDES TORRES MARTINS

O PESSOAL É POLÍTICO:  
CIBERATIVISMO DO INSTITUTO AZMINA NO COMBATE À VIOLÊNCIA  
DOMÉSTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Mídia e Práticas Socioculturais.

Orientadora: Prof.a Dra. Márcia Vidal Nunes

FORTALEZA

2021

M344p Martins, Marina Solon Fernandes Torres.  
O Pessoal é Político : Ciberativismo do Instituto AzMina no Combate à Violência Doméstica / Marina Solon Fernandes Torres Martins. – 2021.  
134 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2021.

Orientação: Profa. Dra. Márcia Vidal Nunes.

1. Ciberativismo. 2. Análise Qualitativa. 3. Instituto AzMina. 4. Violência Doméstica. 5. Feminismos. I. Título.

CDD 302.23

---

MARINA SOLON FERNANDES TORRES MARTINS

O PESSOAL É POLÍTICO:  
CIBERATIVISMO DO INSTITUTO AZMINA NO COMBATE À VIOLÊNCIA  
DOMÉSTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Mídia e Práticas Socioculturais

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Márcia Vidal Nunes

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Márcia Vidal Nunes (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Teresa Cristina Esmeraldo  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Catarina Tereza Farias de Oliveira  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Helena Martins do Rêgo Barreto  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Para Carolina, minha filha.

E a todas as mulheres que edificam outro mundo possível.

## AGRADECIMENTOS

A base para que eu aprendesse a pesquisar foi, antes de qualquer teoria, perceber que conhecimento não é construção individual, mas coletiva. Tenho muito a agradecer a diversas pessoas que de variadas formas imprimiram uma marca nesse trajeto.

Agradeço à minha filha Carolina, cuja existência me guiou aos primeiros questionamentos sobre a condição das mulheres. Espero que você me perdoe pelas incontáveis vezes que me ausentei para que esse trabalho fosse concluído. Espero também que perdoe as ocasiões em que essa dissertação tanto requereu minha disposição a ponto de só me deixar impaciência e exaustão a te oferecer. Um dia você saberá ler e espero que esse texto te interesse, que você o tome com carinho e consiga até mesmo ouvir que ele foi escrito com a trilha sonora de suas risadas, choros, reivindicações por atenção e canções dos seus desenhos favoritos. Espero que você veja mais as qualidades que os defeitos dele e saiba que aqui está muito do que sou e acredito, uma contribuição para que o mundo seja mais acolhedor para nós, mulheres.

Ao Carlos Eduardo Tourinho, que para além de meu marido em todos papéis e formalidades matrimoniais é meu grande companheiro de vida. Obrigada por todas as vezes que você disse que eu sou a mulher mais inteligente que você conhece e por todas as gargalhadas e negativas que ofereceu quando eu disse, em resposta, que você precisava era conhecer mais gente. Obrigada pela paciência, cuidado e por construir um ambiente de silêncio para que eu escrevesse. Obrigada por continuar acreditando durante todas as vezes que duvidei que fosse capaz de concluir esse trabalho. Foram muitas, e todas elas firmaram ainda mais a certeza que sempre tive: você é meu grande amor.

Aos meus pais, Sérgio e Rosilene, que me fazem acreditar que posso ir mais longe. E principalmente por terem sido meu pilar nos dois últimos anos. Essa pesquisa não existiria sem o suporte vocês, que foram não apenas entusiastas dele, mas também participantes ativos no cuidado com minha filha, suporte financeiro e escuta atenta de todas as minhas angústias e medos. Agradeço imensamente por todos e tantos “sim” que me disseram. Espero que esse trabalho os orgulhe.

À minha irmã Mariana, primeira amiga que tive, irmã mais velha que me tomou pela mão e mostrou o mundo. Obrigada por estar junto em generosidade e afeto.

À Universidade Federal do Ceará, minha primeira experiência em universidade pública, que me encantou com um terreno fértil e diverso, que floresce em abundância ainda que não seja devidamente irrigado. Sinto imensa gratidão pela oportunidade de conviver com as mais diversas existências políticas e aprender delas. *Ubuntu*. Eu sou porque nós somos.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e ao povo cearense, que foram responsáveis pelo financiamento da minha atividade de pesquisadora durante o segundo ano de mestrado. Aqui está o que de melhor pude produzir de forma a honrar o dinheiro público que me foi investido. Meu maior desejo é que esse trabalho salte os muros da Universidade e retorne à população como contribuição no combate às violências contra as mulheres.

À professora Márcia Vidal, de quem tive o prazer e privilégio de ser orientada neste trabalho. Se esta dissertação de fato existe, a maior parte disso é em razão da imensa seriedade, maturidade, tranquilidade e competência dela. As inconsistências que este trabalho porventura trouxe, assumo, são todas minhas.

Aos professores que atravessaram de forma muito positiva o amadurecimento dessa dissertação e construíram, muito generosamente, pontes firmes entre mim e conhecimentos que ainda não tinha: Inês Vitorino, Ana Rita Fonteles, Alba Carvalho, Geísa Mattos, Ricardo Jorge, Fábio Parode e Osmar Gonçalves.

Às professoras Catarina Farias e Teresa Cristina Esmeraldo, que têm um zelo imenso por este trabalho desde a banca de qualificação e não apenas vislumbraram o potencial dele como me emprestaram suas mãos para desalinhar o que tantas vezes foi um novelo confuso de trajetões.

À professora Helena Martins, que trouxe profundidade e maturidade a este trabalho com as contribuições que deu a ele durante o Seminário Interno de Pesquisa, e por ter aceitado se somar à banca de defesa.

Ao Robson Braga, professor e amigo, que me abriu as portas da disciplina de Entrevista Jornalística na graduação e me inseriu no mundo apaixonante da sala de aula.

Aos mais chegados amigos da turma de 2019: Samuel Brasileiro, Natália Maia, Ed Borges, Guilherme Pedrosa, Luana Vitorino, Rafael Mesquita, George Ulysses e Mariana Lage. A companhia de vocês tornou esse caminho das pedras prazeroso de trilhar.

À Rosana Roseo, de quem desejei ser amiga ainda na seleção do mestrado. Imensa felicidade foi descobrir que era um desejo comum a nós duas. Obrigada pelo privilégio de dividir essa jornada com você e aprender com sua história.

À Mayara de Araújo, minha irmã gêmea da barriga de outra mãe. Obrigada pela acolhida aos meus choros e medos, pelos puxões de orelha sempre pontuais e providenciais, pela parceria no olhar acadêmico e principalmente pelo amor grande que nos une.

Ao Samuel Macêdo, amigo à primeira vista. Pelas nossas paixões comuns, pelos afetos.

À Fernanda de Façanha, minha grata surpresa. Obrigada pelo cuidado, pela parceria nas viagens para Congressos e pelo imenso companheirismo diário.

À Bia Barreto, amiga que me inspira sabedoria e confiança. Obrigada pelos tantos e tamanhos desabafos.

À Cristiane Bonfim, cujo trabalho me inspirou de forma a enxergar o meu próprio. Obrigada por todas as vezes que acolheu minhas angústias nesse percurso. Obrigada por me oferecer, principalmente, uma valiosa amizade.

Aos amigos do grupo de estudos Mídia, Política e Cultura, pelo companheirismo e trocas de saberes.

Aos amigos historiadores do grupo de pesquisa em História e Gênero, que tão carinhosamente acolhem essa tão *perguntadeira* aluna da Comunicação. Vocês me ensinam muito.

À Raphaele Batista, que foi quem primeiro me fez acreditar que o mestrado era um caminho possível. Não teria chegado até aqui sem seu apoio, dicas e nosso amor de sempre.

Ao Luís Celestino, amigo querido, que em um café despretensioso me lançou luzes fundamentais do que seria o primeiro projeto dessa dissertação.

À Adriana Santiago, quem primeiro vislumbrou, ainda na graduação, meu caminho até o mestrado.

À Socorro Acioli, minha amiga mais luminosa, que incentivou com muito entusiasmo esse percurso de mestrado.

À Joice Nunes, que sabe, com delicadeza e carinho, se fazer presente.

À Andressa Souza, por dividir comigo a euforia pela aprovação em cada nova etapa da seleção do mestrado.

Ao PJ Brandão, o prefeito da nossa nação Messejana, que me emprestou um livro para estudar para a seleção do mestrado e, cheio de certeza, disse: você vai passar. E eu acreditei.

À Soraya Madeira, pela amizade, apoio, disponibilidade e carinho.

À Fabiana Faleiros, a *Lady Incentivo*, que me ensinou a valorizar e abraçar todos os meus delírios durante a escrita desse trabalho.

À Marília Moschkovich, pesquisadora que me inspira no estudos de gênero e que me presenteou com uma bolsa de estudos para o curso Feminismo Marxista, que foi fundamental para o amadurecimento dessa pesquisa.

Ao tio François, que me ensinou que se o mundo em que queremos viver ainda não existe, é nosso dever construí-lo. Já são quase dez anos que você foi embora e não houve um dia em que não sentisse muita falta dos teus abraços. Você estaria orgulhoso de mim agora e



gosto de pensar que assim está.

À tia Ivonete, que hoje me enche dos abraços que tio François foi embora sem me dar.

À Alexandrina, pelo trabalho ágil e competente que faz toda diferença no nosso Programa de Pós-Graduação.

E por fim, mas não menos importante, aos meus amigos de sempre, que entenderam como nunca os últimos anos de ausências e mensagens sem resposta e se mantiveram presentes para além de tudo e qualquer coisa: Lívia Lopes, Luiza Lima, Juliana Diógenes, Camila Soares, Grazielle Gomes, Lyvia Rocha, Sarah Suzye, Luana Severo, Jáder Santana, Raquel Moura, Ariel Sudário, Bárbara Novais, Mara Cristina, Bruna Luyza Forte, Fabiana Lavôr, Sarah Marinho, Vanessa Campos, Jonatas Cardoso e Júlio Lira. Escrevi esse texto também impulsionada por cada um de cada um de vocês.

“Ler e escrever sobre mulheres é como acender  
não uma, mas muitas luzes no caminho.”  
(PESSAH).

## RESUMO

Esta pesquisa se debruça sobre a atuação do Instituto AzMina, Organização Não-Governamental (ONG) autodenominada feminista que mobiliza pautas dos feminismos por meio da internet, principalmente se utilizando das redes sociais. A análise aborda o conteúdo produzido pela ONG sobre o tema violência doméstica na rede social Instagram. Neste estudo, a atuação do Instituto é avaliada como pauta feminista trabalhada por meio do Ciberativismo (LEMOS, 2003). A pesquisa analisa o conteúdo publicado de janeiro a agosto de 2020. Dentro desse limite temporal serão analisadas as publicações feitas no Instagram para fins de avaliarmos como a iniciativa de informar e mobilizar mulheres no combate à violência doméstica constrói um espaço de informação e conscientização das seguidoras no perfil da ONG no Instagram. Ao todo, serão 27 postagens avaliadas. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa é prioritariamente de caráter qualitativo (STRAUSS e CORBIN, 2008), fazendo análise qualitativa de imagem, texto e comentários das postagens de forma a mensurar o funcionamento organizacional e o engajamento do ciberativismo feminista em torno do tema da violência doméstica mobilizado pelo Instituto AzMina na rede social Instagram. A pesquisa apoia-se também em questionário direcionado aos seguidores do perfil do Instituto AzMina no Instagram para fins de análise quantitativa das características desses seguidores e da interação com o conteúdo publicado no Instagram e entrevista semiestruturada com a diretora da Instituição de forma a mensurar a construção do conteúdo veiculado na rede social Instagram.

**Palavras-chave:** ciberativismo; análise qualitativa; instituto azmina; violência doméstica; feminismos.

## ABSTRACT

This research leans over the acting of AzMina Institute, Non-Governmental Organization (NGO) self-styled feminist who mobilize the feminist schedule through the internet, mainly using the social media. The analyze addresses the contente produced by the NGO about the domestic violence theme on the Instagram. In this study, the action of the Institute is evaluated as a feminist schedule worked by the Cyberactivism (LEMOS, 2003). The research pretends to analyze the content published from january to agosto f 2020. Inside this time limit will be analyzed the posts made on Instagram for the purpose of analyzing as the initiative to inform and mobilize women for fighting against domestic violence builds an information and mobilization space of followers of the NGO profile on Instagram. In all, 27 posts will be evaluated. From a methodological point of view, the research is of a qualitative nature (STRAUSS and CORBIN, 2008), making qualitative analysis of the image, text and comments of the posts in order to measure the organizational functioning and the engagement of feminist cyberactivism around the domestic violence theme mobilized by the AzMina Institute on the social media Instagram. This research i salso supported by a questionnaire aimed at followers of AzMina Institute profile on Instagram for the purposes of quantitative analysis of the characteristics of these folloews and interaction with the contente published on Instagram and semi-structured interview with the diretor of the institution in order to measure the construction of the content broadcast on the Instagram.

**Keywords:** cyberativism; qualitative analysis; azmina institute; domestic violence; feminists movements.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reprodução do Facebook da Revista AzMina.....	45
Figura 2 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina .....	57
Figura 3 - Postagem do Instagram da Revista AzMina .....	58
Figura 4 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina .....	64
Figura 5 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina .....	64
Figura 6 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina .....	65
Figura 7 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina .....	70
Figura 8 - Postagem 2 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina.....	72
Figura 9 - Postagem 3 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina.....	74
Figura 10 - Postagem 4 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina.....	75
Figura 11 - Postagem 5 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina.....	77
Figura 12 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina .....	78
Figura 13 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina .....	80
Figura 14 - Postagem 8 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina.....	82
Figura 15 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina. Postagem 9.....	83
Figura 16 - Postagem 10 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina.....	85
Figura 17 - Postagem 11 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina.....	87
Figura 18 - Postagem 12 - Reprodução do Instagram .....	90
Figura 19 - Postagem 13 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina.....	91
Figura 20 - Postagem 14 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina.....	94
Figura 21 - Postagem 15 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina.....	95
Figura 22 - Postagem 16 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina.....	97
Figura 23 - Postagem 17 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina.....	98
Figura 24 -Postagem 18 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina.....	99
Figura 25 - Postagem 19 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina.....	100
Figura 26 - Postagem 20 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina.....	102
Figura 27 - Postagem 21 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina.....	103
Figura 28 - Postagem 22 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina.....	104
Figura 29 - Postagem 23 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina.....	105
Figura 30 - Postagem 24 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina.....	107
Figura 31 - Postagem 25 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina.....	108
Figura 32 - Postagem 26 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina.....	109

Figura 33 - Postagem 28 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina..... 111

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Respostas à pergunta “Com qual gênero você se identifica?” .....	113
Gráfico 2 - Respostas à pergunta “Qual raça você se declara?” .....	113
Gráfico 3 - Respostas à pergunta “qual sua idade?” .....	114
Gráfico 4 - Respostas à pergunta “Em qual estado?” .....	114
Gráfico 5 - Respostas à pergunta “Qual sua renda mensal?” .....	116
Gráfico 6 - Respostas à pergunta “O que te faz curtir ou comentar nas postagens da Revista AzMina no Instagram?” .....	117
Gráfico 7 - Respostas à pergunta “Você conhece o conteúdo que a Revista AzMina publica no Instagram sobre o tema Violência Doméstica?” .....	117
Gráfico 8 - Respostas à pergunta “Esse conteúdo já te auxiliou de alguma forma ou te informou de algo que você não sabia sobre o tema?” .....	118
Gráfico 9 - Respostas à pergunta “Você já foi ou conhece alguma mulher vítima de violência doméstica?” .....	118
Gráfico 10 - Respostas à pergunta “Você considera o Instagram de AzMina um lugar seguro e confiável para se informar sobre o tema da Violência Doméstica?” .....	119
Gráfico 11 - Respostas à pergunta “Você percebeu um aumento no número de postagens da Revista AzMina com o tema Violência Doméstica durante a pandemia de Covid-19?” .....	119
Gráfico 12 - Respostas à pergunta “Você acredita que o Instagram da Revista AzMina pode auxiliar mulheres em situação de violência doméstica?” .....	120
Gráfico 13 - Quantidades de Postagens do Instagram do Instituto AzMina Feitas Dentro de Cada Categoria de Análise .....	123

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
COVID-19	Novo Coronavírus
DDM	Delegacia da Mulher
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OEA	Comissão Interamericana dos Direitos Humanos
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PT	Partido dos Trabalhadores
RS	Rio Grande do Sul
SARS-CoV-2	Novo Coronavírus
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SUS	Sistema Único de Saúde



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>2</b>	<b>OS FEMINISMOS E O TEMA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA</b> .....	<b>22</b>
<b>2.1</b>	<b>Violência doméstica e desigualdade de gênero no Brasil</b> .....	<b>22</b>
<b>2.2</b>	<b>Violência doméstica é questão de gênero, classe e raça</b> .....	<b>28</b>
<b>2.3</b>	<b>Os feminismos e as organizações não governamentais</b> .....	<b>31</b>
<b>2.4</b>	<b>Ciberativismo e construção cidadã on-line no combate à violência doméstica</b>	<b>35</b>
<b>2.5</b>	<b>As contradições das redes sociais</b> .....	<b>43</b>
<b>2.6</b>	<b>A atuação do Instituto Azmina com vistas ao tema da violência doméstica</b>	<b>46</b>
<b>3</b>	<b>ROMPENDO O SILÊNCIO: REDES SOCIAIS COMO ALIADAS</b> .....	<b>52</b>
<b>3.1</b>	<b>A pandemia de Covid-19, o aumento da violência doméstica e os usos da internet</b> .....	<b>52</b>
<b>3.2</b>	<b>Possibilidades do Ciberativismo do Instituto Azmina</b> .....	<b>58</b>
<b>3.3</b>	<b>Instagram é espaço de encontros</b> .....	<b>64</b>
<b>4</b>	<b>O INSTAGRAM DE AZMINA NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA</b> .....	<b>68</b>
<b>4.1</b>	<b>Particularidades do perfil de Azmina no Instagram</b> .....	<b>68</b>
<b>4.2</b>	<b>Análise qualitativa das postagens de Azmina no Instagram</b> .....	<b>70</b>
<b>4.3</b>	<b>Análise quantitativa do questionário de interação das leitoras com o tema da violência familiar e doméstica</b> .....	<b>114</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>123</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>128</b>
	<b>ANEXO A – ENTREVISTA COM CAROLINA OMS, DIRETORA DO INSTITUTO AZMINA</b> .....	<b>134</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Violência doméstica é um tema especialmente árido de acessar. Não apenas pelos fatos que a descrevem, brutais em essência, mas também pela atmosfera de temor e silêncio que paira sobre ela, assustando e intimidando. Decidir trilhar um caminho de pesquisa andando de mãos dadas com esse tema me foi tão difícil quanto acredito ser necessário.

A urgência é palpável: em balanço<sup>1</sup> feito pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos divulgado em maio de 2020, dados apontam que 78,96% das chamadas feitas ao Ligue 180<sup>2</sup> são referentes à violência doméstica. A faixa mais afetada está entre as mulheres pardas de 25 a 30 anos e 33,15% das denunciantes acusam os companheiros dos atos de violência. O perigo é próximo, íntimo e pode ser letal.

Diante da problemática, ocorreu-me que processos comunicacionais na internet podem ser uma rota de saída possível. Se as redes sociais conectam e unem as pessoas em torno de causas comuns, analisar dentro delas o que pode ser uma movimentação aliada no combate à violência doméstica foi o que me motivou a iniciar essa pesquisa.

Me debruço no estudo sobre os feminismos há cerca de seis anos, quando descobri estar grávida de uma menina. O medo que me tomou diante da responsabilidade de conduzir mais uma mulher em um mundo hostil a nós me fez refletir sobre a condição das mulheres na sociedade, os perigos que nos rondam, as violências sofridas por mim e outras mulheres dentro de uma estrutural social que nos oprime e impõe silêncio. Foi por meio das redes sociais que tive os primeiros contatos com os feminismos, com mulheres aliadas aos movimentos. Pude me informar, compartilhar relatos pessoais, receber indicações de leitura e, a partir daí, comecei um estudo de teoria feminista que me levaria, depois de seis anos atuando no mercado de trabalho como jornalista, até à pesquisa acadêmica.

Pesquisar movimentações feministas nas redes sociais no combate à violência doméstica me abriu a perspectiva de que essas ferramentas poderiam preencher lacunas e indicar novos caminhos de construção de uma outra realidade possível para as mulheres. Nunca me ocorreu a ingenuidade de que este trabalho poderia, sozinho, solucionar a questão. Esta não pretende ser uma pesquisa que supervaloriza o alcance e potencial das redes sociais, tampouco as movimentações dos feminismos. Sei que o levante dos que protestam contra as opressões é,

---

1 Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/balanco-anual-ligue-180-registra-1-3-milhao-de-ligacoes-em-2019/BalanoLigue180.pdf>. Acesso em: fev. 2021.

2 Central de Atendimento à Mulher, serviço ofertado pelo Governo Federal que presta escuta e acolhida às mulheres em situação de violência. A ligação é gratuita e o serviço funciona 24 horas por dia em todos os dias da semana. O Ligue 180 abrange todo o território nacional.

de forma sistemática, minimizado dentro de uma estrutura consolidada de dominação. No entanto, saber disso não significa que penso que as articulações são ineficazes. Ao contrário. Acredito que são capazes de balançar o que se pretende sólido e imutável e, pouco a pouco, dar novos rumos à sociedade. Escrever uma realidade em construção é, também, erguer a cabeça e apostar no futuro certa de que a encruzilhada do momento presente abre espaço, ainda que estreito, para remanejar rotas.

É importante frisar que este trabalho não se propõe neutro. Reivindico aqui meu lugar enquanto uma pesquisadora que também é mulher, mãe de outra mulher, dona de um corpo atravessado pelas violências da opressão da estrutura social construída por homens e para os homens e cujos ouvidos estão atentos aos gritos das minhas companheiras. Nossos olhos choram as torturas naturalizadas contra nós. Meu coração arde e se rebela a todo esse ambiente violento e letal. Tenho convicção de que se apenas uma mulher está insegura não há seguridade para nenhuma.

Apoio-me no pensamento da filósofa e bióloga Donna Haraway (1995), quando ela diz que se posicionar é a prática chave de conhecimento organizado e que a ética é base das lutas pela contestação a respeito do que pode ter vigência como conhecimento racional. “O feminismo tem a ver com uma visão crítica, consequente com um posicionamento crítico num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero” (p. 31).

Majoritariamente o conhecimento acadêmico tem uma ocupação massiva dos homens, o que deixa de fora, além de nossas subjetividades, nossas perspectivas de fala. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>3</sup>, as mulheres são apenas 28% das pesquisadoras no mundo inteiro. Por isso, considero relevante para o território acadêmico um assunto que nos concerne a partir da perspectiva de quem ocupa um lugar social atravessado por esse contexto.

Em razão disso, tomei decisões durante a escrita desse texto que visam reduzir desigualdades. Considero a linguagem uma ferramenta de combate. Por isso, todas as teóricas mulheres que referenciei são sempre citadas em nome e sobrenome, e na primeira citação de cada uma no texto informo a ocupação profissional delas. Aos homens, decidi referenciar apenas pelo sobrenome, como habitual na escrita acadêmica. Esta é uma forma de sinalizar a quantidade expressiva de mulheres que são base teórica dessa pesquisa que as contempla em diversos níveis e valorizar as contribuições teóricas delas. O espaço do saber também é nosso.

---

3 Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-sao- apenas-28-das-pesquisadoras-em-todo-o-mundo/>. Acesso em: fev. 2021.

O objetivo deste trabalho é analisar como o ciberativismo produzido pelo Instituto AzMina, Organização Não-Governamental feminista, na rede social Instagram, constrói um ambiente de informação e debate sobre a violência doméstica no Brasil. Para tanto, estabelecemos como principais categorias: violência doméstica (CORRÊA, 1981; ENGELS, 2019; LERNER, 2019; BUTLER, 2019; BOURDIEU, 2017, FEDERICI, 2019; TAUBE, 2002; VIEIRA, ROCHA E MACIEL, 2020), raça e classe social (CARNEIRO, 2011; HOOKS, 2018; ALMEIDA, 2018; HILL COLLINS, 2019; KILOMBA, 2019; AKOTIRENE, 2018; DAVIS, 2016), organizações não governamentais (GOHN, 2005, 2014; PINTO, 2003; VIRGILI, 2013), feminismos (BEAUVOIR, 2005, 2016; CARNEIRO, 2011; CISNE, 2015; COSTA, 2018; DAVIS, 2016; FEDERICI, 2019; GAGO, 2020; HILL COLLINS, 2019; LERNER, 2019; LORDE, 2019; MIGUEL e BIROLI, 2014; PINTO, 2003; SAFIOTTI, 2002, 1976, 2001, 2013; GONZÁLEZ, 2020; HOOKS, 2018; HARAWAY, 2009), ciberativismo (LE MOS, 2003, 2004; VASCONCELOS FILHO; COUTINHO, 2017; TOMAÉL; MARTELETO, 2006; SAKAMOTO, 2013; PRIMO, 2020; PERUZZO, 2017; MALINI E ANTOUN, 2013; BOGADO, 2018; COSTA, 2018), cidadania (CANCLINI, 2008; HAUBRICH, 2017; CARVALHO, 2020; DOWNING, 2002) redes sociais na internet (RECUERO, 2009, 2012, 2005; PRIMO, 2020; SILVA, 2019; MARTINS, 2020; HAN, 2018; MOZOROV, 2018; FIGUEIREDO, 2020; DIJICK; POELL; WALL, 2018).

O corpus dessa pesquisa é composto por 27 postagens do perfil do Instituto AzMina no Instagram que tratam do tema violência doméstica entre janeiro e agosto de 2020.

No primeiro capítulo da dissertação, esmiuçarei a raiz da violência doméstica na desigualdade de gênero, tratarei da problemática em contexto brasileiro com os atravessamentos de raça e classe social, trarei as movimentações dos feminismos por meio da estrutura das ONGs, olharei para o ambiente virtual das redes sociais como espaço de atuação feminista, mapearei as limitações e contradições da estrutura das redes sociais e apresentarei o Instituto AzMina, nosso objeto de estudo.

Seguirei para o segundo capítulo, pretendendo trazer um atravessamento do momento presente que não pode ser desprezado: a pandemia do Novo Coronavírus (SARS-CoV-2) assola o mundo inteiro desde março de 2019 e agrava o contexto de violência doméstica. O isolamento social, medida de contenção adotada pelos governos, aumentou os números de violência doméstica e os usos das redes sociais, potencializando o ciberativismo em torno da causa. Pretendo trazer esse panorama. Ao final do capítulo, localizarei o Instagram, rede que

tem um crescimento notório e alcançou atenção ainda mais expressiva dos usuários durante a pandemia<sup>4</sup>.

No derradeiro capítulo, confluirei a teoria até então debatida na dissertação com o objeto de pesquisa. Apresentarei o ciberativismo do Instituto AzMina no combate à violência por meio do *Instagram*, utilizando por metodologia a análise qualitativa (STRAUSS e CORBIN, 2008), além outras ferramentas metodológicas, tais como análises quantitativas de questionários aplicados junto aos seguidores do Instituto no *Instagram*.

Strauss e Corbin (2008) defendem que a análise qualitativa é uma forma de reunir conhecimento sobre o mundo social. Trata-se de uma metodologia interpretativa aplicável em pesquisas onde o foco de análise são experiências vividas pelas pessoas onde o pesquisador se debruça sobre os sentimentos e emoções dos indivíduos. Os autores apontam ainda a efetividade do método para análise de movimentos sociais e fenômenos culturais. No que se justifica a aplicação dessa metodologia no contexto do estudo dos feminismos em ação nas redes sociais. Lançamos mão de ferramentas tais como entrevistas, documentos e dados públicos uma vez que Strauss e Corbin (2008) ainda orientam que a análise qualitativa se baseie nesses dados. O olhar para todos eles, dentro da análise qualitativa, é que deve ser feito com base em pensamento crítico.

Análise é a interação entre os pesquisadores e os dados. É ciência e arte. É ciência no sentido de manter um certo grau de rigor e por basear a análise em dados. A criatividade se manifesta na capacidade dos pesquisadores de competentemente nomear categorias, fazer perguntas estimulantes, fazer comparações e extrair um esquema inovador, integrado e realista das massas de dados brutos e desorganizados. Ao fazer pesquisa, lutamos por um equilíbrio entre ciência e criatividade. (STRAUSS; CORBIN, 2008, p. 25-26).

Não foram poucas nem indolores as vezes que este trabalho me pareceu pouco útil diante de uma situação extremamente complexa. Mas a despeito das angústias, segui em frente. Compreendi, ao longo desse trajeto, que ações aparentemente pequenas e insuficientes não são, por esta causa, desprezíveis. Mas que, talvez, de um mosaico de relevantes coisas pequenas, sejam feitas as grandes importâncias do mundo. Sou uma mulher pequena, fazendo coisas pequenas. Mas entrego uma pesquisa sobretudo honesta, que, em sua pequenez, há de fazer parte do grande mosaico de reflexões acadêmicas sobre esse tema com potencial de contribuir para reordenar as estruturas.

---

4 Mais informações em: <https://www.coletiva.net/comunicacao/instagram-crece-na-pandemia-audiencia-ja-e-31p-maior-que-a-do-facebook,374854.jhtml>. Acesso em: fev. 2021.

## 2 OS FEMINISMOS E O TEMA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

### 2.1 Violência doméstica e desigualdade de gênero no Brasil

A violência doméstica é um crime que vitima majoritariamente mulheres<sup>5</sup> e tem raiz na estruturação social desigual de poder entre homens e mulheres. Isso porque o vínculo entre eles está formado com base na dominação e na opressão das mulheres pelos homens. Essa relação de dominação e opressão tem contextos públicos e privados, alguns mais brandos que outros, ainda que todos sejam problemáticos.

A historiadora Joan Scott (2019) explica que os gêneros masculino e feminino são a base onde o poder político foi concebido e legitimado, sendo ele o primeiro campo por meio do qual o poder é articulado. “O conceito de gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social” (p.70). Na oposição entre masculino e feminino se construíram sentidos de poder onde os homens foram colocados em posição de autoridade superior graças à exclusão das mulheres dessa posição.

As relações de dominação das mulheres pelos homens, quando ocorrem no espaço familiar e estão inseridas em convivência marital, podem descambar em episódios de força e violência, uma vez que a estrutura de poder construída nesse espaço coloca as mulheres em situação de opressão e muitas vezes de silêncio, vergonha, culpa e apagamento. É a chamada violência doméstica, crime baseado em uma relação de desvantagem. Welzer-Lang (2001) pontua que a opressão das mulheres pelos homens é fruto de um sistema no qual as desigualdades vividas pelas mulheres são os efeitos diretos das vantagens dadas aos homens. Consonante a este pensamento, a socióloga Heleieth Saffioti (2001) explica que “o poder é atribuído à categoria social homens” (SAFFIOTI, 2001, p. 116).

Ainda Heleieth Saffioti (2001) detalha que no exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das mulheres, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio.

Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de

---

5 Segundo a legislação brasileira, homens, crianças e idosos também podem ser vítimas de violência doméstica. No entanto, no contexto brasileiro, dados mostram que a maior parte dessa violência atinge as mulheres. Saffioti (2001) defende a ideia de que mesmo que mulheres vitimem homens em casos de violência doméstica elas enquanto categoria social não têm um projeto de dominação e exploração deles, o que difere dos casos em que as mulheres são vítimas dos homens. Mais informações em “Estatísticas de Violência Doméstica no Brasil: Possibilidades de Análise”. Disponível em: [http://www.fg2010.wwc2017.evento.s.dype.com.br/resources/na\\_ais/1278280957\\_ARQUIVO\\_RosaneTeixeiradesiqueiraeOliveira.pdf](http://www.fg2010.wwc2017.evento.s.dype.com.br/resources/na_ais/1278280957_ARQUIVO_RosaneTeixeiradesiqueiraeOliveira.pdf). Acesso em: jun. 2020.

dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. (SAFIOTTI, 2001, p. 115).

Numa análise historiográfica da construção da relação de poder entre homens e mulheres, a historiadora Anne-Marie Sohn (2009) conta que a Revolução Francesa (1789 – 1799) foi um marco na construção da masculinidade ofensiva dos homens. Ser homem, após esse episódio, passou a ser combater, adotar comportamentos desafiadores e fazer demonstrações de força a preço da violência. Construiu-se, a partir dessa ideia do papel social do homem, um entendimento de que a mulher precisava ser contida em nome da honra do homem e da família. A relação entre homem e mulher passou a ser baseada na fidelidade e obediência das mulheres em face à dominação dos homens. A autoridade masculina não devia contestada. Estava estabelecido o poder patriarcal.

No Brasil, a construção do modelo patriarcal de família vem desde o período colonial (1530 – 1822). A dita família patriarcal brasileira<sup>6</sup> foi o tronco a partir de onde brotaram todas as outras relações sociais no País. A antropóloga Mariza Corrêa (1981) pontua que este modelo de família se impôs por meio de pequenos conflitos, manipulações e violências. A mesma autora ainda coloca o casamento como o espaço onde estabeleceu-se a função de implantar uma ideia de moral social, ainda que simbólica. Desta forma, também em ambiente doméstico, os homens exerciam funções dominantes e impunham inferioridade às mulheres. A autora ainda diz: “Sua inferioridade sempre foi argumentada politicamente e de maneira estratégica, em conformidade com os interesses dos que detinham o poder de manipular essa argumentação.” (p. 13). Em razão dessa manipulação argumentativa, Mariza Corrêa (1981) defende que não havia terreno possível para a construção de uma igualdade social entre homens e mulheres. Ao contrário, a situação impunha um decreto que se pretendia imutável sobre a inferioridade da posição e do valor social das mulheres, abrindo espaço para uma série de violências.

Mariza Corrêa (1981b) ainda aponta que às mulheres está resguardado um espaço de constrangimentos ainda dentro das relações familiares, que estão baseadas em submissões e humilhações, além de serem impostos limites e regras ao seu comportamento. Tal contexto, defende a autora, situa que a violência física e a morte não são as únicas, mas as últimas e mais dramáticas formas de violência a que as mulheres estão submetidas na sociedade brasileira. “A

---

6 O conceito “família patriarcal brasileira” foi principalmente difundido pelo sociólogo Gilberto Freyre, que pensou a partir do lugar social dos senhores brancos e suas famílias e esmiuçou esse pensamento principalmente no livro *Casa Grande e Senzala* (1933).

mulher, em nossa sociedade, é preparada desde menina para o papel de subordinada, de vítima, papel que será levado às suas últimas consequências num caso de morte”. (p. 9).

Joan Scott (2019) defende que a relação desigual entre os gêneros não é construída exclusivamente por meio de parentesco, mas também se manifesta nas relações que envolvem contextos de economia e organização política, operando amplamente para além do contexto familiar.

É importante detalhar que a história da construção do lugar social das mulheres não é universal, nem poderia. Nesse apanhado estão mulheres de diferentes culturas e lugares do mundo, que fazem parte de raças e classes sociais distintas entre si. Esses marcadores sociais atravessam a concepção das mulheres de forma tal que impedem que exista uma universalização da compreensão de quem são essas mulheres e como foi construída a opressão de grupos significativos delas. Sabemos que o pensamento hegemônico na contação da História tende a apagar as dissidências do sujeito tido como “universal”: homem, branco, heterossexual, produtivo ao sistema capitalista. Não seria diferente nas questões de gênero, onde a tentativa de universalizar a categoria “mulher” acaba por negligenciar as especificidades delas, além de apagar a existência de mulheres negras e economicamente vulneráveis.

A historiadora Gerda Lerner (2019) explica que, até pouco tempo atrás, a historiografia considerava as mulheres irrelevantes e secundárias em termos históricos. Fato esse que terminou por tornar simplória demais a construção histórica documentada das mulheres, o que se agrava, quando complexificamos o entendimento das mulheres dentro de marcadores de raça e classe. “O registro gravado e interpretado do passado da espécie humana é um registro parcial, uma vez que omite o passado de metade dos humanos, sendo, portanto, distorcido, além de contar a história apenas do ponto de vista da metade masculina da humanidade” (p. 28 e 29).

Para compreender o lugar social de opressão e violência ocupado pelas mulheres no contexto brasileiro, é necessário atentar que elas são atravessadas, além das questões de gênero, também por problemáticas de classe social. O romance *Parque Industrial*, publicado pela jornalista e escritora Patrícia Galvão (2013), a *Pagu*, em 1933, é um livro que, apesar do caráter ficcional, é tido como documento social. Essa obra descreve a situação vulnerável das mulheres trabalhadoras brasileiras na década de 1930 e as situa em espaços de classes sociais inferiores na sociedade brasileira. Centrado em personagens femininas, o livro mostra a desigualdade inata das mulheres da classe trabalhadora brasileira, explicando assim a estrutura social opressora das relações entre mulheres e homens em contextos de família e trabalho.



Heleieth Saffioti (2013) explica que a estrutura de classes é altamente limitadora das potencialidades humanas. “É como se a liberdade formal não se tornasse concreta e palpável em virtude das desvantagens maiores ou menores com que cada um joga no processo de luta pela existência” (p. 59). Desta forma, compreendemos que, no cenário brasileiro, há uma série de vulnerabilidades sociais que precisam ser consideradas, quando colocamos os homens dentro de uma conjuntura de maior controle e força nos contextos doméstico e laboral.

As vulnerabilidades sociais das mulheres brasileiras estão ainda mais agravadas, se olharmos para o caso das mulheres negras que, além de gênero e classe social, são atravessadas pelo componente de raça. A filósofa Sueli Carneiro (2011) define a condição dessas mulheres como o “matriarcado da miséria”, configuração que caracteriza que as mulheres negras no Brasil são marcadas pela exclusão, discriminação e rejeição social. A filósofa e antropóloga Lélia González (2020) concorda com Sueli Carneiro (2011) e detalha que as mulheres negras brasileiras são excluídas da participação no processo de desenvolvimento econômico, estando relegadas à condição de massa marginal crescente, estando em condições de desemprego, trabalho ocasional, ocupação intermitente e trabalho por temporada, o que implica em baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação etc. “A mulher negra desempenha um papel altamente negativo na sociedade brasileira dos dias de hoje dadas as formas de superexploração e alienação a que está submetida.” (GONZÁLEZ, 2020, p. 62).

No entanto, a despeito das condições de vulnerabilidade social, Sueli Carneiro (2011) chama atenção ao papel de resistência e liderança desempenhado pelas mulheres negras em suas comunidades espalhadas em todo o País. Mas, apesar de muitas das vezes chefiarem seus lares econômica e emocionalmente, as mulheres negras que vivem o dito matriarcado da miséria também estão expostas e vulneráveis a diversas violências que envolvem o poder patriarcal e a dominação dos homens dentro e fora do ambiente familiar e doméstico.

Nota-se, portanto, que não há como tratar da categoria social “mulher”, como se esta apontasse a um único exemplo de ser humano. Aqui, pretendemos expandir o olhar para as mulheres, compreendendo que principalmente dentro do contexto brasileiro há diversas especificidades de classe e raça, que, para além da questão de gênero, devem ser consideradas. Uma vez posto esse caráter diverso de conceituação das mulheres, seguimos pensando na violência contra elas dentro do contexto doméstico.

Como já dissemos, a sociedade patriarcal estabeleceu o espaço da casa como uma estrutura de dominação masculina. Engels (2019) complementa essa afirmação dizendo que o sistema patriarcal possibilitou o desenvolvimento do Estado desumanizando a mulher. “O homem assumiu o comando também em casa, a mulher foi degradada, escravizada, tornou-se

escrava do desejo do homem e mero instrumento de procriação.” (p. 60). O autor aponta ainda que a monogamia estabelecida pela família patriarcal instituiu um poder ilimitado ao homem. “A fim de assegurar a fidelidade da mulher e, portanto, a paternidade dos filhos e filhas, a mulher é submetida incondicionalmente ao poder do homem: quando ele a mata, está apenas exercendo seu direito” (p. 61). Gerda Lerner (2019) coloca ainda que esta relação de desigualdade estabeleceu uma relação em que os homens tinham direitos sobre as mulheres, mas o contrário não era verdadeiro.

A filósofa Simone de Beauvoir (2005) aponta que a existência das mulheres no mundo restou reduzida diante da posição dos homens e defende a ideia de que a elas foi imposta uma existência com base na restrição das liberdades, o que acabou por estruturar uma relação de coisificação das mulheres. Sem liberdade, as mulheres não podem reivindicar o pertencimento de suas ações no mundo. É justamente por pensar que a existência pressupõe a liberdade que a autora sustenta a ideia de que a plenitude de todos os atos das mulheres só se dará com o rompimento das opressões, que não são nunca naturais.

São os homens que abrem o futuro para mim, são eles que, ao constituírem o mundo, definem meu futuro; mas se em vez de permitirem que eu participe desse movimento construtor, eles me obrigarem a consumir em vão minha transcendência, se me mantiverem abaixo desse nível que conquistaram e a partir do qual se efetuarão as novas conquistas, então eles me apartam do futuro, transformam-me em coisa. (BEAUVOIR, 2005, p. 70-71).

Simone de Beauvoir (2016) ainda coloca que essa relação homem e mulher é estabelecida com base no pensamento de que a mulher é o *Outro* do homem, um sujeito não essencial definido pelo *Um*, que é o homem. E que a mulher se sujeita ao ponto de vista do homem. Daí pelo que a ela sustenta o entendimento de a mulher ser um segundo sexo, existindo sempre em relação ao homem e sendo o oposto ao que o sexo masculino é. Então, se o papel do homem é ser forte e provedor, à mulher restaria ser frágil e submissa.

Santos (2018) explica ainda que, no capitalismo, a dominação social, política e cultural sempre é resultado de uma distribuição desigual de poder. “Quem não tem poder – ou tem menos – vê suas expectativas limitadas ou destruídas por quem tem mais poder” (p. 15). É o caso da relação de opressão das mulheres pelos homens.

Heleieth Safiotti (1976) explica, ainda, que a formação econômica capitalista se constrói sob uma capa que oculta as injustiças sociais. A autora diz que, para o bom funcionamento do sistema, faz-se necessário distanciar as tarefas exercidas por homem e mulher, utilizando também critérios de ordem irracional.

Tais como a debilidade física, a instabilidade emocional e a reduzida inteligência femininas, a fim de imprimir-se ao trabalho feminino o caráter de trabalho subsidiário, tornando-se a mulher o elemento constitutivo, por excelência, dos contingentes humanos diretamente marginalizados das funções produtivas. (SAFFIOTI, 1976, p. 15).

Desta forma, institui-se, no imaginário social e coletivo, estereótipos problemáticos, mas que foram naturalizados, sobre as atribuições sociais de homens e mulheres. A filósofa Judith Butler (2019) reflete que, dentro das relações de poder, entre elas as que estão homens e mulheres, há também o aspecto da sujeição, o que justifica a aceitação da estrutura de dominação patriarcal pelas mulheres, porque também existe uma relação de dependência desse poder exercido. “A sujeição consiste precisamente nessa dependência fundamental de um discurso que nunca escolhemos, mas que, paradoxalmente, inicia e sustenta nossa ação” (p. 10).

Como forma de combater a violência doméstica, os feminismos brasileiros vêm, desde a década de 1960, questionando e combatendo o modelo social patriarcal que oprime e pode até mesmo ser letal para as mulheres. Como forma de coibir essa violência contra as mulheres brasileiras e punir criminalmente os agressores, foi criada em 2006, com participação dos feminismos<sup>7</sup>, a Lei nº 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha<sup>8</sup>, que atua no País como salvaguarda de mulheres vítimas de violência. Esta, que foi a primeira lei brasileira que estabeleceu distinção de gênero na criminalização de atos de violência, homenageia Maria da Penha Maia Fernandes, mulher cearense que lutou para que seu ex-marido e agressor, pai de suas três filhas, fosse condenado após tentar matá-la duas vezes. Como resultado dessas tentativas, Maria da Penha ficou paraplégica. Apenas dezenove anos depois dos episódios onde na primeira tentativa ele tentou assiná-la com um tiro e numa segunda oportunidade tentou matá-la eletrocutada enquanto tomava banho, o agressor foi condenado à prisão, quando restavam somente seis meses para que os crimes prescrevessem. O caso chegou à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (OEA), que considerou o Brasil omissor com a violência doméstica. Desde então, houve a criação da Lei 11.340/2006 em um esforço estatal para dar amparo legal às mulheres vítimas de violência doméstica.

A Lei Maria da Penha estabelece, em seu artigo 5º, inciso III, que “a violência doméstica poderá ser praticada em qualquer relação familiar ou de afeto, ainda que já tenha convivido com a vítima”, com o entendimento de que muitas das relações de violência nascem no âmbito do lar e das convivências íntimas. Apesar desta proteção legal estabelecida, as

---

7 Mais informações em: <https://jus.com.br/artigos/72759/consideracoes-sobre-a-lei-maria-da-penha-e-movimento-feminista-no-enfrentamento-a-violencia-domestica>. Acesso em: jan. 2021.

8 A Lei Maria da Penha pretende prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher no Brasil. Está disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: jun. 2020.

mulheres brasileiras agredidas ainda têm medo e vergonha de pedir ajuda, isso quando têm acesso a informações sobre os trâmites legais que devem seguir dentro dessas situações.

No Ceará, mais precisamente na Capital, registra-se que cerca de 500 mulheres<sup>9</sup> peçam mensalmente medidas protetivas na Central de Monitoramento de Medidas Protetivas de Urgência do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Fortaleza, mas é importante lançar olhares para as subnotificações envolvidas neste montante. Além dos medos e da vergonha, há mulheres que não sabem como buscar apoio, ou preferem não judicializar a questão por entendê-la somente em âmbito privado.

Desta forma, nota-se que Lei Maria da Penha representa uma importante guarida legal, mas que também abre espaço para que se observe as fragilidades na proteção das leis às mulheres no espaço público, uma vez que as taxas nacionais de violência contra as mulheres, ainda que exista o contexto de subnotificação, continuam altas e preocupantes. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020<sup>10</sup>, foi feito o registro de uma agressão física a cada dois minutos durante o ano de 2019. Foram computados 266.310 casos de lesão corporal dolosa em decorrência de violência doméstica, um crescimento de 5,2% em relação ao ano anterior. O mesmo documento aponta que 1.326 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2019, um crescimento de 7,1% em comparação com o ano de 2018. Dentre as vítimas de feminicídio no Brasil em 2019, um total de 66,6% eram mulheres negras e 89,9% delas foram mortas pelo companheiro ou ex-companheiro.

## **2.2 Violência doméstica é questão de gênero, classe e raça**

É necessário observar que diversos obstáculos logísticos rotineiramente se interpõem entre a vítima e a aplicação efetiva da Lei Maria da Penha. Para além do acesso muitas vezes limitado das vítimas aos equipamentos tais como Delegacias da Mulher nas mais diversas localidades do País, ainda há a dimensão de que as mulheres vítimas de violência doméstica tendem a se calar por temer julgamentos sociais, por vergonha da agressão sofrida, pela dependência econômica do agressor e por ignorar informações de como obter acesso à justiça e, principalmente, pela dificuldade de encontrar, na prática, acolhimento e solução para os casos sofridos. Essas condições se agravam ainda mais quando as vítimas são mulheres

---

9 Mais informações em “Lei Maria da Penha: Um Estudo Sobre a Central de Monitoramento de Medidas Protetivas de Urgência do Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza/CE. Disponível em: <file:///C:/Users/solon/Desktop/TCC%20-%20Rayanne%20Lucas%20Ramos%20Vicira%20-%20202019.pdf>. Acesso em: jun. 2020.

10 Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: jan. 2021.

negras, pelo contexto mais aprofundado de vulnerabilidade social e econômica que apontamos no capítulo anterior.

Dados dos últimos quatro trimestres de 2019 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>11</sup> apontam que a taxa de desemprego das mulheres negras no Brasil é de 16,6%, o dobro da verificada entre os homens brancos, que é de 8,3%. As mulheres pretas e pardas somam quase 60 milhões de pessoas no Brasil, sendo o maior grupo da população brasileira. Sendo essas mulheres com o maior número de desemprego, implica que estão em contextos de deterioração de condições de vida e suscetíveis a diversas violências.

Sueli Carneiro (2011) constata que a conjunção do racismo com a desigualdade de gênero produz sobre as mulheres negras brasileiras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos em todas as camadas das vidas delas, passando também pelo confinamento em situações de escassez econômica, fragilidade emocional e sujeição a situações aberrantes de violência doméstica.

A publicação Brasil, Gênero e Raça: Todos Unidos Pela Igualdade de Oportunidades<sup>12</sup>, aponta que 79,4% das mulheres negras brasileiras se ocupam profissionalmente de atividades manuais e destas, 51% estão alocadas em trabalhos domésticos, onde 28,4% são lavadeiras, passadeiras, cozinheiras ou serventes. Segundo o Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho<sup>13</sup>, levantamento publicado em 1999 pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicas (Dieese), quando empregadas as mulheres negras ganham em média metade dos rendimentos das mulheres brancas e quatro vezes menos que os homens brancos. As mulheres negras, ainda segundo o mesmo documento, ocupam postos de trabalho considerados mais vulneráveis, sem carteira assinada, em trabalhos autônomos ou ainda como empregadas domésticas. Têm-se um panorama onde mulheres negras ocupam postos de trabalho vulneráveis, muitas vezes sem garantias legais de trabalho, ou são autônomas. Ou seja, essas mulheres ocupam um padrão ainda mais inferior de dominação pelos homens que as mulheres brancas dentro do contexto brasileiro. A autora bell hooks<sup>14</sup> (2018) aponta que mulheres economicamente autossuficientes

---

11 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: maio 2019.

12 Disponível em: <https://exposicao.enap.gov.br/items/show/110>. Acesso em: jun. 2020.

13 Disponível em: <https://www.dieese.org.br/relatoriotecnico/1999/relatorioPesquisa.pdf>. Acesso em: out. 2020.

14 A autora bell hooks assina e prefere que a grafia de seu nome seja sempre feita em minúsculas, uma forma que ela acredita dar mais enfoque ao conteúdo de seus textos do que à sua pessoa. Neste trabalho, apesar de seguirmos as normas ABNT, decidimos respeitar essa grafia.

estão mais propensas a terminar relacionamentos onde a norma é a dominação masculina. Quando não há essa autonomia, a saída de situações de violência é ainda mais complexa e delicada.

Almeida (2018) explica que o racismo é parte da ordem social, onde o desarranjo que sobrepõe a raça branca à negra é regra e não exceção. “O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações política, econômicas e até familiares. (...) O racismo é estrutural” (p. 38). Sendo estrutura, compreende-se por que, segundo dados quantitativos, mulheres negras estão ainda mais encaçadas dentro de um cenário de opressão e dominação pelos homens.

Bourdieu (2017) também explica essa dominação dos homens quando diz que a superioridade masculina dispensa justificção, a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade se enunciar em discursos de legitimação. “A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça” (p. 23-24). Nesse sentido, a naturalização da dominação masculina é, por si só, uma violência. Uma vez que o verniz da estrutura pretende uma naturalização que impede que os indivíduos pensem a si próprios e as relações em que estão inseridos.

A socióloga Patrícia Hill Collins (2019) ainda chama atenção ao fato de que o tratamento social dispensado às mulheres negras as coloca em relações interpessoais de dominação remanescentes do trabalho doméstico. A mesma autora pontua que as experiências pessoais e profissionais das mulheres negras são moldadas pela intersecção entre gênero, classe e raça, um sistema de opressão que está interligado de forma a oprimir triplamente mulheres negras periféricas. Entender essa conjunção de fatores, explica a pesquisadora Carla Akotirene (2018), é um caminho para que se solucione a questão. “A interseccionalidade instrumentaliza os movimentos antirracistas, feministas e instâncias protetivas dos direitos humanos a lidarem com as pautas das mulheres negras” (p. 57).

A pesquisadora Grada Kilomba (2019) detalha ainda que é importante observar as desigualdades de gênero segundo os marcadores de raça porque construções racistas se baseiam em papéis de gênero e vice-versa. A autora coloca que sobre as mulheres negras recai a história da escravização e do racismo, elementos dos quais as mulheres brancas estão isentas.

A filósofa Angela Davis (2016) faz essa reflexão sobre as mulheres negras estarem marginalizadas dentro do contexto de dominação e opressão que incorre a todas as mulheres. A autora coloca que a população negra sofre consequências sociais oriundas do período de escravização que a coloca em lugares de privação econômica, logo, a estar em classes sociais

inferiores, no que se justifica as limitações e fragilidades acentuadas em contextos de violência doméstica.

### **2.3 Os feminismos e as organizações não governamentais**

São muitas as formas que os feminismos se organizam no Brasil. Tanto que não é assertivo que todas as manifestações dos feminismos sejam vistas como uma movimentação homogênea. Dentre as mais variadas formas de atuação, uma delas é a articulação por meio das Organizações Não Governamentais (ONGs). A socióloga Maria da Glória Gohn (2005) define as ONGs como “instituições que possuem vínculos com a sociedade civil organizada, com movimentos sociais e populares, com as associações de moradores” (p. 106). Ela explica que a atuação por meio de ONGs demarcou um novo campo de atuação da sociedade civil, inserindo cidadãos na vida pública. “As ONGs eram suportes para a ação dos movimentos” (p. 89).

O fortalecimento das ONGs entre os feminismos no Brasil teve um ápice a partir dos anos 1960, quando os contextos de organização civil das mulheres se tornaram mais sólidos. Antes disso, rememora Maria da Glória Gohn (2014), a ideia de coletivos de atuação pública ainda era muito frágil devido ao confinamento de grande parte das mulheres aos espaços domésticos e de trabalho sem relação com movimentações sociopolíticas.

Nestes anos da década de 1960 os feminismos viviam o que se convencionou a chamar de *segunda onda do feminismo*<sup>15</sup>, um período que sucedeu a conquista dos primeiros direitos civis, sendo o mais central deles o voto feminino, no final do século XIX e início do século XX. Nesta segunda onda as mulheres buscavam mais autonomia e debatiam questões de sexualidade, família, mercado de trabalho, direitos reprodutivos e desigualdades legais perante os homens. Faziam isso procurando ocupar os espaços públicos com seus debates. É neste momento que as ONGs se tornam meios de construção de transformações.

A historiadora Céli Pinto (2003) rememora que os feminismos brasileiros tiveram sua mais pública expressão a partir da articulação em ONGs. Foi por meio delas que ocorreu uma profissionalização da causa das mulheres e as manifestações passaram a ser mais especializadas. Foi no espaço das ONGs que várias profissionais passaram a exercer suas atividades comprometidas com a causas feministas.

Céli Pinto (2003) ainda explica que as ONGs promovem uma institucionalização dos movimentos sociais. A autora aponta que foi por meio dessas organizações que os feminismos passaram a se manifestar no Brasil mais massivamente, tanto na defesa dos direitos

---

15 As ondas dos feminismos delimitam os principais marcos políticos do movimento. Mais informações em: <https://azmina.com.br/reportagens/feminismo-no-brasil/>. Acesso em: jan. 2021.

das mulheres em campos políticos como na articulação de redes nacionais de mulheres. O trabalho das ONGs possibilitou, ainda, que as mulheres pudessem segmentar suas lutas, compreendendo a diversidade de demandas que envolviam as opressões das mulheres.

Entre as ONGs associadas à ABONG (Associação Brasileira de ONGs), é possível verificar organizações que se ocuparam das mulheres rurais, de mulheres portadoras de HIV, mulheres parlamentares, mulheres negras, mulheres prostitutas etc. Esse conjunto dá a medida de uma das características marcantes dessa nova fase do feminismo de ONG: a segmentação das lutas. (PINTO, 2003, p. 97).

Nascia, por meio das ONGs, uma articulação feminista que se pretendia mais efetiva em promover uma contestação da dominação masculina com base no entendimento de que questões de natureza violenta ocorridas no espaço privado da casa deveriam ser tornar públicas. O que antes era visto como fato meramente pessoal passou a ser visto como fato político e que importava a toda sociedade. Virgili (2013) rememora que essa dimensão política das violências foi uma atribuição dada a partir das organizações dos feminismos. Passou-se a compreender que a imposição da violência diante de um poder tirânico masculino rebaixava as mulheres à fraqueza física e fragilidade psíquica e que a definição de violência ocorrida dentro de espaços familiares era de responsabilidade também do poder público.

Lélia González (2020) defende que os feminismos desempenharam papel fundamental nas lutas e conquistas das mulheres, estimulando a formação de grupos e redes e desenvolvendo uma nova maneira de ser mulher. “O extremismo estabelecido pelo feminismo tornou irreversível a busca de um modelo alternativo de sociedade. Graças à sua produção teórica e à sua ação como movimento, o mundo não é mais o mesmo” (p.140).

A articulação dos feminismos em torno da causa escancarou o fato de que a violência doméstica ocorria de forma cada vez mais banal e que situações hostis estão próximas às mulheres. Welzer-Lang (1991) chama atenção ao fato de que o homem violento não está, necessariamente, no estereótipo do monstro, asqueroso, louco, mas no marido, companheiro, que impõe à mulher uma condição de dominada, impedindo-a de alcançar o status de sujeito e de se revoltar. O autor defende que as violências masculinas são comuns, senão banais, sustentando que antes de se tornarem graves, os casos de violência doméstica eram habituais. O âmbito privado era tão hermético ao poder do Estado que quando ocorriam violências no espaço do lar elas eram compreendidas como defesa da honra da família. A estrutura patriarcal tanto empoderou os homens que, por muitos anos, foram inatingíveis de sanções.

A atuação dos feminismos brasileiros a partir dos anos 1970 impulsionou o sistema judiciário para que fosse questionada a dominação masculina em espaços privados. Em um primeiro momento, as leis passaram a tirar a centralidade da figura do homem. Foram criadas



leis que implicavam a necessidade de atender também às necessidades das mulheres dentro das relações. Foi a partir de então que nasceram as leis sobre divórcio, deixou-se de criminalizar o adultério e tornou-se crime o atentado violento ao pudor, revogado quando foi criminalizado o estupro, uma forma de atualizar a lei. Somente muito mais tarde, em 2006, a violência doméstica ganharia um recorte de gênero com a Lei Maria da Penha.

O momento delimitador do aspecto público das violências privadas foi a observação do que Virgili (2013) chama de “funil do segredo”. Foi notado que a violência não é apenas um ato que envolve duas pessoas. O “segredo” da violência era, na verdade, um fato compartilhado cada vez mais amplamente.

O primeiro segredo conhecido de um único casal se estende aos filhos, testemunhas dos primeiros extravasamentos do enfrentamento conflitivo. Em seguida, são a família e os amigos que podem tomar conhecimento dele ou dele serem testemunhas. Nesse momento, as paredes do domicílio familiar não constituem mais um limite para o exercício da violência, que transborda para o espaço público. Enfim, as violências psíquicas invadem o espaço social. Colegas, trabalhadores sociais e policiais se encontram implicados na violência doméstica. (VIRGILI, 2013, p. 93).

Ao passo que a violência doméstica alcançava os espaços públicos, os feminismos articulavam possíveis mudanças desse cenário. “Os movimentos feministas caminhavam juntos, com o combate no plano político, pela denúncia e pela reivindicação de mudanças legislativas, e no plano de ajuda concreta às mulheres.” (VIRGILI, 2013, p. 108-109).

Mariza Corrêa (1983) rememora que, até ali, a norma jurídica funcionava de forma a manter a desigualdade entre homens e mulheres, fazendo com que a violência contra as mulheres fosse institucional e sistemática. Com a legislação atuando em favor dos homens, a realidade das mulheres era de silêncio e medo. O silêncio passava a ser parceiro da violência, uma vez que fornecia subsídio para um ambiente que se pretende intransponível para que a vítima denunciasse as agressões sofridas. A atuação dos feminismos funcionava de forma a romper as limitações privadas e captar a intervenção do poder público.

A relação deixa então de ser circunscrita, de interessar apenas aos diretamente envolvidos e passa ao controle de outras esferas sociais. No caso, primeiro a polícia e depois a organização judiciária tomarão conta desse questionamento das normas estabelecidas, evidente na morte ou tentativa de morte. (CORRÊA, 1983, p. 24).

Heleieth Saffioti (2002), em pesquisa quantitativa no estado de São Paulo, reporta a subnotificação dos casos de violência doméstica nos órgãos oficiais e confere a vergonha do ocorrido como razão para tal fato. Há também a crença de que haverá uma mudança de comportamento do companheiro. Muitas das vítimas não têm consciência de que a violência doméstica cresce em escalada. “Do empurrão e do tapa, aparentemente ‘infrações penais de menor poder ofensivo’, pode-se chegar, ao longo do tempo, ao feminicídio” (p. 68). Desta

forma, a atmosfera de silêncio cresce e a distância entre as mulheres e a seguridade jurídica se torna ainda maior.

Heleieth Safiotti (2002) abre um panorama onde a violência contra as mulheres foi, durante muitos anos, internalizada como “o destino feminino”, e foram naturalizados os sentimentos de culpabilização, silenciamento, dificuldade de autoproteção. Grada Kilomba (2019) analisa que esse silêncio que acomete pessoas em situação de subalternidade é fruto de uma hierarquia violenta que confere poder a quem produz a violência a ponto desse poder determinar quem pode falar. Na contramão disso, os feminismos vieram então a ajudar as mulheres a romper com esse cenário de silenciamento e abrir a possibilidade de reconstruir imagens e expectativas, transformando paradigmas, costumes e comportamentos sociais.

As provocações dos feminismos ao poder público, dentre várias conquistas, possibilitaram conquistas tais como a implementação das Delegacias da Mulher (DDM). A primeira delas foi criada em São Paulo, no dia 5 de agosto de 1985, e em seguida, várias outras foram tomando forma em todo Brasil.

No Ceará, além de uma DDM em Fortaleza<sup>16</sup>, existem outras nove Delegacias da Mulher nos municípios de Caucaia, Crato, Pacatuba, Icó, Iguatu, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Quixadá e Sobral. A unidade da Capital, mais acessada em razão do maior volume de mulheres que a cidade compreende, funciona 24 horas por dia, em regime de plantão.

Equipamentos desta natureza são conquistas importantes porque buscam garantir um ambiente onde as mulheres vítimas encontrem acolhimento diante das agressões sofridas. A antropóloga Maria José Taube (2002) lembra que, durante muito tempo, houve um despreparo jurídico para lidar com a condição das mulheres vítimas de violência doméstica, e que todo o trâmite era feito de forma a desencorajar o prosseguimento da denúncia.

Muitas vezes, as mulheres eram acompanhadas à delegacia, para garantir que o boletim de ocorrência fosse expedido. E ouviam frases do tipo: ‘quando seu marido souber que foi fichado, aí é que a violência vai piorar’ ou ‘precisa ver o que a senhora anda aprontando’. Esse tipo de intimidação fazia as mulheres retrocederem, desistirem, retirarem as queixas, desmentirem depoimentos feitos à polícia. (TAUBE, 2002, p. 179).

Desta forma foi criada uma condição de silenciamento que envolve as denúncias do crime de violência doméstica ainda na atualidade. Às mulheres recai a responsabilidade de manter a família dentro dos padrões intocáveis do moralismo e das aparências de perfeição. Se

---

16 Mais informações em: <https://www.policiacivil.ce.gov.br/2019/06/26/atendimento-da-delegacia-de-defesa-da-mulher-completa-um-ano-na-casa-da-mulher-brasileira/>. Acesso em: jun. 2020.

não alcançam a justiça, ou se não são acolhidas quando a procuram, cada vez mais se torna intransponível o isolamento dessas mulheres.

As mulheres perdem a confiança, porque nada significativo foi feito para impedir a violência ou para facilitar que escapem a seus agressores. Se isolam e se culpam pela desestruturação familiar que tudo isso causa. E, então, os braços da Polícia e da Justiça não chegam mais até elas, fechando as possibilidades. (TAUBE, 2002, p. 191 -192).

Maria José Taube (2002) ainda chama atenção ao fato de que a violência doméstica, para além do episódio de violência em si, também oneram o Estado.

Internações hospitalares por queimaduras, lesões graves, tentativas de homicídios, fraturas, facadas, abortos provocados por espancamento, doenças psicossomáticas, processos de depressão graves, hipertensão, tentativas de suicídios, entre outras violências, têm como consequência abandonos de emprego, ausências sistemáticas no trabalho (às vezes, por estar em cárcere privado), uso de substâncias químicas e álcool, levados a processos criminais e jurídicos com separações litigiosas, pensões alimentícias, separação de corpos e outros, gerando altos custos financeiros para o Estado e para empresas privadas e famílias, sendo, em inúmeros casos, resultado direto da violência doméstica e intrafamiliar. (TAUBE, 2002, p. 198).

É este o ponto onde a participação dos feminismos por meio do trabalho das ONGs propõe-se efetiva, estabelecendo pontes entre as mulheres vítimas e o sistema de justiça, informando-as e mobilizando em direção a uma solução dos casos e a uma construção de uma nova realidade onde seja mais acessível e efetivo pedir ajuda.

#### **2.4 Ciberativismo e construção cidadã on-line no combate à violência doméstica**

Relatório da Organizações das Nações Unidas (ONU)<sup>17</sup> do ano de 2011 concluiu que, apesar das movimentações em prol da igualdade entre os gêneros observadas ao longo do último século, a violência doméstica ainda é um problema que persiste no mundo inteiro. O Brasil ocupou, segundo Waiselfisz (2012), durante o ano de 2009, o sétimo lugar no *ranking* dos países com maior número de crimes praticados contra as mulheres, sendo grande parte destes praticados em espaço privado, dentro da casa da vítima.

O relatório especifica a violência contra as mulheres como uma das principais formas de violar os direitos humanos delas. Segundo esses dados, existem barreiras estruturais no sistema judiciário que impedem a execução plena das leis de combate à violência contra a mulher no mundo inteiro. Grande parte dessas barreiras são oriundas do acesso limitado à justiça, que, em termos práticos, não leva em consideração as dificuldades próprias das mulheres inseridas nesse contexto, tais como insuficiência de recursos financeiros, pouca

---

17 Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/mulheres/>. Acesso em março de 2019.

mobilidade geográfica, falta de apoio de familiares e amigos e ainda pouca difusão das informações sobre o funcionamento das leis e dos trâmites de acesso às garantias legais.

Com vistas a auxiliar mulheres vítimas de violência no Brasil a transpor essas barreiras, os feminismos brasileiros também atuam por meio de ONGs, uma das formas de auxiliar outras mulheres a sair do âmbito das violências que ocorrem no espaço privado e avançar para o espaço público difundindo informações e batalhando para conseguir garantir formas efetivas de acesso a direitos.

Miguel e a cientista política Flávia Biroli (2014) explicam que trazer questões do espaço privado para espaços públicos favorece mulheres em situação de vulnerabilidade. Os autores apontam que, durante muito tempo, a preservação do espaço da casa em relação às intervenções estatais e até mesmo leis e valores morais limitaram a autonomia das mulheres. Desta forma, a integridade individual das mulheres era comprometida em detrimento da imagem da entidade familiar. O arranjo estatal favorecia a dominação masculina e punha em risco a vida das mulheres.

A garantia de privacidade para o domínio familiar e doméstico foi vista, por isso, como uma das ferramentas para a manutenção da dominação masculina. A compreensão de que o que se passa na esfera doméstica compete apenas aos indivíduos que dela fazem parte serviu para bloquear a proteção àqueles mais vulneráveis nas relações de poder correntes. Serviu, também, para ofuscar as vinculações entre os papéis e as posições de poder na esfera privada e na esfera pública. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 32).

Levar questões de natureza privada ao espaço público, ainda segundo Miguel e Flávia Biroli (2014), têm potencial gerador de novas práticas políticas capazes de transformar normas e instituições de forma a garantir segurança, liberdade e autonomia para as mulheres. A justiça social, defendem os mesmos autores, também precisa ter por base relações familiares justas, com relações igualitárias.

A tipificação da violência doméstica e do estupro no casamento como crimes são exemplos claros de que a ‘interferência’ na vida privada é incontornável para garantir a cidadania e mesmo a integridade física das mulheres e crianças. O mundo dos afetos é também aquele em que muitos abusos puderam ser perpetuados em nome da privacidade e da autonomia da entidade familiar em relação às normas aplicáveis ao espaço público. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 34).

A historiadora Silvia Federici (2019) aponta que, dentro de um panorama histórico, o olhar das mulheres ativistas por direitos civis e seguridades sociais sempre esteve atento às violências sofridas tanto em âmbito doméstico quanto fora dele. “Desde os primórdios do movimento feminista, a violência contra as mulheres tem sido uma das principais questões da mobilização feminista.” (p. 90)

A impunidade dos agressores e a normalização do olhar social para as violências sofridas pelas mulheres tanto no âmbito do lar como fora dele, segundo Federici (2019), são fator determinante para que as mulheres não busquem auxílio para a solucionar os casos sofridos.

Muitas vezes, as mulheres não denunciam os abusos que sofreram por medo de serem rejeitadas pela família ou submetidas a mais violência. Por outro lado, a tolerância institucional à violência doméstica gera uma cultura de impunidade que contribui para normalizar a violência pública infligida às mulheres. (FEDERICI, 2019, p. 101).

Na contemporaneidade, as redes sociais tornaram-se aliadas das mulheres na busca por informações e acolhimento sobre as violências sofridas. O espaço virtual estruturou-se de forma a difundir informações, acolher relatos de vida e promover mobilizações. Recuero, Bastos e Zago (2018) definem que redes sociais são metáforas para a estrutura dos agrupamentos sociais. “Elas são constituídas pelas relações entre os indivíduos e vão servir como estrutura fundamental para a sociedade” (p. 23).

As redes sociais passaram a ser uma alternativa de comunicação entre as pessoas, unindo causas comuns. Maria da Glória Gohn (2014) diz que, na contemporaneidade, as pessoas “antes de ocupar territórios do espaço físico, familiarizam-se com o espaço virtual, atuam no novo espaço social criado via o uso da internet” (p. 84).

Boyd e Ellison (2013) definem as redes sociais como plataformas de comunicação em rede nas quais os participantes possuem perfis de identificação única que consistem em conteúdos produzidos pelo usuário, conteúdos fornecidos por outros usuários (os ditos compartilhamentos), e/ou dados fornecidos pelo sistema. As redes sociais podem articular publicamente conexões visíveis e cruzadas por outros usuários e podem consumir, produzir e/ou interagir com fluxos de conteúdo gerado por outros usuários e fornecidos por suas próprias conexões no site.

Recuero, Bastos e Zago (2018) detalham ainda que as redes sociais funcionam com bases em *algoritmos*<sup>18</sup> que percebem o fluxo de interações e de conteúdo produzido pelos usuários e atuam de forma a fortalecer os assuntos e interações mais relevantes. Desta forma, redes sociais tais como Facebook, Instagram e Twitter, formam um ecossistema informativo onde conteúdos que geram interações são priorizados e têm mais visibilidade, enquanto outros

---

18 Algoritmos, segundo Sérgio Amadeu da Silveira (2019), são rotinas finitas e logicamente encadeadas que realizam tarefas a partir das interações que recebem. Mais informações em **Democracia e os Códigos Invisíveis**: Como os Algoritmos estão modulando os Comportamentos e Escolhas Políticas. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.

conteúdos sem nenhuma curtida, comentário ou compartilhamento tendem a sumir das *timelines*<sup>19</sup>.

Lemos (2004) explica que tais comportamentos virtuais permitem a existência da Cibercultura, uma cultura de compartilhamento e de trabalho colaborativo, levando a uma identidade cultural entre os usuários de softwares na internet. “A cibercultura potencializa aquilo que é próprio de toda dinâmica cultural, a saber o compartilhamento, a distribuição, a cooperação, a apropriação dos bens simbólicos” (p. 11). O autor defende que o espaço virtual promove novas formas de comunicação.

Como meio, a internet problematiza a forma midiática massiva de divulgação cultural. Ela é o foco de irradiação de informação, conhecimento e troca de mensagens entre pessoas ao redor do mundo, abrindo o pólo da emissão. Com a cibercultura, trata-se efetivamente da emergência de uma liberação do polo da emissão (a emissão no ciberespaço não é controlada centralmente; todos podem emitir), e é essa liberação que, em nossa hipótese, vai marcar a cultura da rede contemporânea em suas mais diversas manifestações. (LEMOS, 2004, p. 15).

No entanto, é importante atentar ao que diz Carvalho (2020), que explica que liberdade e participação social não resolvem automaticamente as lacunas sociais. É preciso que sejam garantidos amplos direitos civis, sociais e políticos, para que todas as lacunas sejam sanadas. O que não confere um caráter imediato na resolução dos problemas via redes sociais. Todavia, faz-se necessário entender a articulação virtual dos movimentos sociais como um passo de luta em direção à garantia desses direitos. Maria da Glória Gohn (2011) defende que os coletivos sociais como as ONGs são vínculos possíveis na luta organizada por mais direitos sociais e civis. “Realizam diagnósticos sobre as realidade sociais e constroem suas propostas, atuam em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão” (p. 336). O uso das redes por essas organizações é visto pela pesquisadora Cicilia Peruzzo (2013) como um diferencial importante na contemporaneidade brasileira.

As mídias e redes sociais virtuais (YouTube, Flickr, Facebook, Instagram, Twitter etc) se constituem em canais de informação, em ambientes comunicacionais, em pontos de encontro, enfim, em redes e, às vezes, até em comunidades, que facilitaram os relacionamentos (entre os que estão conectados), a articulação entre as pessoas e as ações conjugadas (acertos de dia, local e hora para encontros presenciais). Claro que servem ainda de arena de debate, de difusão, acesso e troca de informação. (PERUZZO, 2013, p. 79).

Uma das vantagens do funcionamento das redes sociais dentro da perspectiva de organização social, segundo os pesquisadores Raquel Recuero, Gabriela Bastos e Zago (2018), é que as conversações e trocas sociais deixam “rastros” que são arquivados pelas redes sociais,

---

19 Forma gráfica e linear de organizar e apresentar uma sequência de conteúdos de maneira cronológica.

podendo ser recuperados e buscados. Nas redes sociais não há um desgaste de laços sociais pela falta de contato entre os usuários. Os “rastros” caracterizam a estabilidade dessas redes, tornando-as complexas e compreendendo a pluralidade das relações *offline*. “Essas ferramentas também proporcionaram o estabelecimento de espaços de representação, imbuídos da *persona* que representam e delimitados como um espaço ‘pessoal’ de ‘fala’ dos indivíduos” (p. 22).

Raquel Recuero (2009) defende que as interações virtuais estão possibilitando o surgimento de grupos sociais na internet com características comunitárias. A autora defende que o ciberespaço tem modificado a estrutura social de convivência das pessoas, ampliando não apenas os espaços, mas também os poderes de interação social delas. As conexões virtuais não estão desconectadas dos espaços concretos de interação face a face, mas são extensões deles, podendo, inclusive, ampliá-los.

A utilização das redes sociais tem sido um meio de organização, informação e mobilização de diversos movimentos sociais, entre eles, os feminismos. A pesquisadora e escritora Maria Bogado (2018) defende que por meio das redes sociais os feminismos brasileiros têm vivido uma nova linguagem tecnopolítica e experimentado novos modelos de atuação. A autora chama atenção ao caráter autônomo dos participantes, que agora se utilizam das redes sociais de forma direta, sem relação de dependência do sistema político, mas passam a operar por meio de ações, de debates e laços criados que vão das redes sociais até a ocupação coletiva de espaços e debates públicos.

O marco histórico da materialização da movimentação sociopolítica que se articula por meio das redes sociais foi a “Primavera Árabe”, ocorrida em 2011. Manifestantes começaram a denunciar nesses espaços virtuais as desigualdades e a corrupção das ditaduras do norte da África e Oriente Médio. Vasconcelos Filho e Coutinho (2017) contam que a revolta tomou corpo nas redes sociais e saiu às ruas em diversos protestos que foram caracterizados como sendo uma “revolução digital”, e deram início a um novo momento que as redes sociais são centrais em um novo modelo de atuação política onde basta a identificação com uma causa para atuar nela. A internet passou a ser vista como espaço potencializador de novos atores políticos.

Os protestos *online* e *offline* da “Primavera Árabe” deram início a um modo de agir e manifestar politicamente que chegou ao Brasil mais concretamente em junho de 2013. Manifestações contra o aumento do preço do transporte público começaram a fermentar em

ambientes virtuais e alcançaram as ruas de São Paulo. A *hashtag*<sup>20</sup> #VemPraRua, em junho daquele ano, mobilizou por meio das redes sociais a saída de 250 mil pessoas às ruas<sup>21</sup>. O impacto do uso da *hashtag* e da movimentação virtual era surpreendente e não pôde ser ignorado.

Este episódio deu início ao que mais tarde ficou conhecido como as *Jornadas de Junho*. Na internet as ações eram debatidas, a mobilização era chamada. Quando os atos estavam nas ruas, as redes sociais informavam os lugares de concentração, pontos de conflito, rotas livres, divulgavam fotos e vídeos. O ciberativismo da causa das tarifas de transporte público ganhou corpo e motivou, inclusive, a mobilização de outras áreas.

Maria da Glória Gohn (2014) rememora que em junho de 2013 ocorreu em 12 capitais brasileiras e em várias outras cidades de médio porte uma onda de manifestações populares nas ruas, praças e avenidas. A autora traz a estimativa de que cerca de dois milhões de pessoas saíram às ruas do país entre junho e agosto de 2013, em 483 municípios, para protestar contra o aumento da tarifa de ônibus. No mês de junho, o auge dos protestos, 353 cidades brasileiras se envolveram, chegando a mobilizar um milhão de pessoas em um só dia, o 20 de junho daquele ano. A autora ainda avalia:

Na história do país registramos o mesmo feito apenas em três momentos: em 1992, no impeachment do ex-Presidente Collor de Melo; em 1984, no Movimento Diretas Já, no período do regime militar, em luta pelo retorno à democracia; e nos anos de 1960, nas greves e paralisações pré-Golpe Militar de 1964, e em 1968, com o movimento dos estudantes, a Passeata dos Cem Mil etc. (GOHN, 2014, p. 7-8).

Pellanda (2009) diz que o Brasil, apesar da desigualdade social latente e de grande parte da população viver em situação de miséria, é um dos países que mais adota novas tecnologias e culturas digitais, de forma que se torna possível uma movimentação política que comece na internet.

Maria Bogado (2018) narra que em 2015 já era possível notar que os feminismos alcançavam patamares inéditos e levavam milhares de manifestantes às ruas das grandes cidades do País a partir de organizações iniciadas nas redes sociais. A autora destaca que, neste momento, os feminismos se apropriavam de características que são próprias das redes sociais: a horizontalidade, a recusa de formação de lideranças e a priorização total do coletivo. As

---

20 Hashtags são palavras-chaves ou termos associados a uma informação, tópico ou discussão que se deseje mapear nas redes sociais. São compostas, além da palavra-chave do assunto, pelo símbolo cerquilha (#). As hashtags são ainda hiperlinks dentro das redes sociais alcançáveis pelos mecanismos de busca. Outros usuários podem clicar nas hashtags para ter acesso a outras mensagens sobre determinado assunto.

21 Mais informações em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-reunem-mais-de-250-mil-pessoas.html>. Acesso em: jan. 2021.



questões das mulheres ganham força e amplitude de tal modo que este novo momento, que tem por característica os usos da internet e das redes sociais, passa a ser compreendido como a *quarta onda do feminismo*<sup>22</sup>.

Ao longo da história os feminismos viveram momentos de maior protagonismo no debate público. A esses momentos, dá-se o nome de *ondas do feminismo*, uma forma de estabelecer teoricamente uma organização temporal das lutas e conquistas do movimento<sup>23</sup>. A pesquisadora Mirla Cisne (2015) rememora que em fins do século XIX e início do século XX, eclodiu a *primeira onda feminista*, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Essa primeira grande movimentação reivindicava direitos civis, principalmente o direito das mulheres ao voto. A *segunda onda* marcou os anos da década de 1960, e teve movimentações principalmente nos Estados Unidos. Reivindicava a autonomia da mulher em questões de sexualidade, direitos reprodutivos, acesso ao mercado de trabalho e o fim das desigualdades legais entre homens e mulheres. Já a *terceira onda* marcou os anos da década de 1990 e trouxe as reivindicações de quebra dos estereótipos das mulheres, percebendo a multiplicidade de cores, etnias, nacionalidades, religiões e origens culturais. A *onda* atual é a quarta, iniciada por volta do ano de 2012, e tem no uso da internet e das redes sociais para mobilizar *hashtags* com as pautas dos feminismos a sua maior característica.

A filósofa Nancy Fraser (2020) situa que o contexto político atual passa por um colapso da autoridade dos partidos e das classes políticas estabelecidas. Vivemos um momento no qual hegemonias têm sido questionadas.

É como se as massas de pessoas em todo mundo parassem de acreditar no senso comum reinante que sustentou a dominação política nas últimas décadas. É como se tivessem perdido a confiança na boa-fé das elites e buscassem novas ideologias, organizações e lideranças. (FRASER, 2020, p. 34).

Diante desse aparente colapso político, as redes sociais formam um cenário virtual como novo ambiente de micropolíticas e organizações sociais. Elas forjam novas organizações e formas de luta. Malini e Antoun (2013) apontam a internet como uma máquina de cooperação social que constrói relações, afetos e trocas de conhecimentos micropolíticos. Sakamoto (2013) defende que as tecnologias de comunicação não são ferramentas que apenas descrevem

---

22 Mais informações em: <https://www.nexojournal.com.br/explicado/2020/03/07/Feminismo-origens-conquistas-e-desafios-no-s%C3%A9culo-21#section-27>. Acesso em: jan. 2021.

23 Há controvérsias em torno da organização dos feminismos por meio de ondas. Elas caracterizam momentos em que os feminismos tomaram conta do debate público, mas recebem críticas porque dão a entender que há, constantemente, uma organização homogênea dos feminismos em torno de uma agenda unificada, ou que os diversos feminismos se reduzam a um só, o que não é verdade. Há diversas correntes e vertentes dentro do mesmo movimento, por isso, nesse texto, falamos em “feminismos”. Aqui, decidimos falar nas ondas acolhendo as críticas a elas para situar o momento histórico político atual.

momentos, mas de construção e reconstrução da realidade. Os usuários de redes sociais estão inventando, articulando e modificando os cenários políticos. “Isso, aos poucos, altera também a maneira de se fazer política e as formas de participação social” (p. 95).

Maria da Glória Gohn (2013) rememora que, antes mesmo das ações *online*, os movimentos sociais construíram as bases das mais diversas ações coletivas no Brasil desde a década de 1970. A autora destaca a importância dos movimentos sociais como organizações com elementos e fontes de inovações e mudanças uma vez que geram solidariedade social e coesão, impulsionando as pessoas em torno de uma causa comum. “Existe também um reconhecimento de que eles detêm um saber, decorrentes de suas práticas cotidianas, passíveis de serem apropriados e transformados em força produtiva” (p. 40-41).

A socióloga Verónica Gago (2020) defende que os feminismos são uma teoria alternativa do poder, uma potência que desenvolve um contrapoder, uma força que impulsiona o que é percebido coletivamente. “Oferece um horizonte comum em termos organizativos que funciona como catalisador prático.” (p. 280). Em contato, as mulheres percebem umas às outras e notam as lutas comuns, unindo-se. “Essa transversalidade política se nutre nos diversos territórios em conflito, construindo uma afetação comum para problemas que tendem a ser vividos como individuais e um diagnóstico político para as violências que costumam ser encapsuladas como domésticas.” (GAGO, 2020, p. 281).

No Brasil, as redes sociais têm sido um notado espaço estratégico de organização dos feminismos. A pesquisadora Cristiane Costa (2018) pontua que a força das ruas não pode ser atribuída integralmente às redes sociais, mas situa a relevância delas. “Nunca as táticas e a militância das mulheres foram tão potencializadas e produziram reações e alianças na escala que se vê hoje. O fato é que as redes sociais, desde sua popularização na década de 2010, são o mecanismo mais importante de mobilização política.” (COSTA, 2018, p. 43).

Castells (2017) defende que estamos vivendo um novo contexto de comunicação em ampla escala com profundas transformações tecnológicas e organizacionais, e que essa mudança está no cerne da sociedade em rede como uma nova estrutura social, onde os movimentos sociais contemporâneos têm-se desenvolvido. Desta forma, os movimentos têm usado o computador para conectar o “eu” ao “nós” criando uma comunidade que nasce de forma a questionar o poder, podendo interferir nele.

No entanto, Mozorov (2018) chama atenção ao fato do que chama de “ilusão de rede”, a aparente ideia de que a resolução de problemas sociais complexos está sempre à distância de um clique em uma rede social.

## 2.5 As contradições das redes sociais

É fato que o funcionamento das redes sociais permite a construção de um debate que nasce de reclames de âmbito privado e alcança o espaço público, mobilizando pessoas em torno de interesses e vivências comuns. No entanto, é importante atentar que redes sociais são também empresas privadas, e que o espaço delas não é neutro uma vez que está mediado pelos interesses dessas empresas, que, dentro do sistema capitalista, têm por objetivo o lucro e a produção de mercadoria.

Figueiredo (2019) explica que o modelo de negócios das redes sociais é baseado na vigilância dos usuários e que, em razão disso, gera obstáculos para o alcance da comunicação de movimentos sociais devido à organização dos indivíduos em “públicos calculados”. “Dessa forma, ativistas ao usarem a internet para mobilizar e disseminar comunicação contra-hegemônica reproduzem o que chamamos ativismo codificado, ou seja, ações coletivas presas à lei do código e às interações regidas pela programação algorítmica das plataformas” (p.129).

A pesquisadora Helena Martins (2020) detalha que o controle privado das redes sociais tem o potencial de limitar inclusive o que circula pela rede, o que pode ser feito por meio da fixação de protocolos e *algoritmos*.

As tecnologias estão situadas em um contexto social e institucional que limita as opções possíveis, sendo, portanto, marcadas por relações e necessidades sociais, definidas, em geral, pelas demandas de grupos hegemônicos, ainda que possam ser desenvolvidos usos imprevistos ou até contra-hegemônicos. (MARTINS, 2020, p. 184).

Harvey (2018) defende que novas tecnologias tais como a internet e as mídias sociais prometem um futuro socialista utópico, mas, na ausência de outras formas de ação, acabam cooptadas pelo capital e transformadas em novas formas e modos de exploração e acumulação. O mesmo autor diz que a tecnologia não deve ser sempre vista como progresso, e que há uma “crença fetichista” (p. 122) de que soluções e inovações tecnológicas têm a resposta a todos os problemas sociais, o que não seria verdade.

Figueiredo (2019) explica que a função das redes sociais é gerar interações baseadas na coleta e processamento automatizados de dados originários da interação orgânica entre os perfis de usuários das plataformas. Ou seja, os usuários das redes sociais passam a ter suas ações regulamentadas pelos algoritmos das empresas proprietárias de cada rede social. Esse arranjo coloca por terra as ilusões de neutralidade das redes, que passam a orquestrar as movimentações dos usuários com base em seus interesses de mercado. Sobre a questão dos algoritmos, Helena Martins (2020) explica que eles não definem o querer e o agir dos usuários das redes sociais,

mas acabam impactando as escolhas uma vez que direcionam a determinados conteúdos baseados na leitura e no uso que fazem dos dados pessoais desses usuários.

As promessas de liberdade se frustram em um presente e horizonte distópicos, marcados pela vigilância e pelo controle, exercidos por Estados e corporações. Trata-se de um tipo de controle difuso, para o qual são utilizados aparelhos presentes em nossas cidades, casas e na palma das mãos. (MARTINS, 2020, p. 15).

Dijk, Poell e Wall (2018) reforçam que as redes sociais “são arquiteturas digitais programáveis projetadas para organizarem interações entre usuários – não apenas usuários finais, mas também entes corporativos e organizações públicas” (p. 4). O que limita a atuação de movimentos sociais dentro dessas plataformas. Nada é exatamente livre.

Mészáros (2014) detalha que o desenvolvimento tecnológico sempre esteve ligado às contradições do capital, logo as práticas tecnológicas estão mais próximas da produção de capital do que dos objetivos humanos. O autor diz que, uma vez que as tecnologias estão sob domínio do capital, elas necessariamente atuam sob contradições objetivas que não são sanadas por reorientação individual de algum usuário diante dessa tecnologia.

A afirmação de que nossa ‘sociedade tecnológica’ é um ‘*tipo totalmente novo de sociedade*’ em que ‘*a ciência e a tecnologia ditam*’ o que acontece ao corpo social, abalando por sua própria conta as instituições estabelecidas e ‘destruindo os fundamentos sociais dos valores mais prezados’, é uma completa mistificação. Não pode haver um ‘tipo novo de sociedade’ criado pelo mecanismo pretensamente incontrolável e autopropulsionado das descobertas científicas e dos desenvolvimentos tecnológicos porque, na verdade, a ciência e a tecnologia estão sempre profundamente inseridas nas estruturas e determinações sociais de sua época. Consequentemente, não são nem mais ‘impessoais e não-ideológicas’, nem mais ameaçadoras do que qualquer outra prática produtiva importante da sociedade em questão. (MÉSZÁROS, 2014, p. 265, grifos do autor).

Apesar desse cenário de vigilância e controle, Han (2018) defende que as mídias digitais transformam nosso comportamento, percepção, pensamento e vida em conjunto. O autor diz que na contemporaneidade vê-se o fim da representação. Agora, todos querem falar por si mesmos, apresentando suas opiniões e relatos sem intermediários.

O autor classifica as redes sociais como uma “mídia de afetos”. “Torna uma descarga de afetos simultânea possível. Já por conta de sua temporalidade ela transporta mais afetos do que a comunicação analógica” (p. 15). Ele ainda pontua que o funcionamento das redes, por permitir aos usuários a geração de informações, prejudica os jogos de poder, quando permite que todos os usuários sejam remetentes e destinatários. “O poder como mídia de comunicação cuida para que a comunicação flua em um sentido. A seleção do curso de ação feita pelos detentores do poder é seguida, por assim dizer, sem ruídos pelos subalternos do poder” (p. 16). Ele diz que as ondas de indignação produzidas pelas redes sociais são eficientes

em mobilizar e compactar a atenção das pessoas. “Claramente, a comunicação digital destrói o silêncio.” (p. 42).

Hoje não somos mais destinatários e consumidores passivos de informação, mas sim remetentes e produtores ativos. Não nos contentamos mais em consumir informações passivamente, mas sim queremos produzi-las e comunicá-las ativamente nós mesmos. Somos simultaneamente consumidores e produtores. Esse duplo papel aumenta enormemente a quantidade de informação. A mídia digital não oferece apenas uma janela para o assistir passivo, mas sim também portas através das quais passamos informações produzidas por nós mesmos. (HAN, 2018, p. 36).

Helena Martins (2020) diz que as tecnologias de informação integram e transformam o cotidiano das pessoas, sendo naturalizadas de forma positiva. A autora defende a necessidade de pensar criticamente as comunicações, que têm sido utilizadas para o avanço do capitalismo. A autora, no entanto, não inviabiliza o viés democratizante da participação política das pessoas por meio das redes sociais.

Importante ter em vista que novos meios técnicos não são apenas novos canais de difusão, mas sim expressões da reorganização das relações sociais. Eles tornam possíveis novas formas de ação e interação, afetando o nosso sistema de referências inclusive por modificar a nossa percepção do tempo e do espaço ou de público e privado, noções que têm sido radicalmente alteradas atualmente. Não são elementos quaisquer. São organizadores da nossa percepção sobre ser e estar no mundo, individual e coletivamente. Produzem subjetividades e cultura. (MARTINS, 2020, p. 187).

Ainda Helena Martins (2020) chama atenção ao fato de que esse sistema de coleta de dados por meio do qual funcionam as redes sociais comprometem o debate público quando formam as “bolhas”.

Se as redes programam o envio de informações para você, a partir da análise do seu perfil e daquilo que você tem acessado, é possível que você não entre em contato com opiniões divergentes. A tendência é que, com isso, visões ideológicas sejam sedimentadas e pessoas repliquem, com mais intensidade, as suas crenças. (MARTINS, 2020, p. 217-218).

Silva (2019) aponta ainda que já uma lógica racial na construção das tecnologias digitais, que funcionam a partir de uma lógica de supremacia branca. “Estudos sobre marcadores textuais específicos em torno de questões raciais apontam as controversas e tentativas de diluição do debate.” (p. 2). “Nos ambientes digitais, entretanto, temos um desafio ainda mais profundo quanto à materialidade dos modos pelos quais o racismo se imbrica nas tecnologias digitais através de processos ‘invisíveis’ nos recursos automatizados como recomendação de conteúdo, reconhecimento facial e processamento de imagens.” (SILVA, 2019, p. 2).

Dessa forma, Silva (2019) defende que os algoritmos modulam o comportamento dos usuários de forma sutil e discreta, mas de forma a reproduzir relações de poder e opressão

já existentes na sociedade. Desta forma, as pautas dos movimentos sociais tendem a estar sufocadas dentro da lógica algorítmica das plataformas digitais. “Então podemos falar de uma opacidade algorítmica que, por sua vez, decide visibilidade e invisibilidade de temas, levando ativistas e pesquisadores a uma dificuldade maior de identificar causas e efeitos.” (p. 12).

Compreendendo que a atuação dos feminismos nas redes sociais está inserida nas lógicas dos códigos e *algoritmos*, apresentamos o trabalho do Instituto AzMina.

## 2.6 A atuação do Instituto AzMina com vistas ao tema da violência doméstica

O Instituto AzMina iniciou suas atividades no ano de 2015 com base em ambiente *online*. Sua principal plataforma de atuação é uma revista digital que produz material jornalístico, a *Revista AzMina*<sup>24</sup>. A publicação aborda diversos temas voltados aos feminismos: violência de gênero, direitos reprodutivos, direitos civis, sexualidade, maternidade, carreira etc. A *Revista AzMina* tem perfis nas redes sociais *Facebook*<sup>25</sup>, *Twitter*<sup>26</sup>, *Instagram*<sup>27</sup> e *YouTube*<sup>28</sup>, onde são postados os conteúdos da publicação. O Instituto ainda criou e mantém o aplicativo para *tablets* e *smartphones* denominado *PenhaS*<sup>29</sup>, que tem por função o combate à violência doméstica.

As iniciativas *online* do Instituto AzMina buscam aproximações da sociedade civil também de forma *offline*. Em julho de 2019, representantes da ONG foram até o Congresso Nacional participar de um evento na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados sobre as novas tecnologias no combate à violência contra a mulher e as famílias. Lá, foram apresentadas soluções com base em tecnologia, dentre entre eles o aplicativo *PenhaS*<sup>30</sup>.

Atualmente o Instituto AzMina, conforme informações disponíveis no site<sup>31</sup> da *Revista AzMina*, usa informação, tecnologia e educação para combater a violência de gênero. As frentes de atuação do Instituto são jornalismo, tecnologia, palestras, campanhas e consultoria.

O nome “AzMina” faz referência ao fato de a ONG desejar acolher as mais diferentes mulheres, sendo elas “de A a Z”, um *slogan* que demonstra a conotação interseccional

---

24 Disponível em: <https://azmina.com.br/>. Acesso em: jun. 2020.

25 Disponível em: <https://www.facebook.com/revistaazmina>. Acesso em: jan. 2021.

26 Disponível em: <https://twitter.com/revistaazmina>. Acesso em: janeiro de 2021.

27 Disponível em: <https://www.instagram.com/revistaazmina/>. Acesso em: jan. 2021.

28 Disponível em: [https://www.youtube.com/channel/UCoyYnOCs\\_pr0oaXSitYi35g](https://www.youtube.com/channel/UCoyYnOCs_pr0oaXSitYi35g). Acesso em: jan. 2021.

29 Mais informações em: <https://azmina.com.br/projetos/penhas/>. Acesso em: jan. 2021.

30 Matéria veiculada na Revista AzMina em julho de 2019 trata desse episódio. Disponível em: <https://azmina.com.br/2019/07/azmina-debate-violencia-contra-a-mulher-no-congresso/>. Acesso em: 20 dez. 2019.

31 Mais informações em: <https://azmina.com.br/instituto-azmina/>. Acesso em: jan. 2021.

do trabalho desenvolvido, onde são conectadas opressões de raça e classe a um gênero que é comum a todas.

O Instituto é formado apenas por mulheres. O núcleo principal tem as jornalistas Carolina OMS, Helena Bertho e Thaís Fôlego. No *site*<sup>32</sup>, a instituição pede apoio financeiro às pessoas que se identificam com o projeto, especificando que conta ainda com apoio monetário de fundações, empresas, parceiros e com trabalhos voluntários de diversas profissionais.

Nas redes sociais do Instituto, que levam o nome da *Revista Azmina*, é feita a reprodução do conteúdo postado no site da revista e a divulgação de campanhas de conscientização sobre as mais diversas pautas dos feminismos.

Figura 1 - Reprodução do Facebook da Revista AzMina



Fonte: Reprodução do Facebook

Silvia Federici (2019) defende que a mobilização organizada e conjunta das mulheres em movimentações públicas de combate à violência de gênero confere um relevante passo para o fim das vulnerabilidades e dos riscos impostos às mulheres rumo a uma transformação social da realidade.

Mais eficazes são as estratégias que as mulheres concebem quando controlam as coisas. Táticas particularmente bem-sucedidas são a abertura de abrigos não controlados por autoridades, mas pelas mulheres que os utilizam, a organização de aulas de autodefesa e o desenvolvimento de manifestações amplamente inclusivas [...]. Em todos os casos, a decisão das mulheres de contra-atacar, romper seu isolamento e se juntar a outras tem sido vital para o sucesso desses esforços. (FEDERICI, 2019, p. 103-104).

Maria da Glória Gohn (2006) pontua a necessidade de mantermos um olhar atento às potencialidades das redes sociais digitais como forma de facilitar a compreensão do novo funcionamento de organizações sociais que, na contemporaneidade, operam com um grau de

---

32 Seção “Apoie” da Revista AzMina. Disponível em: <https://azmina.com.br/sobre/apoie/>. Acesso em: 21 dez. 2019.

institucionalização, como é o caso das ONGs. Como vimos, os sujeitos políticos são protagonistas de ações coletivas e se organizam em redes sociais digitais. A autora aponta que as ações civis têm o particular como horizonte, os interesses imediatos. “E as ações coletivas que são movimento social de fato tiveram de alterar suas práticas e reivindicações para não ficar à margem da História” (p. 12). As redes sociais, para além das limitações, configuram um novo modo de participação política dos cidadãos.

Maria da Glória Gohn (2019) ainda chama atenção ao fato de que sociedades inseridas em um contexto democrático, como é o caso do Brasil, possuem por característica a participação cidadã. Ela diz que a democracia possui aspectos educativos quando insere os cidadãos em contextos de participação, gerando produção de saberes e aprendizados. Segundo ela, o termo “participação” engloba o fortalecimento da sociedade civil para a construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social, sem injustiças, desigualdades ou discriminações.

Pizzorno (1971) pontua que a participação política é uma ação em solidariedade para com o outro que visa conservar ou modificar a estrutura do sistema de interesses dominante. Consonante a este pensamento, Maria da Glória Gohn (2019) ainda coloca que a participação social tem relevância por tornar possíveis acessos a informações e desenvolver meios democráticos de comunicações.

Há ainda a dimensão de que a movimentação da sociedade civil reflete na construção de um cenário de novas relações sociais. Como pontua Maria da Glória Gohn (2019): “O engajamento é também um indicador de mudanças políticas e culturais na sociedade, assim como revela novidades e mudanças no setor das tecnologias comunicacionais que contribuem para o entendimento de mudanças nas relações sociais” (p. 36). A autora traz ainda que a mobilização política institucional é aquela que focaliza os repertórios de grupos e indivíduos e suas articulações com aspectos macros, dada uma certa estrutura de oportunidades políticas existentes em determinados contextos.

A combinação de repertórios com estruturas de oportunidades políticas viabiliza que demandas ganhem a cena pública. As oportunidades políticas, os símbolos e códigos construídos no processo de mobilização são vistos como recursos, instrumentos, meios para certos fins, num ambiente onde se têm oportunidades e constrangimentos. Este ambiente tem força de configuração nos processos de litígios e contenções. (GOHN, 2019, p. 39).

Sobre o tema da construção cidadã, Canclini (2008) complementa o pensamento de Maria da Glória Gohn (2006, 2019) quando diz que a cidadania e os direitos não falam somente



da estrutura formal da sociedade, mas indicam o estado da luta por reconhecimento como sujeitos de interesses válidos e demandas legítimas.

Compreendendo quando Maria da Glória Gohn (2019) diz que a internet é, na contemporaneidade, o principal meio de convocação e organização de grandes manifestações sociais, esta pesquisa destaca a atuação dos feminismos nas redes sociais a partir da experiência do Instituto AzMina. As ações promovidas pela instituição em espaços virtuais visam sempre divulgar as pautas dos feminismos e gerar um ambiente de debate e acolhimento. É uma forma de promoção da participação social com base na vontade dos cidadãos, no livre convencimento e na associação. Visa uma integração e a luta contra a exclusão. O ciberativismo, portanto, delinea uma nova forma de ação das ONGs, que no passado atuavam por meios *offline* e com trâmites mais formais de adesão.

A participação social cidadã é aquela que configura formas de intervenção individual e coletiva, que supõem redes de interação variadas e complexas determinadas (proveniente da ‘qualidade’ da cidadania) por relações entre pessoas, grupos e instituições com o Estado. A participação social deriva de uma concepção de cidadania ativa. A cidadania define os que pertencem (inclusão) e os que não se integram à comunidade política (exclusão); logo, a participação se desenvolve em esferas sempre marcadas também por relações de conflito e pode comportar manipulação. (MILANI, 2008, p. 560).

Sobre o tema do ciberativismo, a pesquisadora Raquel Recuero (2012) explica ainda que esta relação entre o usuário e o computador gerou um ambiente de novas mediações de interação e que as ferramentas tais como as redes sociais deram novos impulsos aos processos de conversação.

Os sites de redes sociais permitiram às pessoas publicar e ampliar suas redes, criando novas conexões e novas formas de circulação e informação (Recuero e Zago, 2009), além de novos modos de interação (Primo, 2006). Mais do que isso, essas ferramentas também propiciaram o advento de novas formas de conversação: conversações coletivas, assíncronas ou síncronas, públicas e capazes de envolver uma grande quantidade de atores, que aqui chamamos de conversação em rede. Essas conversações diferenciam-se das demais conversações no espaço digital porque, constituídas dentro das redes sociais online, são capazes de ‘navegar’ pelas conexões dessas redes, espalhando-se por outros grupos sociais e outros espaços. [...] Assim, uma conversação em rede nasce de conversações entre pequenos grupos que vão sendo amplificadas pelas conexões dos atores, adquirindo novos contornos e, por vezes, novos contextos. (RECUERO, 2012, p.123).

A pesquisadora Cristiane Costa (2018) chama atenção ao fato do ciberativismo feminista nas redes sociais ter impulsionado um novo momento de ação. Foi por meio desse aparato que nasceram novas articulações e que se tornou possível o encontro das mulheres em torno de causas comuns.

Ainda que a força das ruas não possa ser atribuída integralmente às redes sociais, a web sem dúvida foi um fator estratégico e central das marchas feministas. Nunca as

táticas e a militância das mulheres foram tão potencializadas e produziram reações e alianças na escala que se vê hoje. O fato é que as redes sociais, desde sua popularização na década de 2010, são o mecanismo mais importante de mobilização política. [...] As atividades políticas na rede são múltiplas e não necessariamente voltadas apenas para ações diretas. Muitas vezes são pensadas como mecanismo de pressão diante de instituições estabelecidas. (COSTA, 2018, p. 43).

Desta forma, as redes sociais se tornam canais de comunicação onde é possível que os sujeitos produzam representações de si mesmos para além das comunicações hegemônicas sobre si, se tornando espaços de construção. Logo, as redes sociais são, segundo Marques e Nogueira (2012), “espaços de visibilidade”, de forma a possibilitar que pessoas vítimas de alguma opressão possam se fazer presentes na cena pública falando do que vivem e ainda mobilizar outros indivíduos de forma a exercer pressão coletiva.

Cristine Costa (2018) diz que a conexão da internet e os movimentos sociais pode ser aprofundada à medida que se estabelece essa relação de autonomia. As redes sociais têm sido espaços onde têm-se criado um novo padrão de conversação e organização, onde as pessoas ouvem e falam e se retroalimentam de informações. Desta forma, pessoas em situação de marginalização social e política conseguem se informar, articular e mobilizar.

São essencialmente movimentos culturais, que permitem a um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação segundo seus próprios valores e interesses, independentemente das instituições. O grau de autonomia e descentralização das redes abriu um vasto campo de estratégias inesperadas de mobilização e comunicação políticas. Entre elas, estão as perspectivas capazes de mobilizar a expressão individual, assim como a erosão parcial entre o público e o privado, que podem ser vistos como o cerne da criação de modulações mobilizadoras estimuladas pela estrutura das redes [...]. É importante observar que este padrão de comunicação teve um efeito particularmente positivo para indivíduos com baixa renda, nos movimentos de ‘minorias’, e para a ação política em países em desenvolvimento. (COSTA, 2018, p. 44-45).

Fonseca (2011) diz que a comunicação é prática de vivência coletiva em movimentos sociais. De modo que quando essas organizações tomam para si a responsabilidade em difundir e produzir os próprios conteúdos elas expressam também suas práticas culturais, valores e interpretações de mundo, de forma a veicular informações diretamente relacionadas a seus contextos.

A pesquisadora Márcia Vidal Nunes (2018) localiza essas novas articulações dos movimentos sociais como uma forma de alcançar visibilidade por parte de segmentos sociais que sempre foram excluídos da sociedade. “Trazendo à tona suas necessidades, a luta por seus direitos e abrindo um espaço para sua inserção na vida social e, conseqüentemente, para o exercício da sua cidadania” (p. 68).

É notado que as redes sociais reinventam formatos e espaços de sociabilidade, tornando, assim, o ciberespaço um ambiente conectado à realidade. As redes sociais não estão

isoladas do mundo *offline*. Elas alçam, portanto, um status de espaço público, onde os usuários tendem a confiar nas informações que nela circulam.

A pesquisadora Lúcia Santaella (2013) explica que a banda larga, aliada aos dispositivos móveis, promove um cenário de hiperconexão. “Transformou o estar conectado em ser conectado” (p. 111). Este novo cenário modifica sobremaneira a sociabilidade dos nossos tempos e torna as interações em redes sociais ainda mais relevantes.

A pesquisadora Ana Carolina Escosterguy (2019) rememora que os feminismos desde os anos 1970 usam as mídias como mecanismo de ação política de forma a combater discursos dominantes. Em razão disso, o movimento, na atualidade, percebe a importância da atuação em redes sociais.

Hoje, inúmeras experiências de ativismo, sejam individuais ou grupais, usam a internet para minar representações e estereótipos correntes na mídia *mainstream* sobre as mulheres e, também, sobre identidades LGBTs. Há também grupos, constituídos off-line, que utilizam o ciberespaço para disseminar suas posições e obter apoio para as causas feministas e LGBTs. Todas essas práticas de comunicação ao mesmo tempo em que produzem uma diversidade de narrativas que se contrapõem aos valores dominantes e representações estereotipadas, fortalecem a difusão de múltiplas vozes, num cenário político e midiático conservador. (ESCOSTERGUY, 2019, p. 17).

Nos próximos capítulos nos debruçaremos sobre atuação do Instituto AzMina no *Instagram* no combate à violência doméstica. Para tanto, decidimos fazer o recorte temporal de janeiro a agosto de 2020. Percebemos que o *Instagram* é uma rede social em ascensão e possui notável engajamento dos seguidores e demais interessados, positiva ou negativamente, nos temas que a publicação aborda. Por isso, essa pesquisa se debruçará sobre essa rede.

### 3 ROMPENDO O SILÊNCIO: REDES SOCIAIS COMO ALIADAS

#### 3.1 A Pandemia de Covid-19, o aumento da violência doméstica e os usos da internet

Se a violência doméstica no Brasil já era um problema de grandes proporções, um acontecimento de saúde pública a nível mundial colocaria a situação em novo contexto. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2),<sup>33</sup> que foi identificada por cientistas na cidade de Wuhan, na China, em dezembro de 2019. A medida de alcance global alertava para o momento em que a enfermidade estava espalhada em diversos continentes com transmissão rápida entre as pessoas. No momento da declaração havia 118 mil casos ao redor do mundo e 4.219 mortes. Diante da inexistência de vacina ou de tratamento eficaz conhecido, a Organização recomendou que os governos dos países atingidos, inclusive o Brasil<sup>34</sup>, mantivessem medidas de contenção da circulação do vírus, sendo o isolamento social o pilar das ações de mitigação da doença no mundo inteiro.

Desta forma, a recomendação prática para a grande maioria das pessoas, as que não estavam inseridas em atividades que caracterizavam serviços essenciais, foi permanecer em casa durante todo o tempo, evitando ao máximo contato com outras pessoas fora do núcleo familiar. As rotinas de trabalho foram adaptadas ao modelo de *home office*, escolas e comércio não essencial foram fechados e o ordenamento familiar foi modificado em um contexto que não apresentava data próxima de encerramento<sup>35</sup>. Foi assim que muitas mulheres foram completamente confinadas ao espaço da casa, um ambiente que se pretende seguro, mas não para todas elas.

A situação de isolamento social acabou por escancarar a violência de gênero quando forçou mulheres vítimas de violência doméstica a permanecerem 24 horas por dia no mesmo ambiente que seus agressores, dificultando contatos com pessoas que possam ser rede de apoio nessas situações. Em razão do isolamento houve ainda uma maior dificuldade no acesso das mulheres vítimas à justiça. Rapidamente a mídia alardeou o aumento dos casos de mulheres vítimas de violência doméstica durante o período de isolamento social.<sup>36</sup> Assim, tornou-se ainda

---

33 Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,oms-declara-pandemia-de-novo-coronavirus-mais-de-118-mil-casos-foram-registrados.70003228725>. Acesso em junho de 2020.

34 Mais informações em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/06/coronavirus-veja-a-cronologia-da-doenca-no-brasil.ghtml>. Acesso em: jan. 2021.

35 Mais informações em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/03/19/governo-do-ceara-determina-fechar-estabelecimentos-comerciais-e-interrompe-transporte-intermunicipais.ghtml>. Acesso em julho de 2020.

36 Violência física e sexual contra mulheres aumenta durante isolamento social provocado pelo coronavírus: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/19/violencia-fisica-e-sexual-contra-mulheres-aumenta-durante-isolamento-social-provocado-pelo-coronavirus.ghtml>

mais evidente as situações de violência que muitas mulheres enfrentam no cotidiano e que estabelecer um ambiente seguro a elas é um papel que deve mover tanto o poder público quanto diversos setores da sociedade civil. Estava explícito que, no caso das mulheres vítimas de violência doméstica, se resguardar do risco de morte do vírus abria ensejo para a morte em decorrência das agressões sofridas em casa.

Nesse contexto, é necessário observar o potencial do uso das redes sociais como ferramenta de comunicação utilizada pelas mulheres que estavam impossibilitadas de sair de casa, para efetivar denúncias de violência doméstica. Registrou-se que o isolamento social consequente da pandemia levou ao aumento do consumo de internet, inclusive dos sites de redes sociais. Um estudo realizado pela Comscore<sup>37</sup> estima que, no Brasil, os minutos despendidos nestas mídias aumentaram em 19% durante a quarentena, com um crescimento de 26% de consumo nas páginas na primeira semana da pandemia (UCKUS, 2020). Se esses ambientes virtuais já representavam uma amplificação e manutenção de conexões sociais *offline* (RECUERO, 2009), o confinamento os torna centrais. As redes sociais, principalmente nesse momento, foram apropriadas como espaços públicos de debate e a formação de opinião (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015).

As pesquisadoras Pâmela Vieira, Leila Garcia e Ethel Maciel (2020) afirmam que, no contexto de isolamento social, as mulheres passaram a ser ainda mais vigiadas e controladas, e que o uso das redes sociais passa a ser importante ferramenta de apoio e acolhimento de denúncias. “As redes informais e virtuais de suporte social devem ser encorajadas, pois são meios que ajudam as mulheres a se sentirem conectadas e apoiadas e também servem como um alerta para os agressores de que as mulheres não estão completamente isoladas” (p. 4)

Primo (2020) chama atenção às questões emocionais e à desordem social que nascem em razão do rompimento de rotinas individuais e familiares decorrentes do isolamento. “Diante da gravidade da pandemia e do inédito isolamento social em escala global, as mídias sociais revelaram-se uma forma viável para manutenção das relações com amigos e familiares” (p. 181).

Levantamento<sup>38</sup> feito entre os meses março e abril de 2020 pela parceria colaborativa entre as mídias independentes Amazônia Real, sediada no Amazonas; Agência Eco Nordeste, no Ceará; #Colabora, no Rio de Janeiro; Portal Catarinas, em Santa Catarina; e Ponte

---

37 Disponível em: <https://www.comscore.com/por/Insights/Blog/Consumo-de-midia-durante-a-pandemia-de-coronavirus-no-Brasil>. Acesso em: jan. 2021.

38 Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-enfrentam-em-casa-a-violencia-domestica-e-a-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em: jun. 2020.

Jornalismo, em São Paulo, aponta um aumento de 5% nos casos de feminicídio<sup>39</sup>, crime previsto na legislação brasileira no texto da Lei nº 13.104/15, que considera hediondos os assassinatos de mulheres em razão do gênero e prevê pena de 12 a 30 anos de prisão. O documento produzido pelas mídias independentes constatou que, durante o período de dois meses dentro do contexto de isolamento social, 195 mulheres foram vítimas de feminicídio, enquanto 186 mortes foram registradas no mesmo período do ano anterior.

Em nove de abril de 2020, a Corte Interamericana de Direitos Humanos publicou uma manifestação<sup>40</sup> que destacava a importância de o poder público atentar à vulnerabilidade das mulheres no contexto do isolamento social e garantir-lhes segurança.

Tendo em vista as medidas de isolamento social que podem levar a um aumento exponencial da violência contra mulheres e meninas em suas casas, é necessário enfatizar o dever do Estado de devida diligência estrita com respeito ao direito das mulheres a viverem uma vida livre de violência e, portanto, todas as ações necessárias devem ser tomadas para prevenir casos de violência de gênero e sexual; ter mecanismos seguros de denúncia direta e imediata; e reforçar a atenção às vítimas. (CORTE IDH, 2020, p. 2).

Também a ONU recomendou<sup>41</sup> que todos os países atingidos pela pandemia da Covid-19 priorizassem os serviços de prevenção e resposta à violência de gênero. O cenário mostrava-se preocupante: em abril de 2020, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública publicou o documento *Violência Doméstica Durante a Pandemia de Covid-19*<sup>42</sup>, um estudo que buscava compreender o impacto das medidas de isolamento social na vida de mulheres vítimas de violência doméstica. A amostra coletou dados oficiais em seis estados brasileiros: São Paulo, Acre, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Pará. O levantamento aponta que houve aumento no número de feminicídios. Em São Paulo, o aumento dos feminicídios chegou a 46% na comparação de março de 2020 com março de 2019 e duplicou na primeira quinzena de abril. No Acre, o crescimento foi de 67% no período analisado e no Rio Grande do Norte o número triplicou em março de 2020. No entanto, o documento aponta uma queda nos registros de boletins de ocorrência e chama atenção ao fato de embora esses registros aparentemente indiquem uma redução da violência de gênero, na verdade mostram o contrário, uma vez que o aumento de número de feminicídios indica uma ascensão da violência doméstica.

---

39 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm). Acesso em: jul. 2020.

40 Disponível em: [http://www.corteidh.or.cr/docs/comunicados/cp\\_27\\_2020\\_port.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/comunicados/cp_27_2020_port.pdf). Acesso em julho de 2020.

41 Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-mulheres-pede-atencao-as-necessidades-femininas-nas-aco-es-contra-a-covid-19/>. Acesso em: jul. 2020.

42 Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>. Acesso em: jun. 2020.

O que tem ocorrido, aponta o documento, é que a violência doméstica tem se consumado em feminicídio antes mesmo de ser notificada como tal.

Logo, o contexto da pandemia de Covid-19 não apenas aprofunda a questão da violência doméstica como também escancara a problemática de silenciamento das mulheres vítimas diante dos aparatos legais de segurança promovidos pelo Estado. Este silêncio, especialmente nesse período, permite que violência doméstica se consolide sem movimentações contrárias e torna ainda mais visível o quanto a inviabilidade de fala e denúncias das mulheres vítimas é o meio pelo qual ocorre o agravo das situações de violência.

A teórica Gayatri Spivak (2010) explica que a impossibilidade de fala de uma pessoa não depende de sua capacidade física ou intelectual de articular um discurso, mas da possibilidade de forjar espaços de enunciação a partir de onde possa falar e ser ouvido como sujeito. Em contextos de violência doméstica contra as mulheres é essa a problemática que se impõe. Uma vez que falam, as mulheres são desacreditadas e questionadas, quando não têm efetivamente a fala invalidada. De vítimas, passam a ser colocadas como algozes, aproveitadoras, causadoras de um sofrimento dos homens, que apesar de serem os causadores da situação, são vistos como vulneráveis quando eventualmente perdem empregos e prestígios sociais em razão das falas de denúncia e da busca por justiça das mulheres vítimas.

A escritora Audre Lorde (2019) assinala, no entanto, que o silêncio não é uma via capaz de proteger as mulheres, e somente uma mobilização conjunta delas pode construir uma rota de fuga de situação em que estão oprimidas.

Eu ia morrer, mas cedo ou mais tarde, tendo ou não me manifestado. Meus silêncios não me protegeram. Seu silêncio não vai proteger você. Mas a cada palavra verdadeira dita, a cada tentativa que fiz de falar as verdades das quais ainda estou em busca, tive contato com outras mulheres enquanto analisávamos as palavras adequadas a um mundo no qual todas nós acreditávamos, superando nossas diferenças. E foi a preocupação e o cuidado dessas mulheres que me deram forças e me permitiram esmiuçar aspectos essenciais da minha vida. (LORDE, 2019, p. 52).

A pesquisa “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil”<sup>43</sup>, feita pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2019, ouviu 1.092 pessoas em 130 municípios brasileiros e constatou que 52% das mulheres que sofreram alguma agressão em 2018 ficaram caladas sobre o ocorrido. O levantamento traz que 30% das mulheres vítimas de violência, ao invés de buscar a justiça, preferem pedir ajuda da família, de amigos e de membros da igreja. No entanto, o levantamento traz a importância de que a mulher formalize a denúncia junto ao Poder Público de forma a tornar o Estado uma força capaz de protegê-la.

---

43 Disponível em: <http://www.iff.fiocruz.br/pdf/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>. Acesso em julho de 2020.

A pesquisadora Glória Anzaldúa (2009) afirma que o imaginário social impõe às mulheres uma tradição de silêncio. Culturalmente, a mulher que fala o que pensa e o que vive é sempre mal vista. A mulher socialmente aprovada é aquela que não responde, que fica em silêncio, enquanto às mulheres que falam resta o estigma de mulher ruim. “Bocuda, respondona, fofqueira, boca grande, questionadora, leva e traz são todos signos para quem é malcriada. Na minha cultura, todas essas palavras são depreciativas se aplicadas a mulheres – eu nunca as ouvi aplicadas a homens” (p. 306).

Se os meios formais de denúncia de violência doméstica comumente inibem as mulheres que falar sobre as agressões sofridas e a situação de isolamento social distanciou ainda mais as mulheres desses meios, as redes sociais mostraram-se uma rota de fuga possível para a situação. Documento “Violência Doméstica Durante a Pandemia de Covid-19”, feito pelo Fórum de Segurança Pública e já mencionado anteriormente, registra que houve um aumento de 431% no número de relatos de brigas entre vizinhos na rede social *Twitter* dentro do contexto de isolamento social até abril de 2020. Nota-se, portanto, um aumento muito considerável dos usos das redes sociais como plataformas de comunicar em espaços públicos problemas ocorridos em âmbito privado. Atento às potencialidades das internet nessa situação atípica, o poder público passou a usar de ferramentas tais como e-mail, telefone e aplicativos como *WhatsApp* para acolher denúncias, registrar boletins de ocorrência e enviar notificações de medidas protetivas<sup>44</sup>.

Mas não apenas o poder público. Esse cenário também tornou ainda mais favorável a movimentação da sociedade civil no combate à violência doméstica. Castells (2017) aponta que uma das características que definem os usos das redes sociais é justamente a construção autônoma, controlada e guiadas pelos usuários. “Autonomia refere-se à capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses” (p. 200). Essa característica, notamos, é o que viabiliza que mulheres vítimas de violência doméstica encontrem nas redes sociais espaço adequado para narrar suas histórias e fazer contato com outras mulheres em situações semelhantes e ainda encontrar informações e organizações em que possam se apoiar.

Cristiane Costa (2018) defende que as redes sociais são o mecanismo mais importante de mobilização política desde os anos de 2010, sendo capazes de mobilizar

---

44 Mais informações em: <https://azmina.com.br/reportagens/atendimento-a-violencia-domestica-muda-em-meio-a-pandemia/>. Acesso em julho de 2020.



expressões individuais a partir de relatos em primeira pessoa e que, uma vez tornadas públicas, afetem outras pessoas, formando redes de inclusão e apoio. Desta forma, promovem uma erosão parcial entre o público e o privado. Ela aponta que as redes sociais dão conta de uma demanda reprimida das vozes femininas no espaço público e promovem alcance político. “Parte do segredo do alcance das campanhas on-line se deve ao fato de que os debates estão comumente relacionados a narrativas pessoais recuperando com força a ideia de que o pessoal é político” (p. 46).

A pandemia de Covid-19 e o isolamento social tornaram a comunicação online ainda mais frequente. Mensagens de texto, fotos e videoconferências passaram a ser usuais e constantes. O momento não apenas apontava um maior uso das plataformas *online* como também expandia as possibilidades de usos da internet e das redes sociais como forma de auxílio das mulheres em situação de violência doméstica. Nesses espaços elas podiam falar, buscar apoio e pedir ajuda em um ambiente autônomo de comunicação.

Atento ao potencial de comunicação nas redes sociais, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Governo Federal, liderado pela ministra Damares Alves, lançou o aplicativo Direitos Humanos Brasil, disponibilizado gratuitamente para os sistemas operacionais *Android* e *iOS*<sup>45</sup>. Por meio dele, as mulheres vítimas de violência podem se cadastrar, denunciar as agressões e receber encaminhamentos legais. O serviço *online* se alia e amplia o Disque Direitos Humanos e à Central de Atendimento à Mulher, dois números de telefone que recebem denúncias em regime de plantão.

O contexto de escalada da violência doméstica durante a pandemia de Covid-19 no Brasil ocorre em meio ao governo de Jair Bolsonaro (sem partido), representante de extrema-direita, que tem negado a gravidade de toda a situação<sup>46</sup>. É importante situar que em 2019, durante o primeiro ano de governo Bolsonaro e em contexto pré pandemia, o orçamento do programa “Política Para as Mulheres: Promoção na Autonomia e Enfrentamento à Violência” foi o menor registrado na série iniciada em 2012<sup>47</sup>. O programa é ligado à Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A Secretaria já teve status de Ministério, tendo sido rebaixada em 2016, pelo então presidente Michel Temer (MDB). Em 2015, durante o governo da presidenta Dilma Rousseff

---

45 Mais informações em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/abril/aplicativo-de-denuncias-de-violacao-de-direitos-humanos-ja-esta-disponivel>. Acesso em: jul. 2020.

46 Mais informações em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/veja-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-coronavirus-de-certa-histeria-a-fantasia-e-nerouse.shtml>. Acesso em: ago. 2020.

47 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/orcamento-do-programa-de-protecao-a-mulher-em-2019-e-o-menor-da-serie/>. Acesso em: jul. 2020.

(PT), o orçamento da pasta chegou a ser cinco vezes maior que em 2019. A situação torna ainda mais necessária uma articulação efetiva da sociedade civil para tratar do tema.

### **3.2 Possibilidades do Ciberativismo do Instituto AzMina**

A atuação do Instituto AzMina está alinhada a uma comunicação dita alternativa, que, segundo a pesquisadora Juliana Rosas (2014), é capaz de mudar o discurso hegemônico sobre determinado fato. Essa comunicação abre espaço para que as mulheres falem, que os relatos de vida se sobreponham a uma análise distante dos fatos.

O caso da pandemia de Covid-19 e a situação de vulnerabilidade das mulheres em isolamento social é mais uma situação que abre espaço para análise das lacunas de atuação do poder público e que viabilizam articulações da sociedade civil, como é o caso das ONGs feministas. Maria da Glória Gohn (2005) explica que essas organizações fortalecem a representatividade das ações populares e ajudam na estruturação e conscientização de grupos organizados. No contexto da internet, as ONGs exercem um papel ativo de produção de conhecimento, democratização de informações e construção cidadã.

Haubrich (2017) explica que a cidadania é uma construção cotidiana, popular e coletiva, que se refere a dinâmicas sociais e processos de lutas ininterruptos e intermináveis. Por meio da cidadania há uma busca pela participação direta nos rumos sociais, uma possibilidade de reordenar a sociedade de forma integrada e qualificada. É a partir do ato de comunicar-se que o sujeito se reconhece e reconhece o outro como parte de uma comunidade e com ele estabelece diálogo, podendo organizar um debate amplo e profundo, proporcionar a participação e a difusão de diferentes pensamentos.

Canclini (2008) questiona o papel social da mídia tradicional ao dizer que os veículos de comunicação de massa se pautam por critérios empresariais de lucro e se submetem à lógica mercantil capitalista, sem levar em conta a diversidade das demandas da população. Nesse contexto é que está cada dia mais estruturado o papel das redes sociais enquanto movimentações alternativas e autônomas dos cidadãos de forma a pautar a mídia tradicional e provocar o poder público.

Reunir as possibilidades de se informar e de se comunicar constitui o que Haubrich (2017) denomina de cidadania comunicativa, a qual se vincula aos movimentos populares e se alinha às ideias de aprofundamento democrático, emancipação dos sujeitos e intervenção nos rumos da sociedade. Sem o direito à informação e à fala, estreita-se a cidadania, na medida em que se reduz a participação efetiva nas discussões sobre a organização e a condução da

sociedade. Pronunciar em voz alta e ampliada a própria realidade, defende o autor, é uma prática que não apenas transforma o mundo, mas também o falante.

Neste contexto, o Instituto AzMina, atento à realidade de aumento dos casos de violência doméstica durante a pandemia de Covid-19 e o contexto do isolamento social que dificultava as denúncias, resolveu usar as redes sociais como espaços de acolhimento, difusão de informação e também se colocando como ponte entre as mulheres vítimas e o poder público, não apenas denunciando os fatos ocorridos, mas também formando uma consciência cidadã sobre o papel social das mulheres e munindo-as de informação sobre as opressões dentro da estrutura social.

Figura 2 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina



Fonte: Reprodução do Instagram

Haubrich (2017) observa que não há mudança social sem organização e articulação dos “de baixo”, sem transformar as tecnologias da informação e comunicação em instrumentos de luta para a cidadania. Com ações *online* que visam informar e engajar leitoras em torno do tema da violência doméstica principalmente dentro do contexto da pandemia de Covid-19, o Instituto AzMina visa promover essa mudança social e organização de mulheres que encontram os mais diversos obstáculos para denunciar as agressões sofridas.

Figura 3 - Postagem do Instagram da Revista AzMina



Fonte: Reprodução do Instagram

Atton (2009) defende que, em mídias alternativas, onde as fontes das notícias comumente vêm de histórias populares, os focos estão nas histórias de vida, o que traz potencial de inverter a ordem de hierarquia social. A dinâmica das redes sociais permite que sejam colocadas as vozes “de baixo” no topo da hierarquia de acesso, uma prática que reconhece as pessoas comuns como especialistas em suas próprias vidas e experiências.

A filósofa e bióloga Donna Haraway (2009) aproxima esse debate dos feminismos quando explica que os movimentos internacionais de mulheres têm construído aquilo que se pode chamar de “experiência das mulheres”. Os feminismos compreendem que a libertação das mulheres depende de uma construção da consciência da opressão e de uma apreensão da possibilidade, tornando possível um novo modo de construção de identidade pelas mulheres. A autora defende que nada une naturalmente as mulheres, mas que a união delas é possível por meio da construção de uma consciência coletiva de opressões comuns vividas e compartilhadas.

Não existe nada no fato de ser ‘mulher’ que naturalmente une as mulheres. Não existe nem mesmo uma tal situação – ‘ser’ mulher. Trata-se, ela própria, de uma categoria altamente complexa, construída por meio de discursos científicos sexuais e de outras práticas sociais questionáveis. A consciência de classe, de raça ou de gênero é uma conquista que nos foi imposta pela terrível experiência histórica das realidades sociais contraditórias do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado. (HARAWAY, 2009, p. 47).

Quando o Instituto AzMina atua de forma a construir um espaço *online* onde mulheres podem se informar sobre a problemática da violência doméstica e tomar atitudes de saída, bem como promove espaços seguros de acolhimento e compartilhamento de experiências, ele está estruturando um ciberativismo que opera dentro da quarta onda do feminismo e carrega potencial de resultar numa transformação social da realidade que usa a internet e as redes sociais como meios de construção de um novo panorama. A pesquisadora

Lívia de Alcântara (2015) explica que o ciberativismo é o conjunto de novas práticas e protestos de mobilização que se utilizam das novas tecnologias de informação e comunicação.

Haubrich (2017) defende que existe, atualmente, no Brasil, um grupo de comunicadores que têm fomentado e construído uma outra lógica comunicativa. Isso porque a partir dos anos 2000 houve uma profusão das chamadas mídias alternativas, que passaram a usar o potencial da internet e das redes sociais como espaços de informação e mobilização. Desde então tanto a internet quanto as redes sociais passaram a ser vistas não apenas como tecnologias de comunicação, mas também como ferramentas úteis na reorganização da teia das dinâmicas sociais, abrindo possibilidades de liberdade, emancipação, questionamento e conexão entre as pessoas que conversavam sobre temas comuns.

Temos as ‘mediações’, relações de atravessamentos sociais e simbólicos que influenciam em toda nossa maneira de ver o mundo. São as escolas, as famílias, as igrejas, os vizinhos...enfim, tudo o que ajuda a formar as lentes através das quais enxergamos o mundo e criamos nossa opinião a respeito dos acontecimentos. Temos, em seguida, a ‘mídiatização’, que nada mais é do que uma forma de nomear os processos de mediação que se realizam através da mídia, dos meios de comunicação – jornais, rádio, televisão. Por fim e contemporaneamente, temos os processos de ‘mídiatização digital’, construídos a partir de novas tecnologias digitais, com especial papel para a internet. Esses processos de mídiatização digital vêm atravessando cada vez mais o conjunto de relações e dinâmicas sociais. São formadas novas estruturas de comunicação e sociabilidades. (HAUBRICH, 2017, p. 49).

Haubrich (2017) explica ainda que há um grande atravessamento da internet nas dinâmicas sociais em razão da velocidade com que as informações são difundidas em espaços *online*. Outra característica dos usos das redes sociais é que por meio delas começam a ser questionadas as hierarquias e burocracias da estrutura social, uma vez que agora se apresenta um modelo de horizontalidade. Os sujeitos passam a estar ligados em uma rede que opera 24 horas por dia lhes permitindo manifestar o que pensam a partir do conteúdo que recebem, formando enormes possibilidades de conexão e troca. “Tanto para sujeitos como para os meios de comunicação, a internet amplia a interatividade” (p. 51).

Haubrich (2017) reforça ainda que uma das características da internet é proporcionar espaços virtuais que permitem a opinião das pessoas. Nas redes sociais, toda pessoa é um comunicador capaz de tecer novas redes de conexão entre pessoas e assuntos.

Ainda Haubrich (2017) defende que a internet e as redes sociais são vetores de ampliação dos movimentos sociais. “Fornecendo uma ferramenta altamente funcional tanto para a convocação de atividades de mobilização quanto para a discussão sob suas práticas e, por fim, para a divulgação de seus resultados.” (p. 55). Os movimentos sociais passam então a, por meio das redes sociais, apresentar perspectivas próprias dos fatos sociais e construir suas próprias narrativas. “O que era um ‘sujeito comunicante’, pois participava do processo

comunicativo, torna-se, na internet, um ‘sujeito comunicante produtor’, já que passa a ser capaz, também, de produzir e divulgar conteúdo. (p.56)

Os movimentos sociais, dentre eles os feminismos, utilizam-se das redes sociais como forma de dialogar com mais pessoas em uma relação horizontal de proximidade. Buscam, portanto, expandir os espaços *online* e alcançar proporções *offline* de forma a modificar a realidade, sabendo que apenas a ação dos sujeitos pode concretizar as transformações buscadas nos espaços *online*.

Os comunicadores alternativos, que organizam e mobilizam os meios de comunicação questionadores, que buscam transformações sociais, precisam atuar, enfim, de forma integrada entre as ruas e as redes, entre o *offline* e o *online*, entre o território e o espaço digital. A convergência entre os formatos e linguagens amplia a força das mídias alternativas e do seu discurso, de forma a enxergar e transmitir a realidade. (HAUBRICH, 2017, p. 59).

A estruturação *online* de ações dos feminismos por meio da atuação do Instituto AzMina no *Instagram* pode ser analisada como uma construção cidadã em prol do combate à violência doméstica. Haubrich (2017) detalha que a cidadania é uma construção cotidiana de força popular coletiva. A atuação dos movimentos sociais permite, portanto, uma construção cidadã que parte dos sujeitos, das pessoas envolvidas e da construção de uma consciência coletiva.

Não é pensar a construção de cidadania ‘de cima pra baixo’, mas ‘de baixo pra cima’, vinculando esse processo às lutas dos grupos explorados e oprimidos. A ‘nova cidadania’, ou a cidadania ampliada, se concretiza, portanto, não apenas no que o Estado entrega a cada indivíduo, mas a relação que os sujeitos criam entre si com grupos sociais mais amplos. A sociedade civil passa a ter um papel preponderante. Não pensamos, assim, na cidadania como um presente dos poderosos aos descapacitados, mas como uma construção coletiva de luta, de encontro e de empoderamento, independente das vontades ou descontentamentos dos ‘de cima’. (HAUBRICH, 2017, p. 63).

Haubrich (2017) defende que temos vivido um momento histórico onde o conceito de cidadania passa a ter uma noção ampliada, de forma que os cidadãos têm passado a defender um processo crescente de reconhecimento do direito a ter e buscar direitos, mirando sempre a potencialidade de participação igual e justa na construção do futuro coletivo, agindo sobre o espaço público de forma a reconfigurá-lo. “Não apenas estar no jogo, mas discutir suas regras na integralidade e intervir de fato em toda sua dinâmica.” (p.64).

Haubrich (2017) ainda chama atenção ao fato de que as transformações sociais estão, na atualidade, alavancadas pelas mudanças tecnológicas. As redes sociais e a internet têm sido cada vez mais um espaço público do exercício cidadão e da educação para cidadania por permitir a colheita de informações no mesmo espaço onde é possível fazer posicionamentos e

articulações. “O próprio falar é transformador. Dizer a própria palavra, pronunciar em voz alta e ampliada a própria realidade é uma prática que não apenas transforma o mundo, mas também o falante” (p. 68).

O estabelecimento dessa comunicação cidadã por meio da internet e das redes sociais ultrapassa a busca por direitos legais e atua de forma efetiva na criação de um pertencimento, de estímulo ao diálogo e de ação coletiva dos sujeitos, que se apoiam mutuamente, e, dessa forma, crescem juntos enquanto cidadãos capazes de agir sobre o mundo. (HAUBRICH, 2017, p. 69).

A atuação do Instituto AzMina no *Instagram* no combate à violência doméstica permite a construção de um comportamento cidadão. Comportamento este que carrega potencial de provocar a ação do poder público e abre possibilidades de novos caminhos para as vítimas. Mulheres se sentem compreendidas, representadas, fortalecidas e têm suas vozes ampliadas.

Downing (2002) defende que a internet é um meio pelo qual a política pode tornar-se realmente participativa porque oferece chance de os indivíduos se comunicarem com suas próprias vozes, gerando possibilidades ilimitadas de comunicação. O autor chama atenção para o uso desse espaço mais democratizado para gerar mais representação às demandas das mulheres. “Enquanto o acesso ao rádio e à televisão são limitados, e os custos das chamadas telefônicas de longa distância e do fax proíbem interações prolongadas, as redes de computadores proporcionam meios novos e dinâmicos de organização e solidariedade popular.” (DOWNING, 2002, p. 272).

É importante, no entanto, observar os usos da internet dentro de um contexto econômico e social. O Brasil, país que está às margens do sistema capitalista, traz uma realidade de desigualdade social onde o acesso à internet não é universal. Downing (2002) analisa que, também em razão desse fator de classe, as ditas “minorias” tendem a ter pouca representação em espaços *online*. “O acesso limitado aos recursos eletrônicos sujeita essas novas redes de comunicação a uma hierarquia de acesso. Mulheres, negros e outros grupos marginalizados tendem a ter pouca representação.” (DOWNING, 2002, p. 273).

Downing (2002) reforça que a internet demonstra ser um veículo poderoso para a sociedade civil global. Embora o acesso ainda seja limitado e distribuído de maneira irregular, ela está crescendo no mundo todo, inclusive em regiões rurais e empobrecidas.

Através das redes eletrônicas, os articuladores dos movimentos sociais têm a oportunidade de expressar-se diretamente por meio de documentos divulgados pela Internet. Isso suscita a questão de ‘se podemos trocar a estratégia de dar voz aos que não têm voz pela estratégia de deixar as pessoas falarem por si mesmas’. (DOWNING, 2002, p. 275).

A pandemia de Covid-19, que foi catalogada como a maior do século XXI<sup>48</sup>, traz a experimentação do potencial das redes sociais em auxílio a uma situação grave de agravo da violência doméstica.

### 3.3 Instagram é espaço de encontros

Macêdo Júnior e Márcia Vidal Nunes (2019) explicam que as redes sociais são plataformas de disposição de conteúdo que atuam como agentes fundamentais para a construção e compreensão da realidade. Por meio delas, é possível conectar o ciberespaço à realidade *offline*. Cicilia Peruzzo (2017) ainda chama atenção ao fato de que as inserções dos indivíduos nas dinâmicas de postagens nas redes sociais interferem nas motivações e visões dos fatos, possibilitando uma “visão de conjunto” que possibilita conhecer fatos que vão além dos mostrados pelos meios de comunicação convencionais. Nas redes sociais, os movimentos sociais encontram espaços de articulação e visibilidade visando mobilizar os indivíduos e exercer pressão, de modo coletivo, por transformações sociais.

Maria da Glória Gohn (2017) conceitua que esta apropriação da conectividade *online* como fator central de uma nova forma de sociabilidade é o que caracteriza o que ela chama de “novíssimos movimentos sociais”, uma categoria que coloca as experiências vividas em redes sociais digitais como base central de experiências coletivas de ativismo e intervenção pontual onde são compartilhados crenças e valores. Por meio das redes sociais é possível que os movimentos se construam internamente, bem como organizem e convoquem grupos, formando uma cultura digital onde nasce uma nova forma de socialização e pertencimento a uma causa comum. Cicilia Peruzzo (2017) diz que a internet é de suma importância à articulação dos movimentos sociais.

Ela é arena de compartilhamento e de participação civil (quando expressa reivindicações e as lutas por respeito aos direitos de cidadania, por exemplo, melhoria do sistema de saúde) e cívica (quando os sentidos das lutas sociais se deslocam do indivíduo como foco para o coletivo, e coloca o bem comum acima dos interesses individuais, como é o caso da luta pela preservação da democracia e dos interesses nacionais, entre outras iniciativas). (PERUZZO, 2017, p. 8).

Macêdo Júnior e Márcia Vidal Nunes (2019) constaram que a utilização de redes sociais tais como o *Facebook* atua na visibilidade de movimentos sociais anteriormente apagados pela comunicação tradicional, sendo o uso das redes sociais um espaço aglutinador que permite o exercício da cidadania quando possibilita que sujeitos excluídos do processo

---

48 Mais informações em: <https://www.nexojournal.com.br/explicado/2020/06/20/Pandemia-origens-e-impactos-da-peste-bub%C3%B4nica-%C3%A0-covid-19>. Acesso em: jul. 2020.



comunicativo possam se expressar e tornar públicas suas versões dos fatos ocorridos. Raquel Recuero (2009) diz que as interações por meio das redes sociais constituem laços sociais.

Em 2017, a revista *Forbes* divulgou uma pesquisa da Agência Emarketer que dizia que o Brasil é o maior usuário de redes sociais da América Latina, e que 97,8 milhões de usuários se conectam à internet por meio de *smartphones*<sup>49</sup>, o que dinamiza o acesso, tornando-o, de certa forma, ilimitado, uma vez que o aparelho pode ser utilizado em uma diversidade maior de lugares comparado a um computador.

Raquel Recuero (2009) explica que o diferencial nas redes sociais é a capacidade de construir e facilitar a emergência de tipos de capital social que não são facilmente acessíveis aos atores sociais em espaço *offline*. “Sites de redes sociais amplificam a expressão da rede social e a conectividade dos grupos sociais” (p. 108).

Ainda Raquel Recuero (2009) diz que a visibilidade social é uma das características da dinâmica estabelecida entre os diversos atores nas redes sociais. Por meio dela, os valores obtidos pelas conexões entre esses atores recebem ainda mais volume das informações que conectam essas pessoas. “Quanto mais conectado está o nó, maiores as chances de que ele receba determinados tipos de informação que estão circulando na rede e de obter suporte social quando solicitar” (p. 108).

Dentro dessa dinâmica faz-se possível que redes sociais tais como o *Instagram* se torne um espaço de encontro de pessoas com objetivos e visões comuns. No contexto específico do combate à violência doméstica, forma um ambiente onde mulheres podem, além de munir-se de informações, acolher umas às outras e pensar juntas em rotas de saída para a problemática em que estão inseridas. Desta forma, a presença do Instituto AzMina no *Instagram* forma um elo que une essas mulheres.

Raquel Recuero (2009) chama atenção ao caráter viral de veiculação de conteúdos nas redes sociais, outro fator que torna possível o ajuntamento de mulheres em torno dos conteúdos veiculados pelo Instituto, e o que também torna possível movimentações *offline*. “Muitas dessas informações são difundidas de forma quase epidêmica, alcançando grandes proporções tanto *online* quanto *offline*” (p.116). A autora chama ainda atenção ao fato de que as informações veiculadas em redes sociais “têm claro apelo relacional” (p. 118).

---

49 Mais informações em: <https://forbes.com.br/fotos/2016/06/brasil-e-o-maior-usuario-de-redes-sociais-da-america-latina/>. Acesso em: ago. 2020.

Figura 4 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina



Fonte: Reprodução do Instagram

Figura 5 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina



Fonte: Reprodução do Instagram

Márcia Vidal Nunes (2018) explica que, em casos de grupos autônomos que criam alternativas de comunicação, não é função deles oferecer soluções definitivas. A eles cabe oferecer novas possibilidades de interação de forma participativa entre os membros desse grupo e o meio onde estão inseridos. No entanto, expressa a autora, devem ser ricas as interações e participações tomando cuidados para que as intervenções dos artifícios de comunicação sejam usadas estritamente para fortalecer essa prática comunicacional, nunca a reduzindo ou empobrecendo.

Figura 6 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina



Fonte: Reprodução do Instagram

Ainda Márcia Vidal Nunes (2018) diz ainda que na sociedade contemporânea, a tecnologia e a velocidade se colocam em evidência nas dinâmicas sociais. Tais características tornam possível um maior uso das redes sociais e dos aparatos *online* nela oferecidos como forma de mobilização social em torno de uma causa, tornando possível que ações *online* tenham lugar decisivo em construções de mudanças na estrutura social, dando importante contribuição aos debates sociais.

Segundo Dirkos (1999 *apud* Nunes 2018) a formação desse tipo de alternativa comunicacional gera um espaço de expressão de indivíduos concretos, onde ultrapassa-se a dimensão de marginalização e há vozes e escutas ativas.

Estes meios legitimamente denominados comunitários constituem o eco dos verdadeiros problemas, frustrações e esperanças de seu povo, localidade ou bairro. Cria-se, assim, um âmbito mais humano dentro do qual se recupera o sentido fundamental da comunicação: servir de vínculo ao intercâmbio de ideias e valores entre os membros da comunidade de que são parte. (NUNES, 2018, p. 20).

Raquel Recuero, Gabriela Bastos e Zago (2018) defendem que atualmente as nossas relações pessoais e profissionais são baseadas tanto em e-mails, chamadas de celular, fotos, vídeos e compartilhamento de documentos quanto em interações face a face. “[...] o enxame de comentários, favoritos, etiquetas, curtidas, avaliações, atualizações e links pode revelar pessoas-chave, tópicos e subcomunidades” (p. 11). As redes sociais, dizem os autores, são traduções das redes sociais dos espaços *offline* dos indivíduos, daí seu potencial de gerar interações com profundidade relacional e atuar de forma a não se restringir ou limitar aos espaços *online*.

A pesquisadora Inês Amaral (2016) explica que o fato de a internet e a redes sociais serem participativas e coletivas, torna possível uma agregação de mulheres com base em sentimentos de pertencimento e presença capazes de produzir conhecimento e mobilização. Dentro deste cenário é que pretendemos analisar a rede social *Instagram* do Instituto AzMina.

## 4 O INSTAGRAM DE AZMINA NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

### 4.1 Particularidades do perfil de AzMina no Instagram

O *Instagram* é uma rede social que tem foco principal no compartilhamento de imagens e vídeos. Com cerca de 1 bilhão de usuários ativos por mês, esta rede social é a quinta mais popular do mundo<sup>50</sup>. Por dia, mais de 60 milhões de fotos e vídeos são postados<sup>51</sup>.

A essência das redes sociais, dizem as pesquisadoras Maria Inês Tomaél e Regina Marteleto (2006), é o compartilhamento de informações. “No ambiente das redes, o compartilhamento de informação e de conhecimento entre pessoas é constante, pois as pessoas frequentemente gostam de compartilhar o que sabem” (p. 76). Já no caso do *Instagram*, explicam os pesquisadores Daniela de Paula e Garcia (2014), o principal foco do *Instagram* o principal foco de atenção é a imagem, seja foto ou vídeo, e que pode vir acompanhada de texto. A plataforma é de uso gratuito, e funciona por meio de aplicativo para *smartphones* ou *tablets* e pelo computador. Ainda é possível que o usuário compartilhe o conteúdo veiculado no *Instagram* em outras redes sociais, tais como *Facebook*. Há ainda a função *stories*, que permite a veiculação de conteúdos mais efêmeros, que ficam disponíveis no perfil de cada usuário por até 24 horas. Também podem ser feitas transmissões de vídeos ao vivo nesta rede social<sup>52</sup>.

Segundo os pesquisadores Alves, Mota e Tavares (2018), o *Instagram* foi criado com a proposta de ser uma rede social mais ágil na veiculação de conteúdos e interação entre os seguidores. Para tanto, o *algoritmo* desta rede social funciona de forma a otimizar o conteúdo que é veiculado de forma a aguçar a curiosidade dos demais usuários. Por isso, no *Instagram* são priorizadas imagens de apelo imediato e mensagens visuais bem objetivas.

No algoritmo do *Instagram*, alguns aspectos diferenciadores se destacam, a exemplo da mudança na apresentação do feed de notícias que não mais obedece a uma ordem cronológica, permitindo que as postagens incorporem o fato presente, imediato, e efetivando o processo de engajamento de outros seguidores que irão identificar, por intermédio das curtidas e visualizações, a qualidade e a importância do conteúdo postado. (ALVES; MOTA; TAVARES, 2018, p. 34).

O Instituto AzMina está presente no *Instagram* com o nome de perfil Revista AzMina<sup>53</sup>, o veículo digital que iniciou os trabalhos da instituição e que é referência na presença *online* da ONG. O perfil conta com 89,7 mil seguidores e tem 1.287 publicações feitas<sup>54</sup>.

50 Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/10/06/instagram-faz-10-anos-como-uma-das-maiores-redes-sociais-do-mundo-e-de-olho-no-tiktok-para-nao-envelhecer.ghtml>. Acesso em: jan. 2021.

51 Disponível em: <https://becoming.instafamous.pro/mind-blowing-instagram-stats/>. Acesso em: jan. 2021.

52 Disponível em: <https://canaltech.com.br/empresa/instagram/>. Acesso em: jan. 2021.

53 Disponível em: <https://www.instagram.com/revistaazmina>. Acesso em: dez. 2020.

54 Números do dia 22/01/2021.

O teor das postagens se volta a difundir os conteúdos jornalísticos produzidos pela Revista AzMina<sup>55</sup>, além de campanhas de conscientização de pautas feministas e divulgação de outras iniciativas do Instituto, tais como os projetos Elas no Congresso<sup>56</sup>, MonitorA<sup>57</sup>, PenhaS<sup>58</sup> e Ela Decide<sup>59</sup>. Além disso, há também divulgação das *newsletters* enviadas pelo Instituto e a divulgação do Catarse<sup>60</sup>, uma plataforma de financiamento coletivo onde apoiadores podem contribuir financeiramente com a manutenção da ONG.

Delimitamos como *corpus* dessa pesquisa todas as publicações feitas sobre o tema violência doméstica no *Instagram* da Revista AzMina entre 1 de janeiro e 30 de agosto de 2020. Ao todo, coletamos 27 postagens, entre fotos, vídeos e ilustrações, todas acompanhadas de texto. Essa escolha temporal se justifica em buscarmos avaliar as publicações feitas antes da pandemia de Covid-19, durante os meses de pico dela, até um primeiro momento, quando os governos estaduais começaram a anunciar as primeiras medidas de flexibilização<sup>61</sup> do isolamento social. Nossa intenção é avaliar o conteúdo dessas postagens, o engajamento e o espaço de debate promovido por elas e ainda identificar se houve um aumento do número de publicações com o tema da violência doméstica em razão do aumento dos casos no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil.

Para tanto, lançamos mão prioritariamente do método de análise qualitativa das postagens (STRAUSS; CORBIN, 2008). De forma a trazer outras camadas de análise nos valem também de outras ferramentas metodológicas: uma análise quantitativa por meio de questionário veiculado pela plataforma *Google Forms*<sup>62</sup>, que visa avaliar o perfil dos seguidores da Revista AzMina no *Instagram*, bem como mensurar a interação deles com o conteúdo publicado, e finalmente uma entrevista semiestruturada com Carolina OMS, a jornalista que dirige o Instituto AzMina desde 2017, que foi feita visando compreender como a ONG articula internamente o tema da violência doméstica antes de chegar ao *Instagram*.

---

55 Disponível em: <https://azmina.com.br/>. Acesso em: dez. 2020.

56 Disponível em: <https://www.elasnocongresso.com.br/>. Acesso em: dez. 2020.

57 Disponível em: <https://azmina.com.br/projetos/monitora/>. Acesso em: dez. 2020.

58 Disponível em: <https://azmina.com.br/projetos/penhas/>. Acesso em: dez. 2020.

59 Disponível em: <http://www.eladecide.org/noticias/azmina-produz-conteudo-especial-para-a-campanha-ela-decide/>. Acesso em: dez. 2020.

60 Disponível em: <https://www.catarse.me/azmina>. Acesso em: dez. 2020.

61 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2020/06/22/saiba-como-cada-estado-esta-retomando-as-atividades-economicas-no-pais.htm>. Acesso em: dez. 2020.

62 O questionário está disponível no link: [https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfxWVSAAddiuo3H591\\_z-yWDTv\\_m5088W2BrSOWjiw1ST6w8sA/viewform?vc=0&c=0&w=1&flr=0&gxids=7628](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfxWVSAAddiuo3H591_z-yWDTv_m5088W2BrSOWjiw1ST6w8sA/viewform?vc=0&c=0&w=1&flr=0&gxids=7628).

## 4.2 Análise qualitativa das postagens de AzMina no Instagram

Neste tópico abordaremos o conteúdo das postagens no perfil da Revista AzMina no *Instagram* dentro do espaço temporal entre 1 de janeiro e 30 de agosto de 2020. Aqui, analisaremos esse *corpus* de forma qualitativa. Numa definição de Strauss e Corbin (2008), a pesquisa qualitativa é toda aquela que produz resultados não alcançados por meio de procedimentos estatísticos ou outras técnicas de quantificação.

Pode-se referir à pesquisa sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos, e também à pesquisa sobre funcionamento organizacional, movimentos sociais, fenômenos culturais e interação entre nações. Alguns dados podem ser quantificados, como no caso do censo ou de informações históricas sobre pessoas ou objetos estudados, mas o grosso da análise é interpretativa. [...] Ao falar sobre análise qualitativa, referimo-nos não à quantificação de dados qualitativos, mas, sim, ao processo não matemático de interpretação, feito com o objetivo de descobrir conceitos e relações nos dados brutos em um esquema explanatório teórico. (STRAUSS; CORBIN, 2008, p. 23-24).

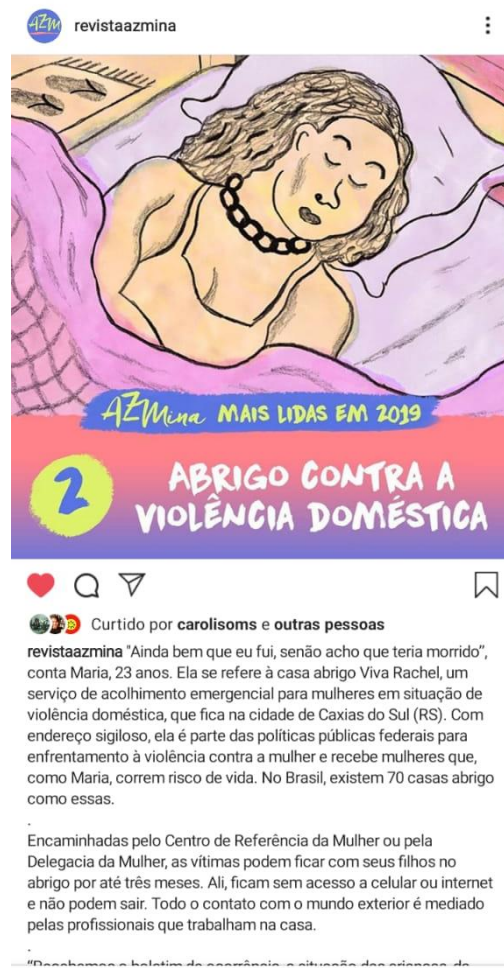
Nossa escolha por essa metodologia se justifica, ainda segundo Strauss e Corbin (2008), uma vez que, por meio da análise qualitativa, é possível obter “detalhes intrincados sobre fenômenos como sentimentos, processos de pensamento e emoções que são difíceis de extrair ou de descobrir por meio de métodos de pesquisa mais tradicionais” (p. 24).

Nossa análise de caráter qualitativo pretende identificar e analisar, no conteúdo veiculado pela ONG e nos comentários dos seguidores, o engajamento em torno do tema da violência doméstica. Postagem 1<sup>63</sup>

---

63 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B63Ckqclq4H/?igshid=fvc7n75ravks>. Acesso em: dez. 2020.

Figura 7: Reprodução do Instagram da Revista AzMina



Fonte: Reprodução do Instagram

A primeira publicação foi veiculada em três de janeiro de 2020. Na imagem, uma ilustração mostra uma mulher deitada numa cama com semblante tranquilo. A legenda da imagem traz a informação que a postagem trata do tema abrigo contra a violência doméstica e a legenda da foto, maiores explicações: a partir da história de Maria, conta-se a experiência de uma mulher vítima de violência doméstica que teve acolhimento emergencial no abrigo Viva Rachel, situado na cidade de Caxias do Sul (RS). A legenda ainda detalha que o equipamento, um dos 70 espalhados pelo Brasil, tem endereço sigiloso e é parte das políticas públicas federais de enfrentamento à violência contra as mulheres e recebe as que correm risco de morte. O texto ainda informa que as mulheres em situação de violência chegam aos abrigos encaminhadas pelo Centro de Referência da Mulher ou pela Delegacia da Mulher e podem permanecer, inclusive levando os filhos, por até três meses. A postagem ainda elucida que não há, nesses abrigos, acesso à internet, celular e que as mulheres não podem sair de lá. Todo contato com o mundo exterior é mediado pelas profissionais do abrigo. O texto é finalizado orientando os seguidores que a postagem faz parte de uma matéria feita pela Revista AzMina, cuja repórter passou uma

semana em um desses locais. Por fim, encaminha-se os seguidores a ler a matéria na íntegra no site da revista.

Aqui identificamos o que Flávia Biroli e Miguel (2014) dizem sobre a importância de levar demandas pessoais de mulheres em situação de violência doméstica ao espaço público como forma de estabelecer novas práticas políticas capazes de transformar normas e instituições visando garantir segurança a elas. Uma vez que os seguidores têm acesso a informações sobre as garantias estatais capazes de resguardar mulheres vulneráveis em ambiente doméstico, há a possibilidade de que mais mulheres possam, diretamente, buscar esse auxílio quando necessário e ainda que mulheres informadas sobre o trâmite possam ser apoio e encaminhar outras em situação de violência.

A postagem teve nove comentários. Entre eles, o de um homem, @marcelo\_raim, que fala da importância do tema e se coloca filho de uma mulher vítima de violência doméstica, e que em fuga, vagava com a mãe pela cidade sem destino durante as madrugadas. Ele fala do desespero que envolve essa situação.

O segundo comentário é de @bianca.silles, que pergunta se há abrigo desses em São Paulo e se dispõe a ajudar de alguma forma. A seguidora @nattyprocopio responde dizendo que há em São Paulo esse modelo de abrigo, mas que o endereço não pode ser divulgado, e que a diretriz é se dirigir aos Centros de Defesa da Mulher. Ela indica o site da Prefeitura de São Paulo para que sejam identificados os endereços desses centros. Diz que trabalhou em um desses abrigos e que a situação das mulheres é bastante delicada, de muita solidão. @bianca.silles agradece as informações repassadas e pergunta sobre a possibilidade de doar roupas e kits de higiene, no que @nattyprocopio confirma a necessidade principalmente de kits de higiene dizendo que a maioria das mulheres no abrigo deixa as casas sem tempo hábil para pegar esses itens de uso pessoal.

A seguidora @aliandrealmeida\_lili opina que abrigos são importante iniciativa e diz que deveriam existir mais recursos públicos destinados à construção de mais equipamentos como estes, já que a casa das vítimas é espaço inseguro para elas e palco de feminicídios. Já @biancabigai diz que deveriam existir casas desse modelo em todas as cidades. @anaxporto se identifica como psicóloga e pede orientações sobre como contribuir para o funcionamento desses lugares. Para ela, não há resposta nem de outros seguidores nem da própria Revista AzMina. O último comentário é de @ferfperes, que marca o usuário @df.peres, provável interessado no tema.

Aqui, nota-se que o perfil de AzMina no *Instagram* forma um ambiente de debate e gera participação cidadã. A partir da publicação, nascem interações e trocas de novas



informações sobre o tema. Pessoas compartilham suas vivências e se colocam como participantes ativos, quando se dispõem a auxiliar mulheres em situação de violência. O conteúdo vai além do veiculado pelo Instituto, abrindo novos horizontes e possibilidades de reflexão e organização para ajudar. Nota-se também uma ampliação do alcance do discurso, que é levado pelos seguidores do perfil para outras pessoas interessadas, por meio de marcações.

Figura 8 - Postagem 2<sup>64</sup> - Reprodução do Instagram da Revista AzMina



Fonte: Reprodução do Instagram

Esta postagem foi feita no dia 13 de janeiro de 2020. Trata-se de uma sequência de ilustrações em formato de um vídeo curto, de 44 segundos. Nele, são apresentadas as mais diversas iniciativas do Instituto AzMina, que coloca o jornalismo e a tecnologia desenvolvidos pela ONG em prol da igualdade de gênero. As fotos seguintes apresentam o aplicativo PenhaS, plataforma digital gratuita desenvolvida pelo Instituto AzMina que viabiliza informação e acolhimento para mulheres em situação de violência doméstica. Depois, fala do jornalismo desenvolvido na Revista AzMina como forma de informar sobre os direitos das mulheres. Após, informa que desenvolve campanhas, palestras e outras ações de combate às violências e desigualdade. Na sequência, diz que AzMina mantém parcerias com empresas privadas para desenvolver projetos que promovam a igualdade de gênero. Outras três ilustrações apregoam

64 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B7RaTy8FN4c/?igshid=16wrdsbef6be10>. Acesso em: dez. 2020.

que o Instituto acredita no diálogo e na empatia para promover a igualdade e que a informação pode salvar vidas. Ainda é dito que o trabalho é desenvolvido de forma que o gênero não interfira na concessão de direitos e oportunidades e que o feminismo é bom para todo mundo. Por fim, a postagem divulga o Catarse, plataforma de financiamento coletivo, e pede apoio às pessoas que acreditam no trabalho do Instituto. O texto da postagem fala que AzMina atua em forma de diferentes para fazer a mesma coisa: informar e defender os direitos das mulheres. A publicação não gerou comentários.

Constatamos o que Maria da Glória Gohn (2014) fala sobre as redes sociais serem um espaço alternativo de comunicação entre as pessoas, um ambiente propício para uni-las em torno de causas comuns. Identificamos a afirmação de Boyd e Ellison (2013) sobre as redes sociais funcionarem em rede, com base em informações compartilhadas pelos usuários, que geram interações com outros interessados no mesmo tema. É essa a premissa da atuação de AzMina nas redes sociais, bem como no desenvolvimento e manutenção de aplicativos, como é o caso do PenhaS.

Em entrevista<sup>65</sup> a esta pesquisa, a diretora de AzMina, Carolina OMS, diz que o *Instagram* de AzMina é uma plataforma que informa às pessoas sobre a existência do aplicativo PenhaS, e que por meio do *Instagram* muitas mulheres conhecem o aplicativo e podem contar mais diretamente com as ações do Instituto no combate à violência doméstica. Ela conta que inclusive contas de largo alcance, com muitos seguidores, compartilham esse conteúdo, gerando mais alcance e mais procura de mulheres pelas iniciativas de AzMina, principalmente pelo aplicativo PenhaS. O *Instagram*, mostra-se, portanto, um local de informação e de direcionamento prático de mulheres em situação de violência na busca por soluções dos casos sofridos.

Vemos ainda, o *Instagram* do Instituto utilizado como espaço de detalhamento sobre o trabalho desenvolvido. Sempre por meio de imagens, inclusive imagens que são ícones dos feminismos, como mulheres com megafones, simbolizando a quebra do silêncio delas. Por fim, o pedido de financiamento das atividades da instituição também se coloca como uma forma de engajamento de outras pessoas com o combate à violência familiar e doméstica. O fato de não gerar comentários não indica diretamente que o conteúdo não foi aproveitado pelos seguidores, uma vez que o *Instagram* possui a ferramenta “curtir”, que denota identificação com o conteúdo, além do “compartilhar”, que gera alcance para além do *feed* e dos seguidores da Revista AzMina.

---

65 Conteúdo disponível nos anexos desta dissertação.

Figura 9 - Postagem 3<sup>66</sup> - Reprodução do Instagram da Revista AzMina



Fonte: Reprodução do Instagram

A terceira publicação sobre violência familiar e doméstica do ano de 2020 no perfil do Instituto AzMina foi feita no dia 14 de janeiro. Esta postagem traz uma ilustração onde uma casa, vista de fora, é lugar de união e paz, enquanto no espaço interno há uma mulher abraçando as próprias pernas, em sugestão de que ali há medo e violência. Na legenda da foto, há a mensagem: “Casa, um espaço para o feminicídio”. O texto traz a história pessoal de Dora, de 48 anos, que foi vítima de agressões e ameaças do marido dentro de casa durante anos. A postagem traz dados sobre o feminicídio no Brasil, informa que Dora teve saída da situação de violência por meio de uma rede de mulheres, traz a fala de uma promotora de justiça sobre o tema da violência doméstica e convida os seguidores a ler a matéria na íntegra no site da Revista AzMina.

Identificamos o que diz Mariza Corrêa (1981b) sobre o ambiente doméstico ser espaço de constrangimentos para as mulheres, onde é comum, ainda que sejam anormais, situações de submissão e humilhação para elas. Quando agravadas, essas situações dão espaço à violência doméstica e em casos mais agudos, ao feminicídio. Vemos o que Anne-Marie Sohn

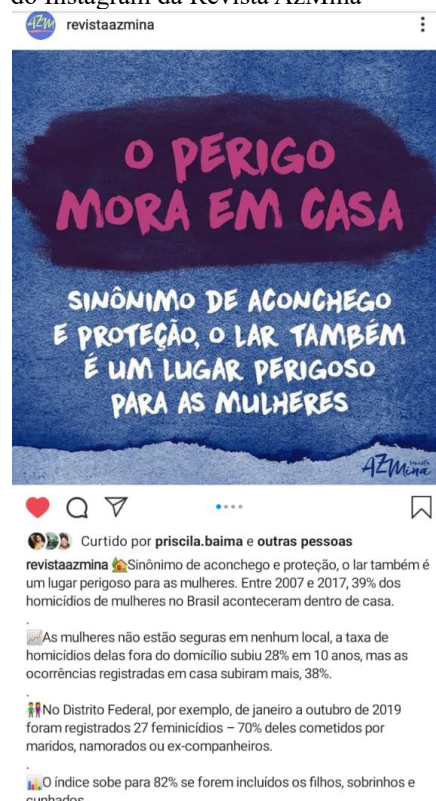
66 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B7TTojxlqzF/?igshid=1y2ers8lg4hmf>. Acesso em: dez. 2020.

(2009) detalha sobre as relações domésticas entre homens e mulheres serem baseadas no silêncio e na obediência das mulheres em face da dominação dos homens.

A publicação gerou três comentários. O primeiro, da seguidora @aadvocaciacriminal, expressa choro e lamento por meio de *emojis*<sup>67</sup>. Esse comentário é respondido pelo perfil da Revista AzMina, também em *emojis* representando choro. A seguidora @kesiafranca\_\_ comenta que o texto veiculado é super necessário. E por fim, @carolinaoms também comenta usando *emojis* que representam choro.

Os comentários, em linguagem própria de internet, formam um ambiente que denota consternação, apoio e solidariedade. Esta postagem mostra o quanto o tema da violência familiar e doméstica traz dor principalmente às mulheres. Desta vez, não há seguidores homens comentando a publicação, e os comentários são reduzidos, deixando como mensagem principal a dor que o assunto envolve.

Figura 10 - Postagem 4<sup>68</sup> - Reprodução do Instagram da Revista AzMina



Fonte: Reprodução do Instagram

Nesta postagem, feita em 15 de janeiro de 2020, segue a temática do espaço da casa como potencial lugar de perigo para algumas mulheres. São quatro as fotos da publicação, todas

67 Emojis são símbolos gráficos usados em mensagens eletrônicas que representam expressões faciais, objetos, animais etc.

68 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B7V4WzelXm6/?igshid=m33jflfd9uem>. Acesso em: dez. 2020.

imagens gráficas. Na primeira, a chamada traz a informação principal, e nas seguintes, há gráficos com dados do Atlas da Violência de 2019 sobre os feminicídios dentro das casas, que tiveram alta de 38% nos últimos dez anos. O texto da postagem traz mais dados, tais como o de que, no Distrito Federal, 70% dos feminicídios registrados entre janeiro e outubro de 2019 foram cometidos pelos maridos, namorados, ou companheiros das vítimas. O texto é finalizado convidando os seguidores a ler o conteúdo completo da matéria no site da Revista AzMina.

Aqui também identificamos o tema da violência doméstica com base na desigualdade de gênero, onde há informações e dados que comprovam que a casa pode ser um espaço letal para algumas mulheres, que em grande parte são vítimas dos próprios companheiros. Esse fato, defende Heleieth Safiotti (2001) é possível uma vez que a construção social entre homens e mulheres confere poderes quase ilimitados aos homens, tendo tolerância social para que sejam praticadas uma série de violências. O conteúdo da postagem identifica e informa sobre essa realidade, alarmando o pensamento coletivo sobre os efeitos da desigualdade de gênero e tornando possível a reflexão individual bem como práticas de mudança do cenário.

A publicação gerou dois comentários, todos de seguidoras marcando outras seguidoras, prováveis interessadas no tema. Um dos comentários, o de @carolinaoms, que marcou @silvinhachakian, gerou um comentário relatando tristeza e revolta com o conteúdo abordado e parabenizando pela publicação da matéria.

Aqui, nota-se que há uma iniciativa das seguidoras em ampliar o alcance do conteúdo veiculado, daí as marcações de outras seguidoras para lerem o que foi publicado.

Figura 11 - Postagem 5<sup>69</sup> - Reprodução do Instagram da Revista AzMina



Fonte: Reprodução do Instagram

Nesta postagem, feita no dia 20 de janeiro de 2020, AzMina descreve ações que desenvolve no combate à violência doméstica no sentido de informar, conscientizar e formar redes de apoio às mulheres em situação de violência. Encerra o texto falando sobre o aplicativo PenhaS e incentiva que os seguidores apoiem financeiramente os projetos desenvolvidos pela ONG. A publicação não gerou comentários.

Aqui identificamos a atuação do Instituto enquanto ONG de forma a acalorar as articulações dos feminismos, materializando o que Céli Pinto (2003) diz, quando defende que as ONGs são uma das formas de expressão pública desses movimentos. Há aqui uma validação institucional que transmite seriedade no trato dos temas e confere credibilidade às mulheres que tem em AzMina um potencial caminho de auxílio.

69 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B7jTGLmleJ0/?igshid=4xdwn8umo255>.

Figura 12 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina<sup>70</sup>



Fonte: Reprodução do Instagram

Nesta postagem, feita no dia 3 de fevereiro de 2020, o que mais chama atenção é a imagem de uma mulher com hematomas no rosto. Trata-se de um autorretrato da fotógrafa Nan Goldin, vítima de violência doméstica pelo companheiro. Ainda na imagem, uma legenda traz o título de um artigo de opinião publicado na Revista AzMina<sup>71</sup>. A autora é a jornalista Júlia de Miranda, colunista da Revista. O texto ainda traz a sugestão de que se pense numa espécie de SPC<sup>72</sup> para homens agressores, uma espécie de cadastro público onde constassem nomes de homens envolvidos em situações de violência contra as mulheres. Ainda é sugerido que o artigo de opinião seja lido na íntegra no site da Revista.

Nesse conteúdo é possível analisar que mais uma vez é pauta a violência que nasce da desigualdade de gênero. Vemos o que Engels (2019) pontua: há, na sociedade, uma instituição de poder ilimitado aos homens, que os assegura certo direito de “conter” as mulheres no que achem necessário, inclusive podendo-as ferir e até matar como direito.

A caixa de comentários traz 45 manifestações de seguidoras, todas mulheres. Em comum, os comentários trazem apoio à ideia defendida na postagem. Vemos que esse conteúdo

70 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B8HB9ePIJ16/?igshid=9x17s2qjie09>

71 Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/por-que-nao-pensar-em-um-spc-para-homens-agressores/>. Acesso em: jan. 2021.

72 Sigla para “Serviço de Proteção ao Crédito”, responsável por coletar informações de crédito de pessoas físicas e jurídicas.

gera um debate acalorado entre as seguidoras, somando informações novas e formando um ambiente de troca e auxílio. As seguidoras compartilham experiências pessoais e encorajam umas às outras, caracterizando um ambiente de participação cidadã, onde torna-se possível a construção de novas práticas sociais diante da problemática apresentada.

Nesse conteúdo é possível analisar que mais uma vez é pauta a violência que nasce da desigualdade de gênero. Vemos o que Engels (2019) pontua: há, na sociedade, uma instituição de poder ilimitado aos homens, que os assegura certo direito de “conter” as mulheres no que achem necessário, inclusive podendo-as ferir e até matar como direito.

A caixa de comentários traz 45 manifestações de seguidoras, todas mulheres. Em comum, os comentários trazem apoio à ideia defendida na postagem. Vemos que esse conteúdo gera um debate acalorado entre as seguidoras, somando informações novas e formando um ambiente de troca e auxílio. As seguidoras compartilham experiências pessoais e encorajam umas às outras, caracterizando um ambiente de participação cidadã, onde torna-se possível a construção de novas práticas sociais diante da problemática apresentada.

A seguidora @camila.dli comenta que é possível colocar no Google o nome do sujeito junto da palavra JUSBRASIL e pesquisar todos os processos em que ele está envolvido. A esse comentário, nove outras mulheres responderam. Algumas manifestam agradecimentos pela informação compartilhada. A seguidora @silveira\_nataly pergunta se @camila.dli já testou essa busca, no que é respondida positivamente. @camila.dli ainda detalha que faz isso sempre que vai sair em encontro com algum homem. Diz que as informações sobre envolvimento dele com a Lei Maria da Penha são rastreáveis dessa forma, só não conta na ferramenta de busca os processos tramitando em segredo de justiça. A seguidora @gabipin15 diz que conseguiu realizar a busca e agradece o compartilhamento da informação. Já a seguidora @thamimuitobrava diz que é preciso espalhar a informação.

Outro comentário é da seguidora @superafins, que comenta que nos Estados Unidos existe um cadastro chamado *National Sex Offender Register*, que, na prática, é semelhante ao que a autora do artigo propõe. Ela ainda aponta que em vários outros países, incluindo África do Sul e Trinidad e Tobago, a iniciativa também existe.

A seguidora @acamilacomc comenta duas perguntas na tentativa de propor um debate sobre o tema. Ela questiona se as demais seguidoras acham que existe uma possibilidade de reciclar homens que cometem abusos e caso esses homens tenham acompanhamento psicológico e psiquiátrico se elas acham que deveria haver chance desses homens refazerem a vida em outras relações. O comentário gerou oito respostas. A primeira, de @te.barros, diz que não tem opinião formada. Já @gabipin15 acredita que há casos em que há solução, no que



concorda a seguidora @hy.tavares. Já @renatamariano.co diz que talvez, e que depende da disposição de cada homem. A seguidora @ligiaayassuda diz que a palavra mais adequada para definir o que @acamilacomc propõe é reabilitação, e que acha que 99% dos casos poderiam sim ser reabilitados, mas que só profissionais poderiam avaliar melhor.

Há outros comentários, como os da seguidora @economizaessamenina e @livia.meggiolaro que parabenizam a ideia da autora do artigo de opinião. Outros, tais como os de @nanasoma e @afora.desi, há marcações de outros perfis no *Instagram*, uma forma de compartilhar ainda mais o conteúdo da postagem para possíveis interessados. A própria autora do artigo, @julia.de.miranda, comenta em forma de *emojis* de apoio aos comentários das seguidoras.

Figura 13 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina<sup>73</sup>



Fonte: Reprodução do Instagram

A postagem seguinte foi feita no dia 4 de março de 2020, e trata do tema da aplicabilidade da Lei Maria da Penha para mulheres indígenas. Foi postado um carrossel<sup>74</sup> com três imagens, sendo o primeiro uma arte gráfica que contém a frase: “Pra gente não funciona: mulheres indígenas e a Lei Maria da Penha”, seguida de duas fotos de duas mulheres indígenas

73 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B9UQOQglQDK/?igshid=1st6cerkv3lx7>. Acesso em: jan. 2021.

74 Trata-se de um recurso do Instagram que permite a inserção de mais de uma foto no mesmo post. Para visualizar todas basta rolar a tela pela lateral, daí a comparação com um carrossel.

em aldeias. Uma delas usa um cocar, um adorno de penas de animais que algumas tribos indígenas colocam na cabeça.

O texto da postagem traz um pouco da história de Mariquinha Karajá, mulher indígena de Tocantins que sofreu violência doméstica até a morte do companheiro. O texto ainda informa que além do medo, da vergonha e da falta de acolhimento ao denunciar uma agressão, no caso das mulheres indígenas há desinformações sobre direitos, barreiras do idioma e grandes distâncias para chegar até delegacias e pontos de atendimento. A postagem traz dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, que registrou entre 2007 e 2017 um total de 8.221 notificações de casos de violência contra mulheres indígenas. Em um terço dos casos, o agressor foi uma pessoa próxima, como o ex ou atual companheiro. Ao fim, o texto convida que o conteúdo seja lido na íntegra no site da Revista AzMina.

Nessa postagem sobre mulheres indígenas, identificamos um caráter interseccional no conteúdo postado. Conjunta à questão de gênero, a questão de raça se impõe no debate sobre desigualdades e violências. Carla Akotirene (2018) explica que a interseccionalidade é um sistema de opressões interligado. Nesse caso, a condição das mulheres indígenas impõe uma série de limitações culturais que abrem ensejo para violências muito específicas vividas por essas mulheres, e que precisam ser observadas em suas especificidades. Como já dissemos, a categoria “mulher” não é universal, sendo necessário que se contextualize as condições peculiares de cada grupo.

O conteúdo gerou 13 comentários, sendo oito deles de seguidoras marcando outros perfis do *Instagram* que possam ter interesse no conteúdo veiculado. A seguidora @vital.cocriacao questiona para quem a Lei Maria da Penha funciona. Já a seguidora @gabrielabosan aponta a insuficiência da Lei e diz que são necessários mais recursos antes que as mulheres vítimas de violência doméstica morram. A seguidora @adelitapuchalski diz que a Lei “funciona para Luana Piovani”, e conta que a mãe era vítima de violência doméstica por parte do pai e que na delegacia não encontrou acolhimento, ao contrário, “falaram que ela era sem vergonha porque nunca se separava”, e diz que a mãe não saía de casa porque dependia financeiramente do pai. A seguidora @advocaciacriminal elogia a reportagem, enquanto @dianajoucovski reage com *emojis* de coração ao conteúdo.

Os comentários são alheios à questão específica das mulheres indígenas, o que denota que alguns contextos são tão específicos que se tornam distantes da rotina de algumas mulheres, por mais que o elemento gênero seja comum a elas. Nota-se que há uma necessidade de compartilhar vivências pessoais, ainda que não haja conexão imediata com o tema postado.

O que evidencia o *Instagram* de AzMina como um espaço de acolhimento onde as mulheres se sentem seguras a relatar sobre si diante das informações repassadas.

Figura 14 - Postagem 8<sup>75</sup> - Reprodução do Instagram da Revista AzMina

**JORNADA PARA FAZER A DENÚNCIA**  
Carro, barco e caminhada são necessários para chegar à delegacia mais próxima das mulheres Karajá da Ilha do Bananal

1 hora  
Caminhada por estrada de terra

10 min  
Percurso de barco R\$ 80 a R\$ 100

15 min  
Caminhada por 1 km

ILHA DO BANANAL (TO)

DELEGACIA EM SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT)

DELEGACIA EM LAGOA DA CONFUSÃO (TO)

Prazo imprévisível

Demora encaminhada

Curtido por carolisoms e outras pessoas

revistaazmina "Aí a gente denuncia [a violência doméstica], volta para a aldeia sem saber se medidas de proteção vão funcionar, e apanha mais, por isso que as mulheres têm medo", diz Mariquinha Karajá, que vive na Ilha do Bananal, localizada no estado do Tocantins e separada do Mato Grosso pelo rio Araguaia.

✗ Num contexto de violência doméstica, as distâncias tornam as mulheres indígenas mais vulneráveis. Caso Mariquinha quisesse denunciar as agressões, teria que usar três meios de transporte: motorizado, barco e as próprias pernas. Isso porque a delegacia mais próxima fica no município de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso – ou seja, em outro estado.

Para sair da aldeia onde vive seria necessário enfrentar pelo menos uma hora de solavancos em uma caminhonete por uma estrada de terra, que em dias de chuva fica intransitável, para chegar ao porto. Para isso, dependeria ainda que houvesse um veículo de algum órgão público disponível, o que pode demorar dias para acontecer.

No porto, teria que desembolsar de R\$ 80 a R\$ 100 (ida e volta) aos barqueiros para uma travessia de dez minutos pelo rio e depois caminhar algumas centenas de metros até a delegacia.

Após registrar a denúncia, ela ainda seria encaminhada para o município de Lagoa da Confusão, no Tocantins, área de jurisdição das aldeias Karajá. Essa cidade fica ainda mais distante da aldeia, o que aumentaria a dificuldade para se conseguir uma medida protetiva, se

Fonte: Reprodução do Instagram

Na mesma data da postagem analisada anteriormente, 4 de março de 2020, foi feita esta. A imagem traz um gráfico onde é detalhada a jornada que uma mulher indígena deve fazer se quiser denunciar as violências sofridas. O trajeto envolve carro, barco e ainda uma caminhada entre a aldeia Karajá e a delegacia de mulheres mais próxima. O percurso, detalha a imagem, tem duração de uma hora e quinze minutos, passando por uma estrada de terra e um rio. A rota de barco dura dez minutos e tem o custo entre R\$ 80 e R\$ 100, seguido de uma caminhada de um quilômetro, feita em quinze minutos.

O texto da postagem começa com a fala de Mariquinha Karajá, mesma mulher protagonista da postagem anterior, dizendo que as mulheres denunciam e voltam para aldeia sem saber se as medidas de proteção vão funcionar. Ela diz ainda que depois de denunciar as mulheres vítimas apanham ainda mais, por isso muitas têm medo de fazer a denúncia. O texto

75 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B9Uq7bVFxIM/?igshid=1g4ukmrrtnhvk>. Acesso em: jan. 2021.

se encerra sugerindo que os seguidores leiam o conteúdo completo na íntegra na Revista AzMina.

Novamente o Instituto AzMina traz um conteúdo que evidencia o caráter interseccional das violências sofridas pelas mulheres. Apontar as especificidades dos obstáculos que cada uma tem no acesso à justiça é complexificar o debate sobre os feminismos e cultivar uma conjunção possível no auxílio entre mulheres de realidades distintas.

O conteúdo não gerou comentários.

Figura 15 - Reprodução do Instagram da Revista AzMina. Postagem 9<sup>76</sup>



Fonte: Reprodução do Instagram.

A postagem do dia 5 de março de 2020 dá continuidade ao tema das mulheres indígenas e a aplicabilidade da Lei Maria da Penha. Dessa vez, o conteúdo é um vídeo de quase cinco minutos gravado na Ilha do Bananal, em Tocantins, dentro da aldeia Fontoura, da tribo Karajá. Começa com a fala de Nará Celestino, mulher indígena que diz que a Lei criou um impacto na questão da violência doméstica, mas que não foi feita pensando nas mulheres indígenas, que não se sentem seguras para denunciar porque não há assistência para as denunciantes que precisam, por conta do componente cultural e material, continuar dentro da aldeia. Ela diz que para as mulheres indígenas, a Lei Maria da Penha não funciona. A fala dela é seguida pela fala de Dibexia Karajá, que conta que sofria violência doméstica por parte do

76 Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/B9WwD5TFu0X/?igshid=17b4n0wfwl1tcx>. Acesso em: jan. 2021.

marido. O vídeo traz a informação de que 8.221 mulheres indígenas foram vítimas de violência doméstica entre os anos de 2007 e 2017. As demais cenas mostram o cotidiano da aldeia, e diversas mulheres indígenas dão depoimentos relatando casos de violência doméstica vistos e vividos. Falam que, na cultura indígena, a força masculina e o ciúme são vistos como culturais, mas que isso não é normal. Elas conhecem a Lei Maria da Penha, mas contam que são constantemente ameaçadas, inclusive de morte, pelos companheiros caso resolvam denunciar.

Mais uma vez, a interseccionalidade é traço notório nas publicações de AzMina. Trazer o contexto das mulheres indígenas no acesso à Lei Maria da Penha permite aprofundar as questões dos feminismos, dando a perspectiva dos frutos mais específicos da opressão colonial colhidos por essas mulheres e que influem nas opressões de gênero vivenciadas por elas. Conhecer a situação abre caminhos sobre um novo modo de estar no contexto em que elas vivem, e também dá novas visões a mulheres fora daquele contexto.

O conteúdo gerou seis comentários. O primeiro é de @peganomeuconteudo, que elogia a produção e se diz emocionada com o vídeo. A seguidora @marianabao diz que a discussão é muito necessária. Já @marimaretto marca um outro perfil que possa estar interessado no conteúdo. A seguidora @carolinaoms comenta com um *emoji* que representa choro. A seguidora @cidaaveloso questiona se o comportamento masculino agressivo por parte dos homens indígenas é da natureza masculina ou se é parte da aculturação indígena desses homens. O comentário de @cidaveloso não obteve resposta.

Aqui, e em outras postagens analisadas, nota-se que há um espaço de debate formado, mas que muitas vezes não representa interação das mulheres umas com as outras por meio de comentários. No mais das vezes, a caixa de comentários de AzMina é tomado como espaço de manifestação de pensamento sobre o tema, maturação de ideias e perguntas retóricas, e não necessariamente de interação. Não há como mensurar se essas manifestações geram reflexões mais densas e mudanças de comportamento no plano individual de cada seguidor, uma vez que para além da interação, o objetivo da postagem também é construção de reflexão cidadã em cada indivíduo. Notamos que a interação entre as pessoas ocorre sem regra de ocorrência, o que pode não representar diretamente uma falta de compreensão e articulação com a informação repassada.

Figura 16 - Postagem 10<sup>77</sup> - Reprodução do Instagram da Revista AzMina



A postagem do dia 10 de março de 2020 traz na imagem uma arte gráfica que informa que naquela data entrava em vigor uma lei que obriga hospitais a notificarem casos de violência doméstica, e que por conta disso o Sistema Único de Saúde (SUS)<sup>78</sup> pode deixar de ser porta de entrada desses casos na hora de mulheres vítimas buscarem ajuda. O texto que acompanha a imagem traz o relato de Lorena (nome fictício para preservar a identidade da fonte), que quando sofreu violência doméstica não buscou delegacia ou um Centro de Referência da Mulher, mas o SUS. Em um hospital do SUS ela fez exames, recebeu tratamento para a clavícula quebrada durante o episódio de violência, além de ser informada sobre o procedimento necessário para lavrar um boletim de ocorrência e ser direcionada a uma assistente social que ficou responsável de acompanhar o caso. Ela manifestou seu desejo de ser cuidada em um primeiro momento e não fazer a denúncia de imediato. Sua vontade foi respeitada pela equipe que a atendeu. O texto segue informando que, a partir do dia 10 de março de 2020, a lei nº 13.931 obriga que hospitais denunciem para a polícia, em até 24 horas, a

77 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B9jrjPFFkxe/?igshid=1b5euxnqn7wn3>. Acesso em: jan. 2021.

78 Instituído em 1988, o Sistema Único de Saúde oferece a todos os cidadãos brasileiros acesso integral, universal e gratuito a serviços de saúde e beneficia cerca de 180 milhões de brasileiros. Mais informações em: <https://pensesus.fiocruz.br/sus>. Acesso em: jan. 2021.

acolhida de casos de mulheres em situação de violência doméstica, independente da vontade delas. A lei ainda permite que os hospitais denunciem com base em indícios da ocorrência da violência, ainda que a vítima não expresse o que houve. O texto questiona a perda da autonomia das mulheres nesses casos e aponta a possibilidade de que, diante disso, mulheres vítimas de violência deixem de buscar atendimento nos hospitais. A postagem se encerra sugerindo que as seguidoras leiam o conteúdo completo no site da Revista AzMina.

Esse conteúdo aborda o que diz Heleieth Saffioti (2011) sobre o poder ser atribuído à categoria social homens, deixando as mulheres em situação de submissão desses mandos. Aqui, a intenção é localizar a posição social das mulheres, fazendo-as compreender a relação de desvantagem a que estão submetidas, e que esse fato gera consequências com relação às liberdades individuais.

O conteúdo gerou dezessete comentários. Analisamos que o conteúdo gerou um engajamento de participação cidadã entre os seguidores. Contrários ou a favor, houve debate entre eles, sugestões de novos caminhos possíveis e uma compreensão do conteúdo feminista veiculado.

Dois dos comentários são como o de @sol\_helena69, que são reações de tristeza por meio de *emojis*. Outros seis comentários são de seguidoras marcando outros perfis que possam ter interesse no conteúdo. A seguidora @bkmibri diz que não sabe o que opinar sobre isso, porque parece ser bom e péssimo ao mesmo tempo, no que concorda a seguidora @bruna\_sena03. A seguidora @marinafibre diz que espera algum veto a isso porque considera um “tiro no pé”. A seguidora @patriciabackes diz que a medida é lamentável. Já a seguidora @brisa.reducaodedanos se coloca como favorável à medida, que considera “um arraso”, e também enaltece o SUS. A seguidora @ligiaayassuda diz que a medida é polêmica e que considera que o melhor é encaminhar as mulheres vítimas de violência a um atendimento psicológico. Por fim, a seguidora @claudiatahal diz que é mais uma lei que tira a autonomia da mulher ao invés de oferecer suporte e segurança para que as mulheres tomem suas próprias decisões.

Figura 17 - Postagem 11<sup>79</sup> -  
Reprodução do Instagram da Revista  
AzMina



Fonte: Reprodução do Instagram.

Publicada no dia 23 de março de 2020, este é o primeiro conteúdo veiculado no *Instagram* de AzMina que aborda a questão da violência doméstica dentro do cenário da pandemia de Covid-19, declarada pela OMS em 11 de março do mesmo ano. Aqui, um carrossel de imagens gráficas reúne cinco dicas para uma quarentena feminista. A primeira é oferecer condições para que todas as pessoas façam quarentena, ajustando esquemas de prestadores de serviço e, possível, mantendo pagamentos mesmo que o serviço não possa ser executado. A segunda dica é dividir as tarefas domésticas para que mulheres não sejam sobrecarregadas pelos encargos domésticos. A terceira é formar redes de apoio para mães, possibilitando horas de trabalho ou descanso sem a interferência dos filhos. Já a quarta dica é para atentar a sinais de mulheres em situação de violência doméstica e oferecer apoio e ajuda. A quinta e última dica sugere que seja fortalecido o trabalho de mulheres durante a pandemia.

A legenda das imagens traz uma aspa de um texto da Revista AzMina que fala sobre o aumento das opressões sobre as mulheres em tempos de crise, e finaliza convidando os seguidores a ler o texto na íntegra no site da Revista.

79 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-Fjh4Yl7Z9/?igshid=88drudn634di>. Acesso em: jan. 2021.



Esse conteúdo ilustra o que Fabiana Uckus (2020) mapeou sobre o aumento do consumo dos sites de redes sociais durante a pandemia e que esse uso poderia ser aliado das mulheres em situação de violência agravada pelo isolamento social. Aqui, há uma abordagem que sugere a solidariedade entre mulheres que podem ser apoio às vítimas, localizando essas e outras atitudes dentro de um contexto feminista, de fortalecimento das mulheres.

O conteúdo gerou trinta e dois comentários, e analisamos que a delicadeza do assunto que é novidade, envolve a todos e gera incertezas, formou um ambiente de debate onde além da participação cidadã de mulheres interessadas no tema, há também um boicote. Identificamos um homem que tenta impor sua perspectiva pessoal às mulheres que trazem seus relatos para os comentários, bem como minimizar as situações sofridas. Ser inserido na categoria social dos agressores provocou uma atitude que tenta ridicularizar as mulheres, deixando-as desconfortáveis a compartilhar, um modo de silenciamento. Identificamos o que defende Gayatri Spivak (2010), quando diz que só há condições de pessoas em situação de opressão falarem se há também um contexto para que sejam ouvidas. Quando intimidadas, as mulheres rebatem, mas tendem a encerrar o assunto que gostariam de estar ali debatendo de forma a conseguir apoios.

Nessa postagem, nove comentários são de seguidoras marcando outros perfis para que tenham acesso ao conteúdo. A seguidora @tamarakovacs denuncia que está sendo ameaçada por uma pessoa e que quando foi na delegacia informaram que estava tudo fechado por conta da pandemia e só estavam sendo atendidos os flagrantes. “Justo agora que as pessoas serão confinadas com seus abusadores”, ela diz. A manifestação dela gerou o comentário de @aleixoboson, um homem nada empático com a situação relatada que diz que também está confinado com a esposa e não abusa dela. A seguidora @tamarakovacs pergunta o que o casamento dele tem a ver com ela ter recebido ameaças de morte, no que @aleixorobson responde que ela disse que as esposas estão presas com seus abusadores, no plural. Ela rebate dizendo que, naquele momento, as esposas que são abusadas pelos maridos estão trancadas com eles. No que @aleixorobson diz que se é abusada pelo marido, ela devia se separar. Ele diz que ser abusada é mais difícil que se separar, e completa afirmando que “vocês”, possivelmente se referindo a mulheres que se aliam aos feminismos, “são mestres em falar sobre ser uma mulher empoderada (termo sem nexos nenhum), mas permitem ser abusadas, isso não lógica”. Ela responde que não é o marido que a ameaça e explica que não é casada. Ele rebate o comentário dizendo que quem quer que a ameace ela deve bater com um pau na cabeça do agressor até parar de respirar e que ninguém vai acusá-la de homicídio porque é legítima defesa. Em outro

comentário completa dizendo que “abusador bom é abusador morto a paulada”, no que não recebe resposta por parte de @tamarakovacs.

O comentário seguinte é feito por @amiradantas, que relata estar confinada com um abusador narcisista e por conta disso está morrendo todos os dias um pouco. @aleixorobson, o mesmo que respondeu ao comentário de @tamarakovacs, responde mais uma vez sem empatia dizendo que @amiradantas é a única que pode resolver o problema pelo qual está passando. Ela reage marcando o perfil da @revistaazmina relatando que há um homem a importunando e questionando se ele sabe o que é um relacionamento abusivo, se sabe das condições financeiras, emocionais e familiares dela. Em outro comentário ela diz que ele está em uma página feminista “só pra causar”. Ele rebate dizendo que se ela está num relacionamento abusivo cabe a ela resolver e ironiza a linguagem feminista usada por @amiradantas, além de provocá-la, perguntando se ela tem treze anos de idade por ter marcado o perfil da @revistaazmina numa forma de denunciar o comportamento dele. Ela responde dizendo que vai bloqueá-lo. A Revista AzMina não tece comentários sobre o embate dos dois.

Em outro comentário, @madaccoelho questiona onde estão as dicas para cuidar dos idosos, o que naturalmente foge ao escopo de um perfil feminista. O perfil @\_feminismoe elogia a postagem, e o perfil @prevencaovienciasobral marca @cumadi\_is sugerindo que a postagem seja repostada. Mais uma vez @aleixoboson comenta dizendo que a postagem não é uma agenda feminista, mas comunitária. Diz que o feminismo não tem a ver com ações comunitárias, tampouco de ajuda ao próximo. O comentário não recebe respostas.

Nesta postagem notamos que o público de AzMina não é formado apenas por mulheres. E que nem todos os homens que acessam o conteúdo o fazem por concordar com as publicações. No caso relatado aqui, mais do que discordância por parte do homem há um certo escárnio da situação.

Figura 18 - Postagem 12<sup>80</sup> - Reprodução do Instagram



Fonte: Reprodução do Instagram

A postagem do dia 27 de março de 2020 apresenta Maia, uma assistente virtual criada para facilitar o reconhecimento dos primeiros indícios de um relacionamento abusivo, evitando assim que esses casos cheguem ao nível de violência física. Maia dá orientações para reconhecer um relacionamento abusivo e saber como sair dele. O texto ainda informa que em razão da quarentena, do isolamento social e das restrições de ir e vir, há um cenário que propicia mais situações de violência contra as mulheres e que nos primeiros dias de quarentena o Plantão Judiciário do Rio de Janeiro registrou um aumento de 50% dos casos de violência doméstica.

Aqui vemos o que Carvalho (2020) aponta como o uso das redes pelos movimentos sociais como um trajeto pela garantia de direitos. Embora não haja uma resolução imediata por essa via, é importante identificar que por meio delas problemáticas são debatidas, há um alcance de mais pessoas em torno do tema e um engajamento dos que já se identificam com a temática. É um contexto que se propõe informativo e organizativo.

80 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-PpVihliu3/?igshid=bgqglmcf5dsj>. Acesso em: jan. 2021.

A postagem gerou nove comentários, e identificamos que há uma receptividade 100% positiva do uso das ferramentas de redes sociais para tratar esse tema. Os comentários são todos de seguidoras mulheres, o que também aponta ao fato de que elas fazem uso dessas tecnologias e que desejam se aproximar cada vez mais, de formas mais concretas, a essas ferramentas. Quatro comentários da postagem são de seguidores marcando outros perfis interessados no tema. A seguidora @gizellefreitaspsol elogia a criação da assistente virtual. As seguidoras @instadanat e @politicaparamulheres consideram a iniciativa excelente. A seguidora @marias\_do\_amor diz ter amado a ideia e pergunta se pode compartilhar a postagem, no que é respondida pela @revistaazmina positivamente.

Figura 19 - Postagem 13<sup>81</sup> -  
Reprodução do Instagram da  
Revista AzMina



Fonte: Reprodução do Instagram

Publicada em 31 de março de 2020, essa postagem traz uma arte gráfica com a chamada “Violência contra a mulher: mais uma epidemia que Bolsonaro minimiza”, um texto de Marília Taufic, idealizadora do aplicativo PenhaS que foi veiculado como editorial da Revista AzMina.

O texto da postagem traz a fala<sup>82</sup> do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que justifica o aumento da violência doméstica porque falta pão em casa, já que boa parte dos

81 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-Zxm9OFzG6/?igshid=ft9e6grafhsyn>. Acesso em: jan. 2021.

82 Mais informações em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/03/30/por-que-bolsonaro-errao-usar-violencia-domestica-para-criticar-isolamento.htm>. Acesso em: jan. 2021.

homens não podem trabalhar em virtude do isolamento social. A autora critica o posicionamento de Bolsonaro argumentando que não é falta de pão, de renda ou de trabalho que ocasiona a violência, mas o machismo. O texto traz ainda a informação de que o Brasil é o quinto país que mais mata mulheres vítimas de violência doméstica. E finaliza dizendo que a melhor forma de combater o machismo e as violências geradas por ele é promovendo uma educação pela igualdade.

Aqui analisamos um conteúdo que perpassa tanto as questões sobre as desigualdades de gênero, que oprimem as mulheres, quanto um cenário em que há opressões bem peculiares sofridas por elas. As pesquisadoras Pâmela Vieira, Leila Garcia e Ethel Maciel (2020) defendem que o isolamento social favoreceu o controle das mulheres pelos homens, e que redes virtuais de suportes social entre essas mulheres devem ser encorajadas nesse momento.

O conteúdo gerou dezesseis comentários e mais uma vez identificamos além de uma participação cidadã das mulheres demonstrando apoio ao conteúdo e trazendo novas informações, há um boicote feito por um homem. Podemos notar que a situação do isolamento social promove um desgaste emocional que fragiliza ainda mais as mulheres, sejam elas vítimas ou rede de apoio, e gera comportamentos de ataque de alguns homens, que por não querer estar vinculados aos agressores, acabam por também intimidar, silenciar e até ridicularizar as mulheres que se envolvem na causa da violência doméstica nesse momento.

Dois comentários são de seguidores que reagiram com *emojis*. O primeiro, de @ritabengua, traz palmas e corações. O segundo, de @clarodias, demonstra espanto com as informações veiculadas na postagem. A seguidora @tay.esm comenta que antes de o presidente emitir essa opinião ele havia cortado verbas da secretaria da mulher que seriam destinadas ao combate à violência doméstica. O seguidor @carlosmaiapsicologo diz que esse mesmo tema será tema de uma *live*<sup>83</sup> no perfil dele naquela data. A seguidora @synthyaamaia diz que com ou sem coronavírus o lar é o local mais perigoso para uma mulher estar.

Mais uma vez o perfil @aleixoboson, o mesmo homem que gerou um embate na postagem anterior, comenta. Diz que Bolsonaro fala coisas “mega importantes” e que “esse Instagram estúpido”, se referindo ao perfil da Revista AzMina, “se apega a uma ditado popular que ele usou apenas para explicar a tragédia pela qual passamos”. Ele ainda diz que “vocês são ineficientes. É por isso que são tão pequenas e incapazes de ajudar qualquer mulher. Vocês só

---

83 Em tradução livre, “live” significa “ao vivo”, e nesse caso faz alusão a uma ferramenta do Instagram que permite que os usuários da rede social façam transmissões ao vivo usando a plataforma.

atrapalham, parecem meninas de dez anos de idade”. Esse comentário gerou nove respostas. Duas mulheres, @tay.esm e @enilarebrota contra argumentaram com @aleixoboson. A seguidora @tay.esm começou dizendo que verbas de combate à violência doméstica foram cortadas. Questionou onde havia algo importante dito pelo presidente em anos de atuação política e opinou que o mais relevante que ele fez foi ficar calado. Disse que tudo o que Bolsonaro fala é desrespeitoso, estúpido, criminoso, equivocados, sem embasamento técnico ou científico. A seguidora @enilarebrota disse que não valia a pena discutir com @aleixoboson porque se ele defende Bolsonaro é sinal de que lhe faltam escrúpulos, no que @tay.esm concordou. Já @aleixoboson acusou as duas de conversarem com ódio, disse que não tinham argumentos e só lhes restavam o ódio. Completou dizendo a @tay.esm que “Quando eu precisar de uma barraqueira profissional entro em contato contigo”. No que ela reage com ironia, dizendo que se ele se sentiu agredido que vá para uma emergência. Depois completa dizendo que ele desdenha de fatos, dados e altos índices de violência. Ele diz que só vai chamar por ela “quando estiver precisando da barraqueira”. Ela conclui o embate dizendo que não chame porque ela não está disposta a resolver nenhum problema dele, e que “a barraqueira aqui dispensa você”. Não houve resposta a esse comentário.

Aqui notamos que há uma concordância entre as mulheres nos temas veiculados por AzMina. Quando há embates, são iniciados e sustentados por um homem. Nota-se ainda que é comum que as mulheres se unam para rebater as posições do homem. No entanto, não mapeamos intervenção da Revista AzMina, ainda que solicitado pelas mulheres, no sentido de proibir esse tipo de conduta masculina ou ainda de censurar os comportamentos.

Figura 20 - Postagem 14<sup>84</sup> -  
Reprodução do Instagram da  
Revista AzMina



Fonte: Reprodução do Instagram

Esta postagem foi publicada em 3 de abril de 2020, e traz duas imagens. Na primeira delas há uma foto de uma mulher dentro de uma casa, olhando a paisagem externa pela janela, e uma legenda que informa que o atendimento à violência doméstica mudou em meio à pandemia de Covid-19. Na segunda há um gráfico que informa que a maior parte da violência contra a mulher ocorre em casa, em momentos de convivência familiar. Traz ainda dados do Dossiê Mulher Rio de Janeiro 2019<sup>85</sup>, documento veiculado pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro que mapeia a violência contra a mulher naquele estado. Segundo o documento, 59,4% das mulheres cariocas sofreram violência doméstica dentro de suas residências, sendo 33% das agressões cometidas no período noturno (18h – 23h59) e 33% das violências ocorreram aos finais de semana.

O texto da postagem expande essas informações e diz que a pandemia tem tornado ainda mais complexa a questão da violência doméstica. Tanto o atendimento às mulheres vítimas quanto a notificação de medidas protetivas aos agressores mudaram devido às determinações de distanciamento social. Agora esses trâmites têm sido feitos via e-mail,

84 O Dossiê pode ser acessado por meio deste link: <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=48>. Acesso em: jan. 2021.

85 O Dossiê pode ser acessado por meio deste link: <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=48>. Acesso em: jan. 2021.

telefone e por meio do aplicativo *WhatsApp*. O texto ainda destrincha informações sobre atendimento às mulheres em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul e se encerra sugerindo que a reportagem seja lida na íntegra no site da Revista AzMina.

Atento ao aumento no número de casos de violência doméstica durante a pandemia, este é mais um conteúdo que se coloca como ponte entre as mulheres e as informações sobre como recorrer à justiça nesse momento. Em um contexto em que o fluxo de informações é muito grande, notamos que o perfil de AzMina se coloca como uma espécie de filtro dos conteúdos veiculados que podem ajudar às mulheres, fazendo uma cobertura da pandemia com foco nelas.

A publicação gerou dois comentários, os dois sendo duas mulheres, @carlalink e @angelica\_fortes, marcando outros perfis que possam ter interesse no conteúdo veiculado. Notamos que há uma recorrência nesse tipo de comentário, o que indica que há um acesso ao conteúdo de AzMina que vai além dos seguidores do perfil.

Figura 21 - Postagem 15<sup>86</sup> -  
Reprodução do Instagram da Revista  
AzMina



Fonte: Reprodução do Instagram

Nesta postagem, veiculada no dia 6 de abril de 2020, o tema da violência doméstica na pandemia de Covid-19 é abordado a partir da perspectiva das mulheres que se sentem em risco. Até aqui, as postagens eram direcionadas de forma que mulheres fora da situação de

86 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-pMAEBFmMH/?igshid=1uou563r6ge49>. Acesso em janeiro de 2021.



violência auxiliassem as que estavam inseridas nesse contexto. Nesta postagem, o tom muda. Aqui, AzMina fala diretamente com mulheres que estão sob risco. A imagem traz um carrossel de seis artes gráficas com cinco direcionamentos: tenha um plano de emergência pronto, deixe uma chave reserva da casa acessível e esconda em um lugar fácil de pegar em caso de urgência, deixe seus documentos e dos filhos em local de fácil acesso para fugir, avise os vizinhos da situação de violência sofrida e combine uma palavra de emergência com pessoas de confiança para ligar ou mandar mensagens nas horas de necessidade.

O texto da postagem alerta que as medidas de isolamento social tendem a aumentar os casos de violência doméstica e informa que somente na primeira semana de distanciamento social o Ligue 180, Central de Atendimento do Governo Federal que atende esses casos, registrou um aumento de 18% nas denúncias. AzMina ainda informa que está fazendo um conteúdo especial sobre a pandemia de Covid-19 no site da Revista em parceria com outros veículos de informação e convida aos seguidores para acessar os conteúdos no site.

Aqui, mais uma vez, o *Instagram* de AzMina é uma espécie de manual informativo rápido para mulheres em situação de violência durante a pandemia. A postagem rendeu seis comentários. Três deles são de perfis marcando outros possíveis interessados no conteúdo, o que denota uma rede de pessoas que se tem empenhado em divulgar o conteúdo abordado cada vez mais. A seguidora @\_lara\_1959 diz que é muito injusto que tantas mulheres precisem lançar mão dos conselhos do post para estarem minimamente protegidas em suas próprias casas. No mesmo tom, a seguidora @daniellesouzaba diz que é triste ler essa cartilha porque mostra a realidade que as mulheres vivem e ninguém quer ver. A seguidora @nventurinis diz que a situação é triste demais. Nota-se que há um atravessamento de dor envolvendo esse tema, por mais que as mulheres que comentaram não se coloquem exatamente como vítimas dessa situação, denotando que, para além do contexto individual de cada vítima, há também um sentimento coletivo de solidariedade dessa dor.

Figura 22 - Postagem 16<sup>87</sup> -  
Reprodução do Instagram da  
Revista AzMina



Fonte: Reprodução do  
Instagram

Nesta postagem, feita no dia seguinte à anterior, 7 de abril de 2020, AzMina volta a falar com mulheres capazes de ajudar outras em situação de violência doméstica, de forma a criar uma rede de apoio informada e pronta para auxiliar. Na imagem, composta também por um carrossel, há oito imagens gráficas com os seguintes direcionamentos: fique próxima e faça contato frequente, não julgue a situação e se mostre disponível a ajudar, não divulgue onde ela está caso acolha uma mulher em risco de forma a evitar que o agressor saiba, ofereça abrigo se puder e se certifique de que é seguro para as duas, oriente sobre serviços judiciais disponíveis, descubra se há na cidade uma casa de abrigo ou passagem e chame a polícia se ouvir ou vir algo acontecendo.

O texto da postagem explica que as informações e orientação se destinam a quem quer ajudar mulheres em situação de violência, e informa que em São Paulo e no Rio Grande do Sul os serviços de acolhimento às mulheres estão operando de forma *online* durante a pandemia. Por fim, sugere que os seguidores acessem o conteúdo completo no site da Revista AzMina.

Mais uma vez identificamos o *Instagram* como ferramenta de auxílio às mulheres em situação de violência durante a pandemia, principalmente buscando formar consciência sobre a necessidade de apoiar umas às outras. Analisamos esse espaço virtual à luz de Maria da Glória Gohn (2014), quando ela diz que o espaço virtual é também um espaço de familiarização

87 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-rtGGuFT9D/?igshid=10wpbdxhte2rr>. Acesso em: jan. 2021.

com um determinado tema debatido pelos movimentos sociais. Após a familiarização é que se torna possível a articulação. O conteúdo gerou um comentário, do perfil @vozfeminismo, que classificou o post como ótimo e ressaltou a importância de promover redução de danos, apontando para o fato de que o conteúdo vinculado por AzMina faz parte de um entendimento maior e mais abrangente sobre o assunto.

Figura 23 - Postagem 17<sup>88</sup> -  
Reprodução do Instagram da  
Revista AzMina



Fonte: Reprodução do Instagram

Esta postagem, veiculada no dia 28 de abril de 2020, a imagem de uma penitenciária traz a legenda: “Violência contra a mulher ultrapassa até os muros prisionais”. O texto traz que um agravante da aplicabilidade da Lei Maria da Penha é quando os casos de violência cruzam com o crime organizado. É contada a história do assassinato de Karina Braga Soares, de 27 anos, que foi morta em Minas Gerais em dezembro de 2019. Segundo o boletim de ocorrência, ela não suportava mais a rotina de visitar o companheiro preso por homicídios e tentou terminar o relacionamento. Ele é o principal suspeito de tê-la mandado matar na frente dos filhos de 2 e 8 anos. O texto segue afirmando que as mulheres não escapam da violência doméstica mesmo na ausência dos homens agressores. No fim, há a sugestão de que a reportagem completa seja lida pelos seguidores.

88 Disponível em: [https://www.instagram.com/p/B\\_hx\\_S5FM0B/?igshid=1qcxafv5w5ovo](https://www.instagram.com/p/B_hx_S5FM0B/?igshid=1qcxafv5w5ovo). Acesso em: jan. 2021.

Identificamos que o conteúdo aborda a questão da desigualdade de gênero entre homens e mulheres, quando aponta situações concretas onde mulheres ocupam espaços de constrangimento, submissão e humilhação, com regras impostas sobre o seu comportamento. Mariza Corrêa (1981b) aponta que, nesse contexto de desigualdade, a morte é a mais dramática forma de violência a que uma mulher está submetida nesse arranjo social. Quando ilustra essa situação em casos concretos, AzMina traça um panorama onde primeiro se vê a letalidade da sociedade machista e segundo há identificação das mulheres que, uma vez que se enxergam nesse contexto de dominação, temem pela própria vida. O conteúdo gera informação e fomenta esse ambiente reflexivo sobre a condição das mulheres. Se uma mulher está em perigo por uma questão estrutural onde todas estão inseridas, implica que nenhuma está completamente protegida.

O conteúdo gerou cinco comentários. As seguidoras @marciaandreia.adv e @fabiagalvao reagiram com *emojis* de choro. O seguidor @brf.bruno reagiu com um *emoji* que simboliza apoio ao conteúdo publicado. Já @joanasuarez, repórter responsável pela matéria publicada, agradece AzMina pela confiança e oportunidade. O perfil @oquenaonosdisseram diz que AzMina emociona com jornalismo de verdade. Notamos que há apoio ao conteúdo postado, o que evidencia uma identificação coletiva com o assunto.

Figura 24 -Postagem 18<sup>89</sup> -  
Reprodução do Instagram da  
Revista AzMina

---

89 Disponível em: [https://www.instagram.com/p/B\\_kh5bjFLwQ/?igshid=1hks6577rbcmp](https://www.instagram.com/p/B_kh5bjFLwQ/?igshid=1hks6577rbcmp). Acesso em: jan. 2021.



Esta postagem, do dia 29 de abril de 2020, dá continuidade ao tema tratado no dia e na postagem anterior, sobre os casos das companheiras de homens presidiários que correm risco de morte apesar da ausência física do marido no convívio doméstico. Desta vez, é contada a história de Edjane da Silva, morta aos 31 anos na porta de casa. O suspeito de mandar matá-la é o companheiro que cumpria pena por tentativa de feminicídio conta uma ex companheira em um presídio em Pernambuco. De lá, ele controlava a rotina de Edjane e soube que ela dançou forró com outro homem. O texto se encerra sugerindo que os seguidores acompanhem a reportagem inteira no site da Revista AzMina.

Em mais uma postagem que aborda a questão da desigualdade de gênero, identificamos no conteúdo um exemplo das articulações de poder que fala Joan Scott (2019), quando diz que na oposição entre o masculino e o feminino é que se construíram os sentidos sociais de poder que autorizam os homens enquanto excluem as mulheres. Aqui, num exemplo prático de um caso real, AzMina materializa essa questão, mostrando que essa relação desigual carrega consigo um potencial letal que pode vitimar uma mulher mesmo em situações extremamente atípicas, como é o caso do mando de morte de uma mulher pelo companheiro preso. Aqui, nota-se a intenção de exemplificar as opressões e seus danos.

O conteúdo rendeu seis comentários, todos de mulheres. Identificamos um sentimento coletivo de tristeza e dor. Três comentários são *emojis* que representam tristeza. A seguidora @daniramossts diz "Oxe", uma expressão nordestina que remete a espanto. As seguidoras @naokahlo e @liv.ana comentam "meu deus" e "que horror!!!", respectivamente.

Figura 25 - Postagem 19<sup>90</sup> -  
Reprodução do Instagram da  
Revista AzMina



Fonte: Reprodução do  
Instagram

Este conteúdo, veiculado no dia 30 de abril de 2020, também dá continuidade às reportagens sobre feminicídios articulados por homens presos. Nele, é contada a história de Raquel Maria da Silva, que durante onze anos sofreu violência física, sexual e psicológica do marido. Preso por roubo, ele continuou a ameaçá-la de dentro do presídio. Depois de sofrer uma tentativa de feminicídio ela denunciou o ex companheiro e hoje participa do grupo de apoio “Mulheres em Evolução”, que acolhe e fortalece mulheres em situação de vulnerabilidade emocional. Como de praxe, o texto termina sugerindo que os seguidores acessem o conteúdo na íntegra no site da Revista AzMina.

Este conteúdo também remete ao tema da desigualdade de gênero, mas sob nova perspectiva. Aqui, é mostrado o caso de uma mulher que conseguiu sair-se da situação de violência também por contar com o apoio de outras mulheres. Identificamos que o conteúdo exemplifica as vantagens de uma rede de apoio feminista, que contribua para a saída efetiva de situações de violência e ofereça amparo emocional.

A publicação gerou dois comentários e identificamos que há um apoio ao tema vindo de homens e mulheres, o que denota o entendimento de que a resolução de situações de desigualdade de gênero também depende do entendimento dos homens sobre as opressões e vantagens estruturais que lhes são socialmente concedidas no arranjo social. O primeiro

90 Disponível em: [https://www.instagram.com/p/B\\_nN7TyFfKL/?igshid=3lpshwdr110o](https://www.instagram.com/p/B_nN7TyFfKL/?igshid=3lpshwdr110o). Acesso em: jan. 2021.

comentário, de @laqueadurassemfilhossim, oferece apoio às mulheres em situação de violência, dizendo que muitos são os motivos pelos quais uma mulher volta para um relacionamento com um homem agressor, mas que a culpa nunca é dela e que infelizmente as pessoas gostam de culpabilizar as vítimas. O segundo é de um homem, @bob.lindo, que reage com *emojis* em apoio ao conteúdo postado.

Figura 26 - Postagem 20<sup>91</sup> -  
Reprodução do Instagram da  
Revista AzMina



Fonte: Reprodução do  
Instagram

A publicação do dia 1 de maio de 2020 encerra a série de postagens sobre violência doméstica sofrida por companheiros presos convidando os seguidores a consumir o derradeiro conteúdo sobre o assunto em formato de *podcast*<sup>92</sup>

Aqui, ainda há a abordagem da temática sobre violência doméstica e desigualdade de gênero, mas além dela identificamos um conteúdo que também explora as potencialidades do ciberativismo feminista, expandindo o trato do tema para outro tipo de mídia, buscando o alcance de mais público.

A publicação gerou nove comentários, e por meio deles localizamos um interesse dos seguidores em consumir o conteúdo em outros tipos de mídia, para além do *Instagram*. A seguidora @leniadv pede maiores informações sobre como acessar o *podcast*, no que é atendida pelo perfil da @revistaazmina. A seguidora responde dizendo que conseguiu acesso ao conteúdo e que adorou. Ainda pede para contar a história pessoal dela na Revista, relatando ter sido vítima de violência doméstica por onze anos antes de sair da situação. Atualmente, está se formando advogada e diz querer ajudar outras mulheres nesta situação. Este comentário não é respondido pela Revista AzMina. Os outros comentários são de mulheres marcando outras possíveis interessadas no conteúdo. O perfil @coletivomariposa comenta agradecendo o conteúdo veiculado e dizendo que o assunto deveria ser mais abordado. A seguidora

91 Disponível em: [https://www.instagram.com/p/B\\_pj8NEF\\_zL/?igshid=1uc9u693ailnn](https://www.instagram.com/p/B_pj8NEF_zL/?igshid=1uc9u693ailnn). Acesso em: jan. 2021.

92 Mídia sonora veiculada por meio da internet semelhante a um programa de rádio.



@marciaandrea.adv diz que está chocada com esta realidade apresentada pela Revista AzMina. Por fim, @joanasuarez, autora das matérias reage com *emojis* que representam amor e força.

Figura 27 - Postagem 21<sup>93</sup> -  
Reprodução do Instagram da  
Revista AzMina



Fonte: Reprodução do Instagram

Este conteúdo, veiculado no dia 4 de maio de 2020, é uma espécie de propaganda das iniciativas de AzMina no combate à violência doméstica. Em uma arte gráfica, AzMina diz que promove informação e tecnologia nesse combate e convida os seguidores a apoiar financeiramente as iniciativas por meio da plataforma Catarse.

O texto informa que mesmo antes da pandemia de Covid-19 a violência doméstica já era uma epidemia no Brasil. Com a pandemia, a situação se agravou e as mulheres em situação de violência precisam, de dentro de suas casas, se informar e se sentirem apoiadas. AzMina se coloca como esse lugar de informação e apoio e pede auxílio financeiro para dar continuidade aos trabalhos que já desenvolve.

Identificamos o que Maria da Glória Gohn (2019) fala sobre a participação cidadã ser uma característica das sociedades democráticas, e que é próprio da democracia ser espaço de contextos educativos que gerem saberes e construção de caminhos de novas realidades sociais. Aqui, AzMina mostra que se vale do cenário virtual e das ferramentas das redes sociais para construir esse contexto de participação cidadã em torno do tema da violência doméstica.

93 Disponível em: [https://www.instagram.com/p/B\\_xMKAGIPOD/?igshid=ute5kne5xlei](https://www.instagram.com/p/B_xMKAGIPOD/?igshid=ute5kne5xlei). Acesso em: jan. 2021.

O conteúdo gerou quatro comentários, que apontam para o engajamento efetivo das pessoas com os meios virtuais de informação e participação cidadã. Dois deles são *emojis* em apoio e um terceiro pede ajuda para usar o aplicativo PenhaS. Este é respondido pela @revistaazmina.

Figura 28 - Postagem 22<sup>94</sup> - Reprodução do Instagram da Revista AzMina



Fonte: Reprodução do Instagram

O conteúdo do dia 5 de maio de 2020 traz uma reportagem especial da Revista AzMina que conta a história de três mulheres nordestinas vítimas de violência doméstica que, em fuga, migraram para outras cidades do Brasil. O texto se encerra, como é rotineiro nas publicações, sugerindo que a matéria inteira seja lida no site da Revista AzMina.

Mais uma vez o Instituto AzMina usa histórias reais de mulheres para tratar do tema da desigualdade de gênero que descamba na violência doméstica. Aqui, também identificamos a interseccionalidade, conceito trabalhado por Carla Akotirene (2018) e que faz o atravessamento da questão de classe social, colocando as mulheres nordestinas como vulneráveis economicamente por habitarem uma região menos favorecida do País, o que simboliza outra camada de opressão que elas têm quem lidar, quando são acometidas pela violência doméstica.

A publicação gerou um comentário, feito pelo perfil @transicoes\_ecologicas, que relata que a avó dela também viveu situação semelhante das mulheres da reportagem, o que

94 Disponível em: [https://www.instagram.com/p/B\\_z32-II1FF/?igshid=wwzcpvtuvmoa](https://www.instagram.com/p/B_z32-II1FF/?igshid=wwzcpvtuvmoa). Acesso em: jan. 2021.

denota que o *Instagram* de AzMina além de espaço de informação é também um lugar onde as mulheres fazem relatos pessoais.

Figura 29 - Postagem 23<sup>95</sup> -  
Reprodução do Instagram da Revista  
AzMina



Fonte: Reprodução do Instagram

Esta postagem, do dia 6 de maio de 2020, dá continuidade ao conteúdo anteriormente analisado. Aqui, a história das mulheres nordestinas que migraram de localidade para fugir da violência doméstica é detalhada. São elas: Maria Celeste Braga, Maria da Guia Xavier e Maria José dos Santos.

A publicação segue tratando do tema da desigualdade de gênero que ocasiona a violência doméstica, também numa abordagem interseccional (AKOTIRENE, 2018), que traz as questões de gênero e classe social. Localizamos que nessa postagem houve grande engajamento com o conteúdo, onde mulheres fizeram comentários que traziam tristeza, indignação, relatos pessoais e identificação com o conteúdo veiculado.

O conteúdo gerou vinte e cinco comentários e essa foi a postagem em que mais o perfil da @revistaazmina interagiu com os seguidoras, respondendo os comentários, ainda que não tenha feito isso em todos eles. Dois dos comentários são seguidoras marcando outras possíveis interessadas no tema. Outros cinco são de seguidores que reagiram com *emojis* que expressam tristeza. Quatro desses comentários foram respondidos pela @revistaazmina, que se

95 Disponível em: [https://www.instagram.com/p/B\\_2pvZk14Gl/?igshid=krnn908ynrpt](https://www.instagram.com/p/B_2pvZk14Gl/?igshid=krnn908ynrpt). Acesso em: jan. 2021.

manifestou também com *emojis* tristes. A seguidora @renatasantosf comentou que as três Marias da postagem têm em comum os nomes, a tristeza e a força. Este comentário recebeu um *emoji* triste da Revista AzMina como resposta. A seguidora @elainemadrecita relata que também teve que fugir para não morrer e ficou sem contato com amigos, só com parentes próximos e diz que foram dias difíceis que ficaram no passado. A seguidora @alinecomunika responde a @elainemadrecita desejando muita luz na caminhada dela. A seguidora @enilmanunes reage com *emojis* de choro e escreve “que tristeza”. O comentário dela foi respondido pela @revistaazmina também com um *emoji* que simboliza choro. A seguidora @marianasousilva comenta a citação impactante “Tua mãe te abandonou”, dita por uma das personagens da matéria. A seguidora @jacque\_meneghini comentou “histórias tristes”, no que a @revistaazmina mais uma vez reagiu com *emojis* de choro. A seguidora continuou o comentário dizendo que se emociona com histórias como a da matéria porque a mãe foi vítima de um casamento abusivo por mais de 50 anos. A esse comentário, o perfil da @revistaazmina não ofereceu resposta. A seguidora @daiguessi comenta que vai fazer o mesmo que as mulheres da matéria e que já está se preparando para mudar de cidade. Outra seguidora, @permita\_se\_ousar, diz que essa é uma triste realidade e se questiona até quando essas situações vão ocorrer. A seguidora @jordaniafroes faz uma correção de uma informação da matéria, sobre o nome das cidades, e recebe o comentário de @flay.alvess que detalha melhor a informação e confirma que o que foi veiculado pela Revista AzMina está correto.

Figura 30 - Postagem 24<sup>96</sup> -  
Reprodução do Instagram da  
Revista AzMina



Fonte: Reprodução do Instagram

Esta postagem, veiculada no dia 16 de junho de 2020, retoma o assunto da violência doméstica no perfil da Revista AzMina um mês e dez dias depois da última postagem. Desta vez o assunto abordado são que projetos que visam alterar a Lei Maria da Penha disparam no Congresso Nacional, tendo crescido seis vezes em 2019. O levantamento desses dados foi feito pela ferramenta *Elas no Congresso*, outra tecnologia criada e mantida pela Revista AzMina tais como o aplicativo *PenhaS* e a assistente virtual *Maia*.

O mapeamento feito pelo *Elas no Congresso* detalha que uma a cada cinco proposições de mudança da Lei Maria da Penha não são favoráveis para a proteção das mulheres vítimas de violência e que isso se deve também ao fato de ser pequena a representatividade feminina no Congresso, sendo as mulheres apenas 15% das parlamentares, o que colabora para o desconhecimento da realidade das mulheres vítimas de violência. Foram homens os que mais propuseram projetos desfavoráveis, representando 75% das proposições. Como de praxe, o texto se encerra sugerindo que os seguidores leiam o conteúdo completo no site da Revista AzMina.

Identificamos o que Maria Bogado (2018) diz sobre o novo momento que os feminismos brasileiros têm vivido a partir das funcionalidades da internet e das redes sociais.

96 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CBgDSMuDJwT/?igshid=2bn6lytwl8wg>. Acesso em: jan. 2021.

Aqui, há a formação de debates e ações sobre o sistema político, mas sem a interferência dele, destacando a autonomia do trabalho do Instituto AzMina e de quem resolve engajar com ele por meio da internet. Identificamos que a intenção seja formar o debate por meio das redes como forma de construir pontes até os espaços públicos de forma a reconduzir a construção desses espaços.

O conteúdo não gerou comentários.

Figura 31 - Postagem 25<sup>97</sup> - Reprodução do Instagram da Revista AzMina



Fonte: Reprodução do Instagram

A postagem do dia 19 de junho de 2020 retoma o tema da violência doméstica no contexto da pandemia de Covid-19. A imagem gráfica traz a chamada: “Mulheres enfrentam em casa a violência doméstica e a pandemia da Covid-19”, e apresenta a série de reportagens “Um vírus e duas guerras”, que analisou vinte estados brasileiros e captou a média de 0,21 feminicídios por 100 mil mulheres. Essa taxa ficou acima da média em 11 estados, onde 40% da população feminina foram responsáveis por 59% das mortes. O texto ainda alerta para as subnotificações nesse período de pandemia, quando há dificuldades para se comunicar, acessar os canais de denúncia e chegar fisicamente a locais de acolhimento. O texto encerra sugerindo que a matéria inteira seja lida no site da Revista AzMina.

Tratar o tema do aumento da violência doméstica em razão da pandemia por meio das redes sociais é materializar esse espaço como meio informativo e de apoio às mulheres

---

97 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CBoK-DgFmKI/?igshid=a99htdicitv1>

vulneráveis nesse contexto. É o que Pâmela Vieira, Leila Garcia e Ethel Maciel (2020) dizem sobre usar as redes sociais como suporte social às vítimas e ainda como alerta aos agressores de que, apesar dos limites físicos que a pandemia impõe, as mulheres não estão completamente isoladas.

O conteúdo gerou quatro comentários que denotam apoio ao conteúdo e manifestam a tristeza que coletiva que o envolve. O primeiro é de @lessasilvana, que reagiu com *emojis* que simbolizam choro, no que foi respondido pela @revistaazmina também com o mesmo tipo de *emojis*. O @portalcatarinas, um dos envolvidos na apuração da reportagem, comenta agradecendo AzMina pelo apoio na divulgação. A seguidora @rabelocristina14 também comenta um *emoji* triste.

Figura 32 - Postagem 26<sup>98</sup> -  
Reprodução do Instagram da  
Revista AzMina



Fonte: Reprodução do Instagram

Trata-se de um vídeo a postagem do dia 6 de agosto de 2020. Nele, é retratada a história da criação da Lei Maria da Penha. O texto que acompanha o vídeo detalha que esta lei é considerada uma das três melhores do mundo e que mudou a forma como o Brasil lida com o tema da violência doméstica. Isso se deve porque a criação dessa legislação foi uma iniciativa do movimento de mulheres.

Identificamos um perfil de informação educativa nessa postagem. Silvia Federici (2019) diz que a violência doméstica é uma das principais pautas assumidas desde os primórdios dos feminismos. Aqui, pode-se atestar que não apenas a pauta foi assumida pelos feminismos

98 Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CDjuZaPg0Zo/?igshid=13t6o03itm3q5>

brasileiros como houve articulação efetiva em torno dela, de forma a provocar o sistema jurídico por mais garantias legais às mulheres. O que denota que, quanto mais articulados e organizados os feminismos, mais há trajetos possíveis de transformação social da realidade.

A postagem gerou dezessete comentários. Identificamos novamente a interação do perfil @revistaazmina, desta vez respondendo a todos os comentários que a publicação recebeu. A seguidora @saari\_corsi elogia a qualidade de produção e conteúdo do vídeo, no que a @revistaazmina responde agradecendo e pedindo que a seguidora compartilhe com alguém que também possa gostar do conteúdo. Aqui, podemos atestar a intenção da ONG em popularizar o conteúdo também entre as pessoas que não seguem o perfil, fortalecendo o compartilhamento de informações em torno do tema. @carolinaoms reage com *emojis* de coração ao comentário de @saari\_corsi. A seguidora @omsjuliana elogia o vídeo e diz que não conhecia o processo legislativo da Lei Maria da Penha. A @revistaazmina agradece o comentário e sugere que o histórico da Lei seja levado a mais mulheres. Novamente, AzMina mostra que há uma pretensão de maior compartilhamento de informações. A seguidora @nayarara\_santoses elogia a arte e diz que o vídeo é muito informativo. A @revistaazmina agradece o comentário e pergunta se ela já conhece a *newsletter* da Revista. A seguidora responde dizendo que ainda não conhece, mas deveria conhecer. @revistaazmina então direciona para o link da *newsletter*, e a seguidora responde dizendo que fez a assinatura do conteúdo. Identificamos que há interesse por parte do Instituto AzMina que as seguidoras tenham acesso aos diversos conteúdos produzidos pela ONG, nos mais diversos formatos, todos abrangendo conteúdos feministas. As seguidoras @isadora.malta e @estelasimoes1 reagem com *emojis* de apoio à publicação, e a @revistaazmina responde também com *emojis*. A seguidora @mourarenata diz que o vídeo é lindo e elogia a narração, no que a @revistaazmina responde agradecendo.

Aqui notamos que para além de foto e texto, lançar mão de recursos tais como imagens de vídeo e narrações em áudio enriquece a comunicação da mensagem, tornando-a mais atraente e interativa, de forma a acarrear comentários dos seguidores, uma forma também de comprovar que esse tipo de conteúdo é efetivamente acessado e visto por eles.



Figura 33 - Postagem 28<sup>99</sup> -  
Reprodução do Instagram da  
Revista AzMina



Fonte: Reprodução do Instagram

A última postagem do nosso *corpus* de análise foi veiculada dia 7 de agosto de 2020 e celebra os 14 anos da implementação da Lei Maria da Penha. O texto detalha os trâmites da criação da lei, que partiu da sociedade civil por meio da atuação de ONGs em 2002. O processo durou quatro anos até que a lei fosse de fato promulgada. Como de praxe, a publicação encerra sugerindo que o conteúdo inteiro da reportagem seja acessado no site da Revista AzMina.

Identificamos a intenção de informar e valorizar o trabalho de ONG no contexto dos feminismos brasileiros, ilustrando conquistas efetivas desse meio de articulação. É o que Maria da Glória Gohn (2005) defende sobre o trabalho das ONGs: que são um campo de atuação da sociedade civil que insere cidadãos na vida pública.

O conteúdo gerou dois comentários, todos respondidos pelo perfil @revistaazmina. O Instituto não responde com frequência os comentários feitos pelos seguidores. Todavia, identificamos que isso ocorreu nas duas postagens que informam sobre o trabalho das ONGs enquanto instituições.

O primeiro comentário é de @teresabortt são *emojis* que representam aplausos, que @revistaazmina responde dizendo que ficou feliz em saber que a seguidora gostou do conteúdo. O seguidor @cervejasapatista elogia a postagem e diz que produz uma cerveja que fala um

99 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CDIzMnqAfFK/?igshid=195qixmfvfdkp>

pouco sobre a lei. Outra seguidora, @marcialedesma23, elogia a iniciativa. A @revistaazmina responde que vai conhecer o trabalho da cervejaria e agradece por terem compartilhado o trabalho.

### **4.3 Análise quantitativa do questionário de interação das leitoras com o tema da violência familiar e doméstica**

Nesta etapa de análise aplicamos um questionário<sup>100</sup> intitulado “Questionário de Interação de Seguidoras da Revista AzMina” via *Google Forms* entre os dias 12 de novembro e 12 de dezembro de 2020. O instrumento foi destinado a seguidores do perfil da Revista AzMina no *Instagram* e divulgado nas redes sociais *Facebook*, *Instagram* e *Twitter* da pesquisadora, bem como enviado em grupos diversos por meio do aplicativo *WhatsApp*. A Revista AzMina compartilhou o documento na *newsletter* e no *Twitter*. O questionário também foi publicado no grupo fechado de apoiadores da Revista AzMina no *Facebook*. Ao todo, foram coletadas respostas de 84 seguidores, as quais detalharemos mais adiante. O objetivo do questionário foi mapear o perfil dos seguidores dentro de marcadores socioeconômicos, mensurar o nível de interação e interesse deles com o tema da violência doméstica compartilhado por AzMina por meio do *Instagram* e ainda averiguar se a iniciativa de AzMina no *Instagram* de fato informa os seguidores sobre o tema.

O questionário foi composto de 23 perguntas, que colheram informações sobre gênero, raça, idade, localidade onde mora, grau de escolaridade, profissão ou ocupação e renda mensal. Ainda foi perguntado como o seguidor conheceu a Revista AzMina, se costuma curtir e comentar as postagens no *Instagram* da Revista, a frequência de interação por meio de curtidas ou comentários e a motivação de curtir ou comentar o conteúdo. Também foi questionado o meio de acesso ao *Instagram* (se por celular, *tablet* ou computador, por exemplo), as condições de acesso à internet, o que mais interessa no conteúdo de AzMina, se conhece o conteúdo da Revista sobre violência doméstica, se esse conteúdo já auxiliou de alguma forma, se o seguidor foi ou conhece alguma mulher vítima de violência doméstica, se considera o *Instagram* de AzMina confiável como espaço de informação, se acredita que essa rede social pode auxiliar mulheres em situação de violência doméstica e ainda se foi percebido um aumento na veiculação de conteúdo sobre violência doméstica durante a pandemia de Covid-19.

A maioria das perguntas deveriam respondidas por múltipla escolha, exceto três: estado e cidade onde mora e a questão sobre profissão e ocupação, que dispunham de um espaço

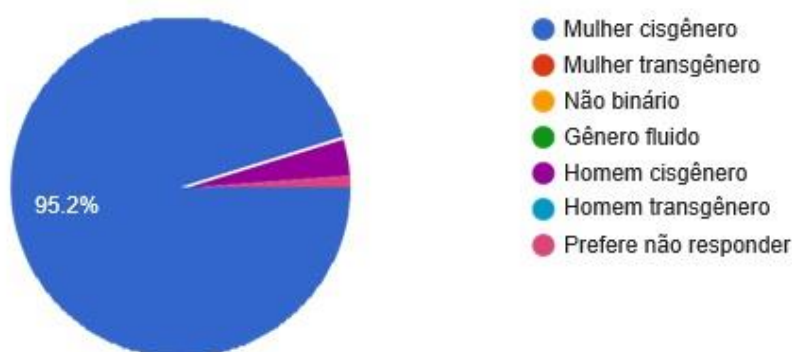
---

100 Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/1sPGGA9ibumi1HcIjhGKfyM0xHYsP4Zy4tPcFIO5bgPw/edit#responses>. Acesso em: jan. 2021.

para respostas discursivas. Todas as perguntas deveriam obrigatoriamente ser respondidas para que o formulário pudesse ser finalizado e enviado.

Por meio do questionário mapeamos que dentro do universo de 84 respondentes, 95,2% deles se identificam como mulher cisgênero<sup>101</sup>, um total de 80 mulheres. Se identificam como homens cisgênero 3,6% dos respondentes, um total de 3 homens. Apenas um respondente, num total de 1,2% segundo gráfico do *Google Forms*, marcou a opção “prefere não responder”. Aqui, vemos que a maioria dos seguidores de AzMina são mulheres, mas que homens se fazem presentes, ainda que em parcela muito inferior.

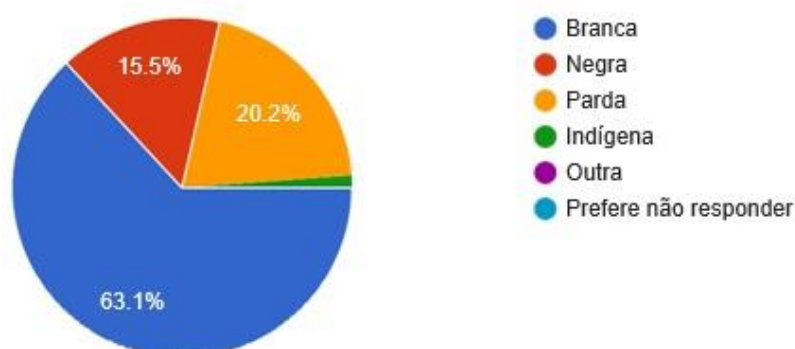
Gráfico 1 - Respostas à pergunta “Com qual gênero você se identifica?”



Fonte: Imagem de Questionário do Google Forms aplicado pela autora

Quanto a marcadores raciais, 63,1%, um total de 53 respondentes, se declararam brancos. A segunda maior parcela, 20,2%, representando 17 respondentes, declarou-se pardo. Um total de 13 respondentes, 15,5%, se declarou da raça negra e apenas um respondente, simbolizando 1,2%, autodeclarou-se indígena.

Gráfico 2 - Respostas à pergunta “Qual raça você se declara?”

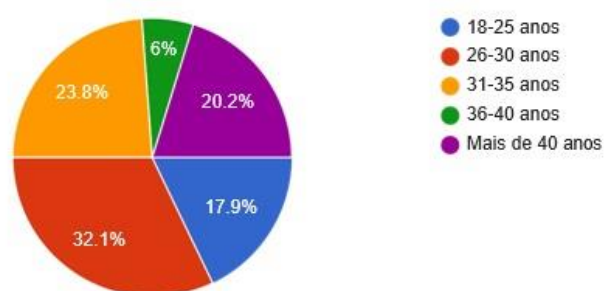


Fonte: Imagem de Questionário do Google Forms aplicado pela autora.

<sup>101</sup> Em estudos de gênero, a cisgenderidade é a condição da pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao gênero que lhe foi atribuído no nascimento. Quando não há essa correspondência diz-se que a pessoa é transgênero.

A maior parte dos respondentes tem idade entre 26 e 30 anos, sendo 32,1% deles, um total de 27 pessoas. A segunda maior parcela de respondentes tem entre 31 e 35 anos, são 20 pessoas e representam 23,8%. Um total de 17 respondentes tem mais de 40 anos e são 20,2% da amostra. A quarta maior fatia dos respondentes tem entre 18 e 25 anos, um total de 15 pessoas, que representam 17,9% do total. Por fim, a menor parcela de respondentes, com cinco pessoas e o percentual de 6%, declarou idade entre 36 e 40 anos.

Gráfico 3 - Respostas à pergunta “qual sua idade?”



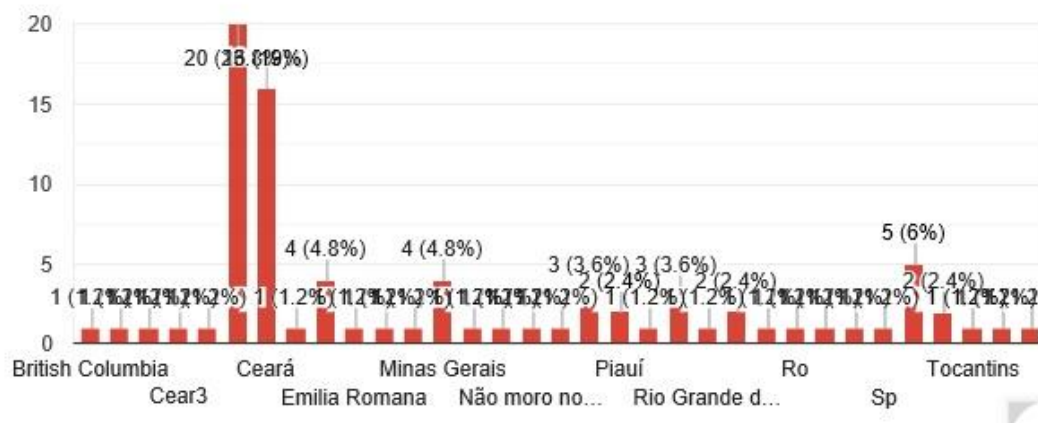
Fonte: Imagem de Questionário do Google Forms aplicado pela autora

Um total de 92,9% dos respondentes, ao todo 78 pessoas, reside no Brasil. Os outros 7,1%, 6 pessoas, moram fora do País. Dos que moram no Brasil, o maior número de respondentes, 36 pessoas moram no Ceará. Acreditamos que esse número mais expressivo se deva ao fato de que este é o estado onde vive a pesquisadora, e que esses respondentes acessaram o questionário por meio da divulgação dela. Depois do Ceará, os estados com mais respondentes são Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e o Distrito Federal.

Gráfico 4 - Respostas à pergunta “Em qual estado?”

Em qual estado?

84 respostas



Fonte: Imagem de Questionário do Google Forms aplicado pela autora.

O questionário mostrou que 36 respondentes, parcela correspondente a 42,8% do total, são de Fortaleza. Analisamos que esse número expressivo também se volte ao fato de que é a cidade onde a pesquisadora reside e onde grande parte dos contatos a quem divulgou o questionário por meio de redes sociais também. Demais cidades citadas representaram 2% a 1% do total de respondentes, sendo localidades como Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Teresina e até Porto (Portugal) e Vancouver (Canadá). Aqui prova-se o largo acesso do conteúdo digital, que vai além da localidade onde é produzido, alcança diversas regiões do País e atravessa fronteiras.

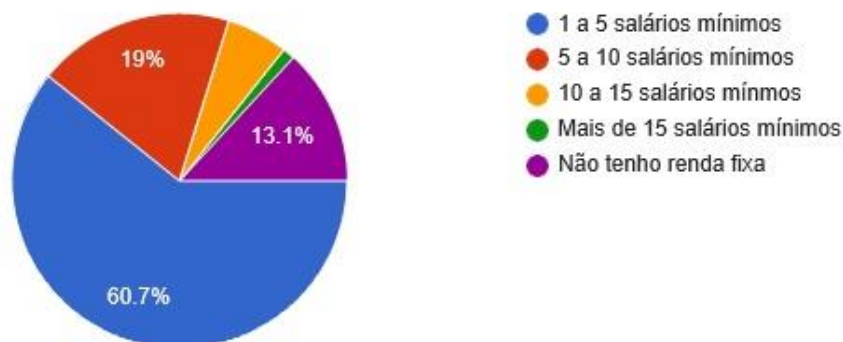
O mapeamento apontou que mais da metade dos respondentes, 51,2%, um total de 43 pessoas, tem ensino superior. Já outras 37 pessoas, 44% do total, possuem pós-graduação e apenas 4%, um total de 4 pessoas, possuem escolaridade até o ensino médio.

Dentre as profissões e ocupações relatadas no questionário estão jornalista, advogada, estudante, professora, consultora de planejamento, desempregada, servidora pública, publicitária, liderança comunitária, artista, aposentada, assistente social, serviços gerais, social media, editora de vídeo, empresária, analista financeiro, cientista social, pesquisadora, ilustradora, escritora. As profissões e ocupações trazem um panorama de situação econômica e profissional bastante plural. Na questão sobre renda mensal, a maioria, 60,7%, um total de 51 pessoas, respondeu que recebe de 1 a 5 salários mínimos. Os respondentes que recebem de 5 a 10 salários mínimos mensais são 19%, um total de 16 pessoas. Onze respondentes disseram não possuir renda fixa, sendo 13,1% do total. Cinco responderam que recebem de 10 a 15 salários mínimos, um total de 5 respondentes, que correspondem a 6% do total. Somente um respondente disse receber mais do que quinze salários mínimos mensais. O que mostra que o perfil da maior parcela de respondentes é do que o IBGE classifica como “classe C”<sup>102</sup>, que não estão entre os que têm maior poder aquisitivo.

---

102 Mais informações em: <https://economia.uol.com.br/colunas/econoweb/2020/09/25/classe-a-b-ou-c.htm>. Acesso em: jan. 2021.

Gráfico 5 - Respostas à pergunta “Qual sua renda mensal?”

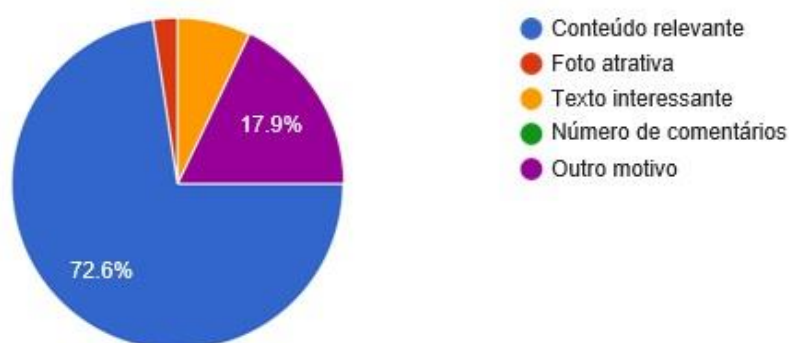


Fonte: Imagem de Questionário do Google Forms aplicado pela autora.

Após esse dado que mapeia a condição econômica dos respondentes buscamos detectar de que formas eles acessam a internet, de modo a compreender como a condição financeira das pessoas condiciona a maneira de acesso. A grande maioria, 75 pessoas (89,3%) disseram acessar internet por meio de rede *Wi-Fi*. Oito pessoas (9,5%) responderam que usam dados móveis, um acesso mais limitado de internet. Apenas uma pessoa (1,2%) disse usar internet a cabo. A esmagadora maioria, 80 respondentes (95,2%) dizem acessar internet por meio de celular próprio, o que indica que o uso é feito com mais autonomia e frequência. Três respondentes (3,6%) assinalaram que acessam o perfil de AzMina no *Instagram* por meio de um computador próprio e apenas um respondente (1,2%) disse usar um *tablet* próprio.

As perguntas seguintes foram colocadas de forma a mensurar como o conteúdo veiculado por AzMina no *Instagram* é percebido pelos seguidores e o que torna esse conteúdo atraente a eles e elas de forma a promover interação por meio de curtidas e comentários. A grande maioria, 61 pessoas (72,6%), disseram que o que faz curtir ou comentar as postagens é a relevância do conteúdo. Uma parcela significativa de respondentes, 15 deles (17,9%) assinalou a opção “outro motivo”, disponível entre as opções “conteúdo relevante”, “foto atrativa”, “texto interessante” e “número de comentários”. A opção de “texto interessante” contemplou seis respondentes, um total de 7,1%. Outros 2,4%, que representam duas pessoas, marcaram a opção “foto atrativa” como componente de motivação para curtir ou comentar o conteúdo. Essa questão é interessante porque o *Instagram* é uma rede social de compartilhamento de imagens. E aqui, fica mapeado que grande parte dos respondentes colocam atenção no conteúdo abordado por AzMina, bem como nos textos compartilhados na legenda, não se atendo somente ao atrativo das imagens.

Gráfico 6 - Respostas à pergunta “O que te faz curtir ou comentar nas postagens da Revista AzMina no Instagram?”

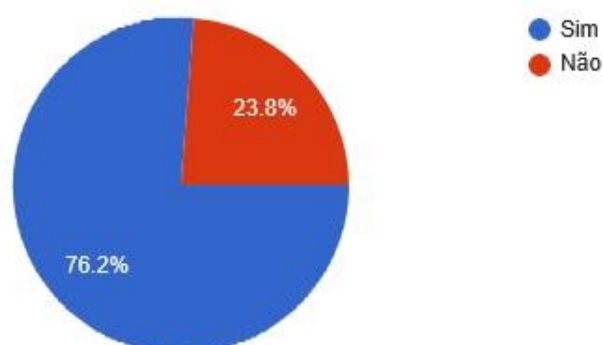


Fonte: Imagem de Questionário do Google Forms aplicado pela autora.

Indagados sobre qual conteúdo mais interessava nas postagens de AzMina no *Instagram*, o maior número de respondentes, 28 deles (33,3%), assinalou o tema violência contra a mulher. A segunda maior parcela, 26 respondentes (31%) acha que as reportagens jornalísticas, que também abordam o tema da violência contra a mulher como detectamos na análise qualitativa, são o conteúdo mais interessante publicado. Política é o conteúdo que mais interessa a 20,2% dos respondentes, um total de 17 pessoas. Já as publicações com o tema saúde tem o maior interesse de 10 pessoas, que representam 11,9% dos respondentes. “Outros temas” foi a opção escolhida por 3 pessoas, um total de 3,6% dos respondentes.

Questionados se conhecem o conteúdo sobre violência doméstica no *Instagram* de AzMina, a grande maioria, 76,2% dos respondentes, um total de 64 pessoas, respondeu positivamente. Os que não conhecem são 23,8%, que representam 20 pessoas no universo dos respondentes.

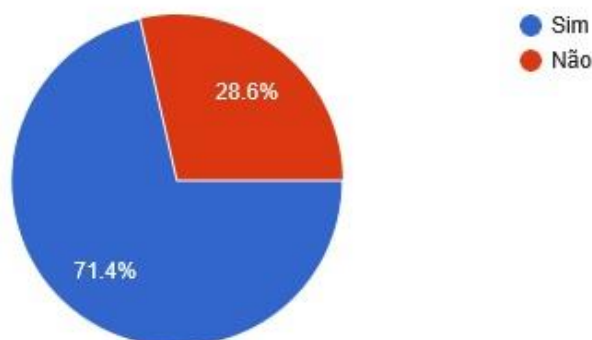
Gráfico 7 - Respostas à pergunta “Você conhece o conteúdo que a Revista AzMina publica no Instagram sobre o tema Violência Doméstica?”



Fonte: Imagem de Questionário do Google Forms aplicado pela autora.

Ainda sobre o conteúdo que aborda o tema da violência doméstica, foi perguntado se esse conteúdo auxiliou de alguma forma ou informou sobre algo que o respondente não sabia. A grande maioria, 71,4%, um total de 60 pessoas, respondeu que sim, o conteúdo auxilia e informa a eles e elas. Os demais, 24 pessoas (28,6%) responderam que não.

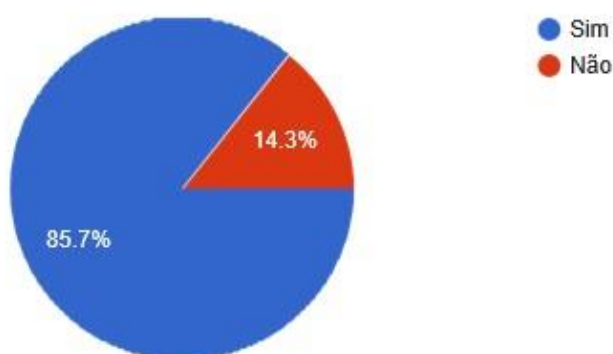
Gráfico 8 - Respostas à pergunta “Esse conteúdo já te auxiliou de alguma forma ou te informou de algo que você não sabia sobre o tema?”



Fonte: Imagem de Questionário do Google Forms aplicado pela autora

Dentre os respondentes, a grande maioria respondeu que já foi ou conhece alguma mulher vítima de violência doméstica. Foram 72 respostas positivas, um total de 85,7%. Os que responderam que não foram vítimas de violência doméstica ou não conhecem mulheres que tenham sido são 14,3% dos respondentes, um total de 12 pessoas. Prova de que grande parte dos respondentes está inserido na temática de alguma forma.

Gráfico 9 - Respostas à pergunta “Você já foi ou conhece alguma mulher vítima de violência doméstica?”



Fonte: Imagem de Questionário do Google Forms aplicado pela autora.

A esmagadora maioria, 98,8%, um total de 83 pessoas, considera o *Instagram* de AzMina um lugar seguro e confiável para se informar sobre o tema da violência doméstica. Apenas um respondente (1,2%) deu resposta negativa a esta pergunta.



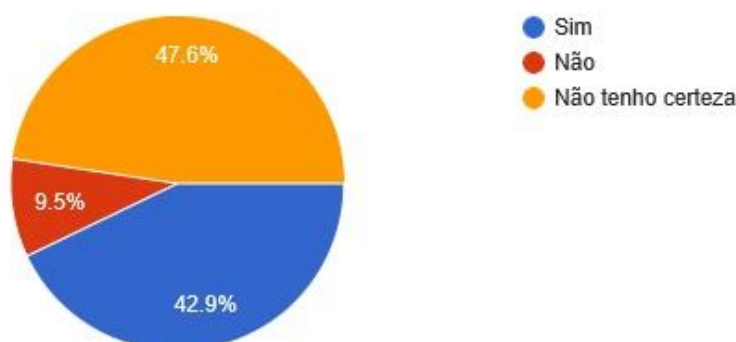
Gráfico 10 - Respostas à pergunta “Você considera o Instagram de AzMina um lugar seguro e confiável para se informar sobre o tema da Violência Doméstica?”



Fonte: Imagem de Questionário do Google Forms aplicado pela autora

Durante a análise qualitativa notamos um aumento no número de postagens sobre o tema da violência doméstica depois de anunciada a pandemia de Covid-19. Antes do ocorrido, haviam sido feitas, desde o dia 1 de janeiro de 2020, um total de 54 postagens no *Instagram* sobre temas variados. Dessas, 8 postagens abordavam o tema da violência doméstica. Após o anúncio da pandemia em 9 de março, o tema foi tratado sete vezes entre até o dia 9 de abril do mesmo ano, os primeiros 30 dias de pandemia declarada. Em um mês o número de postagens foi quase igual aos dois meses anteriores. Até o dia 30 de agosto de 2020 o tema foi tratado 27 vezes. Perguntamos se esse aumento na frequência da abordagem do tema foi percebido pelos respondentes. A maioria deles se dividiu entre perceber esse aumento e não ter certeza disso. 42,9% responderam que sim, notou a mudança. Foram 36 pessoas. Outros 40 respondentes disseram não ter notado. Eles representam 47,6% do total de respondentes. Outros oito (9,5%) assinalaram que não notaram mudança.

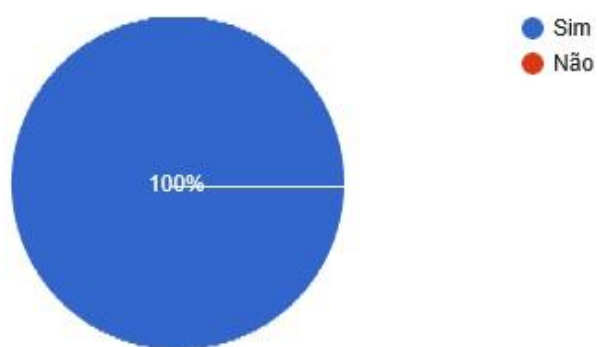
Gráfico 11 - Respostas à pergunta “Você percebeu um aumento no número de postagens da Revista AzMina com o tema Violência Doméstica durante a pandemia de Covid-19?”



Fonte: Imagem de Questionário do Google Forms aplicado pela autora.

Somente uma pergunta teve resposta unânime entre todos os 84 respondentes do questionário. Interrogados se acreditam que o *Instagram* da Revista AzMina pode auxiliar mulheres em situação de violência doméstica, todos assinalaram que sim.

Gráfico 12 - Respostas à pergunta “Você acredita que o Instagram da Revista AzMina pode auxiliar mulheres em situação de violência doméstica?”



Fonte: Imagem de Questionário do Google Forms aplicado pela autora.

## 5 CONCLUSÃO

Talvez minha maior convicção sobre uma pesquisa seja que ela não acaba, o que se encerra é o tempo destinado a desenvolvê-la. Ao longo dos últimos dois anos esse trabalho fermentou um sem-número de debates teóricos, passou por uma série de mudanças e amadurecimentos e surpreendeu-me de variadas formas quando encontrei o campo de pesquisa. Tudo isso sem desprezar meu próprio desenvolvimento enquanto pesquisadora, que, por sua vez, não se desvencilha do meu contexto pessoal de ser uma mulher mãe, também encarregada de parte do trabalho doméstico e do cuidado com minha filha enquanto me dedicava a esta pesquisa. Concluir essa pesquisa é também estar certa de que os debates em torno do tema não estão esgotados e não devem cessar.

A violência doméstica é um tema difícil, dolorido, mas que prova, por meio desse trabalho, que pode ser abordado pelo ciberativismo feminista de forma empática, humanizada e acolhedora. Analisar a mobilização do Instituto AzMina no *Instagram* abre perspectivas sobre as potencialidades das redes sociais, que estão sendo utilizadas pelos feminismos para informar e mobilizar pessoas no combate à violência doméstica. Nossa pesquisa quantitativa avistou que é grande o acesso dos usuários das redes sociais via rede de internet *Wi-Fi* e por meio de celular próprio, representando cerca de 90% dos respondentes, o que indica um uso mais frequente e mais atento das redes sociais. Mais de 70% deles, segundo os mesmos dados, consideram que foram auxiliados pelos conteúdos sobre violência doméstica veiculados no perfil da Revista AzMina no *Instagram*, o que aponta para uma comunicação efetiva em torno da causa.

As redes sociais são terrenos abertos, públicos, e além de apoiadores e interessados no tema, também podem reunir boicotadores. Identificamos por duas vezes a presença de um homem que tentava sabotar a comunicação do Instituto armando um cenário de briga com outras seguidoras do perfil. A presença desse tipo de boicote aponta que apesar do ciberativismo feminista se mostrar efetivo na experiência do Instituto AzMina, há um limite de comunicação com pessoas que não se identificam com as organizações dos feminismos.

No entanto, é animador observar que o ciberativismo feminista de AzMina alcança mulheres e tem criado um ambiente de informação e debate sobre o tema da violência doméstica considerado confiável de forma unânime pelos seguidores da Revista no *Instagram* que se dispuseram a responder o questionário aplicado por essa pesquisa.

Maria Bogado (2018) defende que as redes sociais conectam virtualmente os territórios físicos aos corpos que já os ocupam e os que ainda podem ocupá-los. Analisar o *Instagram* de AzMina é constatar que as redes sociais abrem espaço para o uso de linguagens

políticas, com busca por organização a partir de uma lógica de horizontalidade e diálogo. E que isso se, num primeiro momento, não modifica completamente a realidade, contribui para que um novo horizonte seja vislumbrado.

Han (2018) diz que uma massa decidida a uma ação comum é capaz de gerar poder. “A massa é o poder” (p. 30). O que nosso *corpus* de pesquisa aponta é que uma massa feminista em torno do tema da violência doméstica no *Instagram* é capaz de gerar um espaço virtual de informação e engajamento capaz de auxiliar mulheres em situação de violência doméstica, e que as mulheres que se envolvem nesse ambiente acreditam na relevância do ciberativismo por meio das redes sociais.

Rede social em ascensão<sup>103</sup>, o *Instagram* tem sido apropriado pelos feminismos como meio de comunicação formador de redes de informação e apoio. As postagens do *corpus* dessa pesquisa trazem uma variedade de formas de abordagem do tema violência doméstica. Os conteúdos buscam ser ponte entre mulheres vítimas e a justiça, informar sobre a questão a partir de um viés feminista e abrir perspectivas interseccionais sobre as mais variadas formas de opressão.

Observamos que violência doméstica e desigualdade de gênero foram categorias trabalhadas nas postagens de número 3, 4, 6, 10, 17, 18, 19, 20, 22 e 23. Já o tema da violência doméstica ser questão de gênero, classe e raça, foi identificado nas postagens 7, 8 e 9. A atuação dos feminismos por meio das ONGs foi tema das postagens 5, 21 e 27. O tema do ciberativismo e construção cidadã no combate à violência doméstica foi tratado nas postagens 1, 2, 24 e 26. Já a atuação do Instituto AzMina no combate à violência doméstica foi identificada na postagem 12. Por fim, o tema da pandemia de Covid-19, o aumento da violência e os usos da internet foi tema das postagens de número 11, 13, 14, 15, 16 e 25.

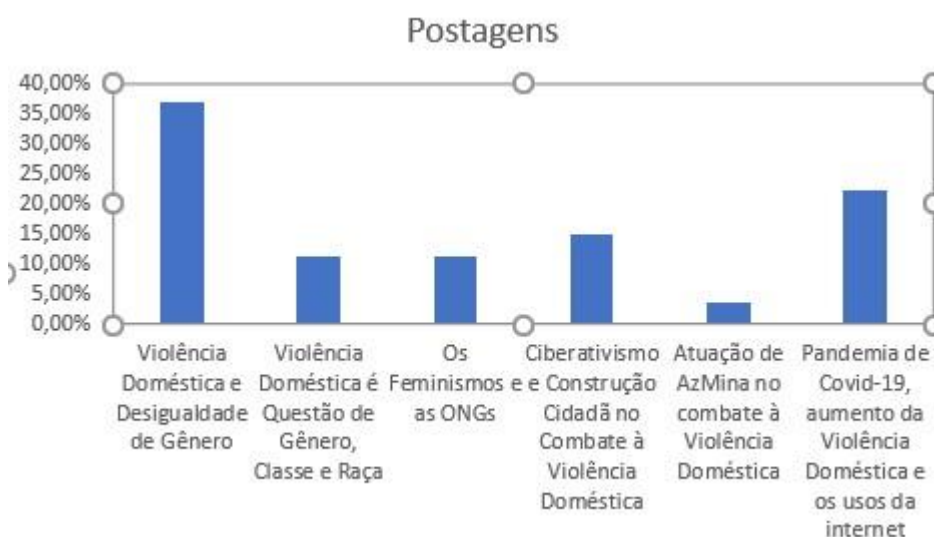
Identificamos que o tema mais abordado é o da violência doméstica e desigualdade de gênero, com 10 postagens, um total de 37% do *corpus* da nossa pesquisa. Seguido dele está o tema da pandemia de Covid-19, o aumento da violência doméstica e os usos da internet, que foi analisado em seis postagens, sendo 22% do total do *corpus*. O ciberativismo e a construção cidadã no combate à violência doméstica foram tema de quatro postagens, quantificando 14% do *corpus*. Os temas da violência doméstica enquanto questão de gênero, raça e classe e os feminismos e as ONGs tiveram três postagens cada um, representando, cada um, 11% do *corpus*. O tema menos tratado foi a atuação do Instituto AzMina no combate à violência

---

103 Mais informações em: <https://www.istoedinheiro.com.br/facebook-cai-instagram-cresce/>. Acesso em: fev. 2021.

doméstica, que foi identificado em apenas uma postagem do nosso *corpus* de pesquisa, que representa 3% do total das postagens analisadas.

Gráfico 13 - Quantidades de Postagens do Instagram do Instituto AzMina Feitas Dentro de Cada Categoria de Análise



Fonte: Gráfico produzido pela autora por meio do Microsoft Excel.

Analisamos que a maior recorrência do tema da violência doméstica com base na desigualdade entre os gêneros reflete o caráter educativo da ONG. Para além de acolher os casos, o Instituto também forma um ambiente onde a problemática seja compreendida enquanto estrutura social, que transcende e explica de forma mais aprofundada as experiências pessoais das mulheres em situação de violência.

Identificamos ainda que a chegada da pandemia e o aumento do casos de violência doméstica ocasionou um tratamento especial por parte do Instituto AzMina, que trouxe esse contexto de forma bem objetiva, informando sobre a gravidade da situação, instruindo mulheres em situação de violência a tomar providências bem como estimulando que outras pessoas fossem rede de apoio às mulheres vulneráveis.

O tema da violência doméstica ainda foi trabalhado com base em marcadores sociais de raça e classe, que denota um olhar atento do Instituto às peculiaridades das mulheres dentro do contexto brasileiro, onde esses marcadores agravam ainda mais as opressões sofridas.

Dentro do contexto de instrução dos seguidores no tema da violência doméstica, o Instituto ainda faz postagens de forma a ressaltar a relevância do trabalho das ONGs dentro dos feminismos, o que analisamos como uma forma de localizar o trabalho desempenhado por AzMina nas redes sociais. O que se reforça quando o Instituto posta especificamente sobre as ferramentas que mantém no combate à violência doméstica. O mesmo contexto também é

reforçado nas postagens que trazem o ciberativismo enquanto modo de construção cidadã que combate à violência doméstica.

Os temas são tratados nas postagens de forma a atrair a atenção dos seguidores. Recursos tais como imagens fortes, frases de impacto, vídeos e gráficos são largamente utilizados pelo Instituto. Os textos são construídos de forma a aproximar a temática da vida cotidiana das pessoas. Outra característica é a objetividade das informações, que transmite as mensagens com a celeridade usual dentro da lógica da rapidez de consumo de conteúdo das redes sociais.

A análise qualitativa dos comentários nos permitiu identificar que grande parte do engajamento do conteúdo é positiva, mobiliza reflexões e se torna um lugar acolhedor para que homens e mulheres compartilhem seus relatos pessoais em casos de violência doméstica. No entanto, o conteúdo desperta também insatisfações, e por duas vezes gerou boicote, nesses casos sempre por parte de homens e nunca de mulheres. Ao contrário, nesses casos elas apoiaram umas às outras driblando o boicote. Notamos que os comentários reafirmam convicções sobre o tema e despertam solidariedade entre as mulheres.

Todavia, analisamos que não apenas de boicote se faz a participação dos homens nos comentários do perfil de AzMina no *Instagram*, e localizamos um engajamento positivo por parte de alguns deles também, o que aponta ao fato de que o tema da violência doméstica alcança homens e mulheres.

Quantitativamente, aferimos por meio de questionário, que todos os que se dispuseram a responder à pesquisa depositam confiabilidade no *Instagram* enquanto ferramenta capaz de auxiliar mulheres em situação de violência doméstica, o que também justifica a grande aceitação e apoio dos comentários dos seguidores.

Cristiane Costa (2018) defende que as redes sociais são o mecanismo mais importante de mobilização política da atualidade. Esta pesquisa reforça a relevância delas, que se mostram capazes de estabelecer uma comunicação efetiva em torno de uma causa comum.

Em entrevista a esta pesquisa, Carolina OMS, a diretora do Instituto AzMina, ressaltou que o *Instagram* é um espaço consolidado de informação, conscientização, divulgação e convencimento de que a violência doméstica é um problema grave e que merece a atenção de todos.

Não há como prever o futuro, mas é certo que o presente tem deixado acesas algumas chamas de esperança no porvir. Os feminismos se provam capazes de se valer do potencial das redes sociais enquanto estas, apesar de uma série de limitações das ferramentas e de não ter alcance pleno que nos faz refletir sobre a desigualdade de acessos à internet, têm

conseguido unir uma parcela significativa de cidadãos em torno de uma causa comum. Essa união preenche lacunas, mobiliza pensamentos e se pretende capaz de edificar uma nova realidade possível.

## REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **O Que é Interseccionalidade?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.
- ALCÂNTARA, Lúvia. Ciberativismo e Movimentos Sociais: Mapeando Discussões. *In: Aurora Revista de Arte, Mídia e Política*, São Paulo, v. 8, n. 23, p. 73-97, junho – setembro, 2015.
- ALMEIDA, Silvío. **O Que é Racismo Estrutural?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.
- ALVES, André; MOTA, Marlon; TAVARES, Thiago. O Instagram no Processo de Engajamento das Práticas Educacionais: A Dinâmica Para a Socialização do Ensino-Aprendizagem. *In: Revista Eletrônica do Centro Universitário do Rio São Francisco – UniRios*, Rio de Janeiro: v.19, p. 25-43, 2018.
- AMARAL, Inês. **Redes Sociais na Internet: Sociabilidades Emergentes**. Corvilhã: Editora LabCom. IFP, 2016.
- ANZALDÚA, Glória. Como Domar Uma Língua Selvagem. *In: Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da Língua Portuguesa*, nº 39, p. 297 – 309, 2009.
- ATTON, Chris. Alternative and Citizen Journalism. *In: WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH, T. (Orgs.). The Handbook of Journalism Studies*. Nova York: Routledge, 2009.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2016.
- BEAUVOIR, Simone. **Por uma Moral da Ambiguidade**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2005.
- BOGADO, Maria. Rua. *In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). Explosão Feminista: Arte, Cultura, Política e Universidade*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina: A Condição Feminina e a Violência Simbólica**. Rio de Janeiro: Editora BestBolso, 2017.
- BUTLER, Judith. **A Vida Psíquica do Poder: Teorias da Sujeição**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O Longo Caminho**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2020.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2017.
- CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e cidadãos: Conflitos Multiculturais da Globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.



- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2015.
- COSTA, Cristiane. Rede. *In: Explosão Feminista: Arte, Cultura, Política e Universidade*. Org: Heloísa Buarque de Hollanda. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 37, p 5-16, maio, 1981a.
- CORRÊA, Mariza. **Morte em Família**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.
- CORRÊA, Mariza. **Os Crimes da Paixão**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981b.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- DE PAULA, Daniela; GARCIA, Wilton. **Comunicação, Consumo e Imagem no Instagram**. Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Comunicação e Imagem – ENCOI, 24 e 25 de novembro, Londrina – PR, 2014.
- DOWNING, John. **Mídia Radical: Rebeldia nas Comunicações e Movimentos Sociais**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.
- ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.
- ELLISON, N. B; BOYD, D. Sociality Through Social Network Sites. *In: DUTTON, W. H. (org). The Oxford Handbook of Internet Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 151 – 172.
- ESCOSTERGUY, Ana Carolina D. Mídia e Questões de Gênero no Brasil: Pesquisa, Categorias e Feminismos. *In: XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 11 a 14 de junho de 2019*.
- FEDERICI, Silvia. **Mulheres e Caça às Bruxas: Da Idade Média aos Dias Atuais**. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.
- FIGUEIREDO, Carlos. Ativismo Codificado: Protestos em Rede e Movimentos Sociais na Era das Plataformas Digitais. *In: Revista Latinoamericana de Comunicação*, n. 142, p. 124-142, mar. 2020, p. 124 – 142.
- FONSECA, André. **A Comunicação nos Movimentos Sociais: do Panfleto de Protesto à Educação para a Cidadania**. Maringá: Revista Espaço Acadêmico, 2011.
- FRASER, Nancy. **O Velho Está Morrendo e o Novo Não Pode Nascer**. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2020.
- GALVÃO, Patrícia. **Parque Industrial: Romance Proletário**. São Paulo: Editora Cintra, 2013.

GAGO, Verónica. **A Potência Feminista ou o Desejo de Transformar Tudo**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

GOHN, Maria da Glória. **O Protagonismo da Sociedade Civil: Movimentos Sociais, ONGs e Redes Solidárias**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Vozes, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e Democracia no Brasil - Da Década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e Protestos no Brasil: Correntes e Contracorrentes na Atualidade**. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Editora Loyola, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. *In: Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p.333-361, maio/agosto, 2011.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por Um Feminismo AfroLatinoAmericano**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

HAN, BYUNG-CHUL. **No Enxame: Perspectivas do Digital**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2018.

HAUBRICH, Alexandre. **Mídias Alternativas: A Palavra da Rebeldia**. Florianópolis: Editora Insular, 2017.

HARAWAY, Donna. **Saberes Localizados: A Questão da Ciência Para o Feminismo e o Privilégio da Perspectiva Parcial**. *In: Cadernos Pagu*, p. 07-41, 1995.

HARAWAY, Donna. **Manifesto Ciborgue: Ciência, Tecnologia e Feminismo Socialista no Final do Século XX**. *In: Antropologia Ciborgue: As Vertigens do Pós Humano*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

HARVEY, David. **A Loucura da Razão Econômica: Marx e o Capital no Século XXI**. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

HOOKS, bell. **O Feminismo é Para Todo Mundo: Políticas Arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2018.

HILL COLLINS, Patricia. **Pensamento Feminista Negro**. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LERNER, Greta. **A Criação do Patriarcado: História da Opressão das Mulheres Pelos Homens**. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.

LEMOS, André. Cibercultura: Alguns Pontos Para Compreender a Nossa Época. *In*: LEMOS, André; CUNHA, Paulo. (org.). **Olhares Sobre a Cibercultura**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2003.

LEMOS, André. Cibercultura, Cultura e Identidade. Em Direção a Uma Cultura Copyleft? *In*: **Revista Contemporânea**, v. 2, n. 2, p. 9-22, dezembro 2004.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

MACÊDO Júnior, Daniel Paiva; NUNES, Márcia Vidal. Barricadas Virtuais Abrem Caminhos? O Uso do Facebook na Produção de Memória e Disputa de Narrativas nas Ocupações Universitárias de 2016 no Ceará. *In*: Anais do XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 11 a 14 de junho de 2019.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A Internet e a Rua: Ciberativismo e Mobilização nas Redes Sociais**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2013.

MARQUES, Ângela; NOGUEIRA, Érika. **Estratégias de Visibilidade Utilizadas por Movimentos Sociais na Internet**. Bauru: Revista Comunicação Midiática, 2012.

MARTINS, Helena. **Comunicações em Tempos de Crise: Economia e Política**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2020.

MÉSZÁROS. István. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: Uma Introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MILANI, Carlos. O Princípio da Participação Social na Gestão de Políticas Públicas Locais: Uma Análise de Experiências Latino-Americanas e Europeias. *In*: **RAP – Revista de Administração Pública**, Ri de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 551-579, mai-jun/2008.

MOZOROV, Evgeny. **Big Tech: A Ascensão dos Dados e a Morte da Política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

NUNES, Márcia Vidal. **A Retomada o Ideal Comunitário na Organização Política de Coletivos de Comunicação no Brasil**. 2018. 134 f. Relatório Final de Pós Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

PELLANDA, Eduardo Campos. Comunicação Móvel no Contexto Brasileiro. *In*: LEMOS, André; JOSGRILBERG, Fábio. **Comunicação e Mobilidade: Aspectos Socioculturais das Tecnologias Móveis de Comunicação no Brasil**. Salvador: EdUFBA, 2009.

- PERUZZO, Cicilia. Possibilidades, Realidades e Desafios da Comunicação Cidadã na Web. *In: Anais do XXVI Encontro Anual da Compós, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo - SP, 06 a 09 de junho de 2017.*
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PIZZORNO, Alessandro. “Introducción al Estudio de la Participación Política”. *In: PIZZORNO, A. Kaplan; CASTELLS, M (org.). Participación y Cambio Social em la Problemática Contemporânea.* Buenos Aires: Planteos, 1975.
- PRIMO, Alex. Afetividade e Relacionamentos em Tempos de Isolamento Social: Intensificação do Uso de Mídias Sociais para Interação Durante a Pandemia de Covid-19. *In: Revista Comunicação & Inovação*, v. 21, n. 47, 2020.
- RECUERO, Raquel. **A Conversação em Rede.** Rio Grande do Sul: Editora Sulina, 2012.
- RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet.** Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.
- RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco; ZAGO, Gabriela. **Análise de Redes Para Mídia Social.** Porto Alegre: Editora Sulina, 2015.
- ROSAS, Juliana. Mídia Ninja, Mídia Tradicional e Accountability. *In: Revista Extraprensa*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 121-131, 2014.
- SAFFIOTI, Heleieth. Violência Doméstica: Questão de Polícia e da Sociedade. *In: Gênero & Cidadania.* Campinas-SP: Pagu - Núcleo de Estudos de Gênero-Unicamp, 2002.
- SAFFIOTI, Heleieth. A Mulher Sob o Modo de Produção Capitalista. *In: Revista Contexto*, n. 1, 1976.
- SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições Feministas Para o Estudo da Violência de Gênero. *In: Cadernos Pagu.* Dossiê: Feminismo em Questão, Questões do Feminismo, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher Na Sociedade de Classes: Mito e Realidade.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.
- SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. *In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil.* São Paulo: Editora Boitempo, 2013.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Constitución y Hegemonía: Luchas Contra La Dominación Global.** Quito: Revista Latinoamericana de Comunicación, 2018.
- SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica. *In: Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais.* Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2019.
- SILVA, Tarcízio. Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: Microagressões e Discriminações em Código. *In: Anais do VI Simpósio Internacional LAVITS, Universidade Federal da Bahia, Salvador – Bahia, 26 a 28 de junho de 2019.*

- SOARES, D. Q. **A reestruturação produtiva e as políticas públicas de inclusão digital no Brasil hoje: o caso Proinfor.** 2007. 165 f. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão. Maranhão, 2007.
- SOHN, Annie Marie. **Sois un Homme!** La Construction De La Masculinité Du Xixe Siècle. Paris: Editora Seuil, 2009.
- STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- TAUBE, Maria José. Quebrando Silêncios, Construindo Mudanças: o SOS/Ação Mulher. *In: Gênero & Cidadania.* Campinas-SP, Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero -Unicamp, 2002.
- TOMAÉL, Maria Inês; MARTELETO, Regina Maria. Redes Sociais: Posições dos Atores no Fluxo da Informação. **Encontros Bibli,** Florianópolis, v. 11, n. 22, p. 75-91, 2006.
- UCKUS, Fabiana. **Consumo de Mídia Durante a Pandemia de Coronavírus no Brasil.** Comscore, 2020. Disponível em: <https://www.comscore.com/por/Insights/Blog/Consumo-de-midia-durante-a-pandemia-de-coronavirus-no-Brasil>. Acesso em: 4 mar. 2021.
- VASCONCELOS FILHO, José Marques de; COUTINHO, Sérgio. **O Ativismo Digital Brasileiro.** São Paulo: Edições Fundação Perseu Abramo, 2017.
- VIRGILI, Fabrice. Virilidades inquietas, virilidades violentas. *In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. (orgs.). História da virilidade: a virilidade em crise? Séculos XX e XXI.* Tradução Noéli C. M. Sobrinho e Thiago A. L. Florencio. Petrópolis: Vozes, 2013. v. 3.
- VIEIRA, Pâmela; ROCHA, Leila; MACIEL, Ethel. Isolamento Social e Violência Doméstica: O Que Isso Nos Revela? **Revista Brasileira de Epidemiologia,** Rio de Janeiro, v. 23, 2020.
- WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *In: Revista de Estudos Feministas,* v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.
- WELZER-LANG, Daniel. **Les Hommes Violents.** Paris: Editora Payot, 1997.

## **ANEXO A – ENTREVISTA COM CAROLINA OMS, DIRETORA DO INSTITUTO AZMINA**

Carolina OMS é jornalista formada pela Universidade de São Paulo (USP). Em São Paulo e em Brasília, cobriu economia, política e judiciário para o jornal Valor Econômico. Atualmente é diretora executiva do Instituto e repórter da Revista AzMina. As perguntas da entrevista a seguir buscam compreender os modos de trabalho da ONG sobre o tema violência doméstica. As foram enviadas via e-mail e respondidas por meio de áudios no aplicativo *WhatsApp*.

### **Como foi a concepção e organização do Instituto AzMina enquanto ONG?**

AzMina já nasceu como uma organização sem fins lucrativos desde 2015, mas ela nasce apenas como uma revista digital. Logo, no ano seguinte, em 2016, a gente começa a fazer campanhas digitais de conscientização contra o machismo e a violência contra a mulher. Aí a gente começa também a receber demandas de mulheres procurando acolhimento, e a gente começa a fazer isso de uma maneira meio orgânica. No fim de 2016 também a gente acolhe dentro de AzMina um projeto de enfrentamento à violência doméstica, que é o projeto que viria a se tornar o aplicativo PenhaS. Nisso a gente já começa a atuar um pouco com ação direta. Quando eu assumi a direção da revista em 2018, final de 2017, eu comecei a conversar com algumas pessoas que me mentoravam, aconselhavam e estavam acompanhando a trajetória de AzMina e essas pessoas começaram a me dizer: olha, vocês são muito mais do que apenas um veículo de comunicação, do que apenas uma revista digital, vocês também têm essas ações diretas, que são as campanhas e vocês precisam se posicionar dessa maneira. Daí surgiu a ideia de a gente se colocar como Instituto. Eu acho na verdade até que, corrigindo, essas conversas sobre o Instituto já vinham de antes de eu assumir lá em 2017, quando a gente começou a passar por uma crise existencial, uma crise de identidade, a gente já começou a pensar sobre isso. Lá em 2017, a gente também lançou nossa área educacional, que hoje nem existe mais, mas foi nisso que veio a ideia inclusive do nome Instituto. A gente fez algumas pesquisas, não fui eu que fiz isso, e chegou nesse nome.

### **Houve algum momento chave em que a pauta da violência doméstica se impôs a vocês?**

A pauta da violência doméstica sempre esteve presente pra gente. A gente já surge contra essa mídia que chama a violência contra a mulher de crime passionnal, o feminicídio de crime passionnal. Logo em um dos nossos primeiros projetos, em 2016, foi o Mapa das Delegacias da Mulher. Que era uma reportagem, mas que é um mapa que envolve a fiscalização de serviços públicos de acolhimento das vítimas de violência doméstica. Então as coisas foram

se somando. As campanhas de conscientização, que sempre falaram disso, até o momento em que o PenhaS vem junto, e percebemos que isso é um pilar central temático de AzMina, a violência doméstica.

**Na quarentena o aumento do número de casos de violência doméstica obrigou vocês a reestruturarem a organização da comunicação online de AzMina? Se sim, de que forma essa reestruturação se deu?**

Na quarentena a gente não reestruturou porque nosso acolhimento sempre foi digital. Mas houve um aumento de demanda, tanto de demanda das mulheres dentro do PenhaS, mandando mais mensagem, pedindo mais acolhimento, mais ajuda, mais suporte, mais dúvidas, como produção de jornalismo e projetos para ajudar as mulheres vítimas de violência que estavam em isolamento social. E aí foi muito pesado, não foi uma coisa que deu pra fazer de uma maneira super organizada. Entraram novos projetos, deu pra contratar duas pessoas novas, mas trabalhamos muito mais. O ano de 2020 foi um ano muito pesado para gente. Estamos todas exaustas até agora e acho que seguiremos assim por mais um tempo ainda. E essa equipe nova que está entrando está em treinamento. A gente tem uma questão de sermos uma organização pequena, com muito pouco espaço de treinamento, políticas de omborging, de boas vindas. Não temos RH, temos um setor administrativo pela primeira vez que foi contratado em outubro de 2020, que também tá em treinamento. O fato de a gente ser pequena deixa a gente com muito pouco espaço de manobra quando há um aumento de demanda. Isso é uma questão institucional, isso não tem tanto a ver com a pandemia. Em qualquer crise, isso aconteceria. Por nós sermos uma organização digital, muitos potenciais financiadores nos procuraram. Então a gente fechou muitos projetos durante a pandemia. Muitas mulheres precisando de acolhimento também nos procuraram. Então é isso, aumentou a demanda dos dois lados, mas a equipe não consegue crescer no mesmo ritmo, o que nos gerou mais trabalho mesmo.

**Há grande procura de mulheres em situação de violência doméstica por meio do Instagram de AzMina?**

O Instagram dAzMina gera conhecimento do app Penhas por meio da viralização. Muita gente, inclusive influencers, nos marcam pra divulgar do app. A demanda que é gerada ali vai direto pro app. As pessoas baixam e conversam com a gente por meio do app. Muito raramente uma pessoa vai dizer por meio do Instagram que não consegue baixar o app ou está com algum problema técnico, pedem ajuda por ali, por inbox. No nosso inbox do Instagram acontece bastante de vítimas de estupro pedirem ajuda pra realização de aborto e de mulheres com questões de direitos reprodutivos, gravidez indesejada também pedirem. Mas a gente não atende, a gente não tem pílula nem indicação de médico, a gente encaminha para o nosso e-

mail, onde respondemos um e-mail que é padrão, onde a gente indica nossas reportagens sobre o tema.

**Acreditam que o Instagram pode ser um espaço de construção de debate, mobilização e informação sobre o tema da violência doméstica?**

Sim, acredito que o Instagram pode ser esse espaço, acho que ele já é, na verdade, acho que ele é um espaço de debate, conscientização, informação, de divulgação. A gente usa muito pra questão de informação. Pra convencer a sociedade de que a violência doméstica é um problema que merece atenção e merece atenção de todas. Então ele não é um espaço de acolhimento. Até porque a maneira como a ferramenta está estruturada não permite isso. É uma ferramenta bastante unidirecional. Não é como um grupo no Facebook, onde há um diálogo, uma privacidade. No Instagram a coisa fica muito aberta, muito solta. A maneira como as notificações estão estruturadas, a priorização da imagem em detrimento do texto tudo isso dificulta muito o acolhimento. Mas o debate, a informação e a mobilização podem acontecer, e já acontecem.